

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DE CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ADRIEL SALVADOR**

**ECONOMIA E FINANÇAS: UM ESTUDO DO IMPACTO DOS INVESTIMENTOS  
NAS FINANÇAS PESSOAIS**

**CAXIAS DO SUL**

**2021**

**ADRIEL SALVADOR**

**ECONOMIA E FINANÇAS: UM ESTUDO DO IMPACTO DOS INVESTIMENTOS  
NAS FINANÇAS PESSOAIS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade de Caxias do Sul na Área de Conhecimento de Ciências Sociais.

Sob a orientação da Profa. Me. Jacqueline Maria Corá.

**CAXIAS DO SUL**

**2021**

**ADRIEL SALVADOR**

**ECONOMIA E FINANÇAS: UM ESTUDO DO IMPACTO DOS INVESTIMENTOS  
NAS FINANÇAS PESSOAIS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade de Caxias do Sul na Área de Conhecimento de Ciências Sociais.

**Aprovado em 06/12/2021.**

**Banca Examinadora**

---

Profa. Me. Jacqueline Maria Corá – Orientadora  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

---

Profa. Dra Maria Carolina Rosa Gullo  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

---

Prof. Ms. Romário de Souza Gollo  
Universidade de Caxias do Sul – UCS

*“Eu aprendi que a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo”.*

**Nelson Mandela**

## RESUMO

Os investimentos financeiros ajudam na prevenção contra acontecimentos inesperados, as chamadas externalidades negativas. Assim, buscou-se demonstrar o impacto dos investimentos, fruto da reserva de valor, nas finanças pessoais. Para tanto, o estudo apresenta a base teórica sobre consumo, renda, investimentos e poupança, bem como uma abordagem acerca do sistema financeiro nacional, das finanças pessoais e das finanças comportamentais. Apresentando também, a evolução dos principais indicadores econômicos a respeito do tema, como CDI, SELIC, poupança, IPCA, investimentos em renda fixa e renda variável. A metodologia adotada foi a aplicação de uma pesquisa de campo, de método quantitativo, no modelo *survey*. Portanto, com os resultados alcançados, identificou-se que os conhecimentos acerca das finanças pessoais e dos investimentos, contribuem para uma autonomia financeira. Além disso, os investimentos causam impacto social, econômico e financeiro nas finanças pessoais.

**Palavras-chave:** Mercado financeiro. Investimentos financeiros. Educação financeira. Planejamento financeiro. Finanças comportamentais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Efeito de uma redução da taxa de juros sobre o investimento e a renda de equilíbrio.....	25
Figura 2 - Curva de indiferença.....	29
Figura 3 - Reta orçamentária.....	31
Figura 4 - Sistema Financeiro Nacional.....	35
Figura 5 - Fronteira de variância mínima dos ativos de risco.....	45
Figura 6 - Índice de Educação Financeira: médias das regiões do Brasil .....	48
Figura 7 - Índice de Educação Financeira por estado .....	49
Figura 8 - Estágios do ciclo de vida do consumidor .....	51
Figura 9 - Tabela para planejamento orçamentário.....	55
Figura 10 - Brasileiros que conseguiram poupar entre 2019 e 2020.....	61
Figura 11 - Histórico da taxa de juros SELIC de janeiro de 2010 a janeiro de 2020 .....	63
Figura 12 - Histórico de rendimento da poupança de janeiro de 2010 a janeiro de 2020 .....	64
Figura 13 - Histórico do índice de inflação IPCA de 2010 a 2020 .....	66
Figura 14 - Histórico do indicador CDI de janeiro de 2010 a janeiro de 2020 .....	67
Figura 15 - Montante de aplicações em renda fixa entre 2010 e 2020.....	68
Figura 16 - Montante de aplicações em renda variável (ações) entre 2010 e 2020 .....	70
Figura 17 - Renda poupada nos últimos 10 anos e valores poupados no início de 2020 .....	76
Figura 18 - Tempo que consegue se manter diante de perda de renda e sem auxílio externo .....	77
Figura 19 - Dívidas das pessoas (esquerda) e pagamento do cartão de crédito (direita) .....	78
Figura 20 - Como as pessoas avaliam crédito na hora da contratação.....	79
Figura 21 - As pessoas só compram o que realmente for necessário.....	80
Figura 22 - Frequência no acompanhamento de índices de mercado .....	81
Figura 23 - Atalhos da mente (heurísticas).....	82
Figura 24 - Nível de escolaridade x renda poupada nos últimos 10 anos .....	85
Figura 25 - Renda x valores poupados nos últimos 10 anos.....	86
Figura 26 - Renda poupada nos últimos 10 anos x conhecimento acerca de educação financeira.....	87
Figura 27 - Planejamento financeiro x renda poupada nos últimos 10 anos .....	87

Figura 28 - Renda poupada nos últimos 10 anos x tempo que se mantém sem auxílio externo após perda de renda .....	88
Figura 29 - renda poupada nos últimos 10 anos x efeitos da pandemia .....	89
Figura 30 - conhecimento acerca de educação financeira x planejamento financeiro.....	89
Figura 31 - Conhecimento acerca de educação financeira x reserva de emergência.....	90
Figura 32 - Contratação de crédito x planejamento financeiro .....	91
Figura 33 - conhecimentos sobre mercado financeiro e investimentos e o que se leva em consideração no momento de investir .....	92
Figura 34 - Conhecimento acerca do mercado financeiro x tipos de investimentos que aplicam seus recursos.....	93
Figura 35 - Conhecimento acerca de mercado financeiro e investimentos x o que fariam caso ganhasse R\$100.000,00 .....	94
Figura 36 - Reserva de emergência x como a pandemia afetou as finanças .....	95
Figura 37 - Conhecimento sobre educação financeira x situação financeira antes da pandemia.....	95

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos respondentes.....	74
Quadro 2 - Nível de conhecimento acerca de educação financeira e investimentos e mercado financeiro.....	75
Quadro 3 - Planejamento financeiro familiar, cartão de crédito e reserva de emergência.....	75
Quadro 4 - Pandemia x finanças pessoais.....	79
Quadro 5 - Percepções no que concerne o ato de poupar e o impacto dos valores investidos nas finanças.....	82
Quadro 6 - Uso da renda, forma de pagamento, riscos e investimento por número de respondentes.....	83

## LISTA DE SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais
ANCORD	Associação Nacional de Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
B3	Brasil Bolsa Balcão
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONEF	Conselho Nacional de Educação Financeira
COPOM	Comitê de Política Monetária
CVM	Comissão de Valores Mobiliário
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EUA	Estados Unidos da América
FAPI	Fundo de Aposentadoria Programada Individual
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GC	Governança Corporativa
IBOVESPA	Índice de Bolsa de Valores de São Paulo
IEF	Índice de Educação Financeira
IPCA	Índice de Preços do Consumidor Amplo
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiros
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TIR	Taxa Interna de Retorno
TMS	Taxa Marginal de Substituição
TR	Taxa Referencial
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES .....	13
<b>1.2.1</b>	<b>Hipótese principal</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Hipóteses secundárias</b> .....	<b>13</b>
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	14
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS .....	15
<b>1.4.1</b>	<b>Objetivo principal</b> .....	<b>15</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Objetivos secundários</b> .....	<b>15</b>
1.5	METODOLOGIA.....	15
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE RENDA, CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS</b> .....	<b>17</b>
2.1	HISTÓRIA DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO MUNDO E NO BRASIL .....	17
2.2	TEORIA ECONÔMICA DO CONSUMO, RENDA, POUPANÇA E INVESTIMENTOS.....	20
2.3	TEORIA DE DOW .....	26
2.4	PENSAMENTO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR.29	
<b>3</b>	<b>SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E AS FINANÇAS PESSOAIS..</b>	<b>34</b>
3.1	SISTEMA FINANCEIRO E OS ÓRGÃOS REGULADORES .....	34
3.2	TIPOS DE INVESTIMENTOS .....	37
<b>3.2.1</b>	<b>Investimentos na modalidade de renda fixa</b> .....	<b>37</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Investimentos na modalidade de renda variável</b> .....	<b>40</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Investimentos em previdência privada</b> .....	<b>42</b>
3.3	PERFIS DE INVESTIDORES E RISCOS .....	43
3.4	FINANÇAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	46
<b>3.4.1</b>	<b>Finanças pessoais e consumo</b> .....	<b>50</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Finanças pessoais para crédito, empréstimos e financiamentos</b> .	<b>52</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Finanças pessoais e planejamento financeiro</b> .....	<b>53</b>

3.5	ECONOMIA E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS .....	55
<b>4</b>	<b>O IMPACTO DOS INVESTIMENTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS ..</b>	<b>60</b>
4.1	A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES NO MERCADO DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 2010 A 2020 .....	60
4.2	EFEITOS DA PANDEMIA DO CORONA VÍRUS SOBRE AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2019 A 2021 .....	70
4.3	METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO .....	72
4.4	ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA .....	73
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao observar o comportamento das pessoas, é possível identificar indícios sobre a utilização de suas receitas e de suas despesas em lugares específicos. Dessa forma, dois campos de estudo se unem para tornar visível os motivos que levam a esse acontecimento: investimentos financeiros e finanças pessoais. Portanto, a área que estuda investimentos complementa a de finanças.

No contexto das finanças, a partir da abordagem de investimentos financeiros, buscou-se entender como estes afetam a saúde financeira de uma pessoa, ao analisar de que forma as pessoas investem e onde elas investem seu dinheiro. Deste modo, é nítida a identificação do comportamento do indivíduo e, a partir disso, torna-se possível traçar uma estratégia. Porém, isso não é suficiente. Assim, ressalta-se a importância de estudar e anexar a esse tema as finanças pessoais, o qual possibilita identificar o destino das receitas e despesas e viabilizar o melhor caminho a ser seguido.

A renda familiar mostrará a margem de equilíbrio na qual se pode elaborar uma estratégia, apreciando as necessidades básicas das famílias, adicionando investimentos financeiros, ou seja, o ato de poupar e formar reserva de valores futuros e analisando despesas supérfluas. Além desse olhar microeconômico, é importante ter uma compreensão macroeconômica, que se centra na observação do comportamento do mercado, em sua taxa básica de juros e em seu nível de inflação, por exemplo, além de outros fatores, para seguir pelo caminho mais convicto.

Assim, é imprescindível que esse tema seja abordado, pois por meio dele é possível ajudar as famílias a diminuir o endividamento e a aumentarem suas reservas de investimentos. A partir dessa temática pode-se, também, educá-las quanto ao destino mais viável de suas receitas e despesas e orientá-las acerca de um investimento saudável de seus recursos, a fim de protegê-las de externalidades negativas e ainda garantir um futuro mais tranquilo.

### 1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da situação econômica brasileira, nota-se diferentes realidades em cada região e na maneira como sua economia é afetada frente a acontecimentos como crises, doenças, trocas de mandatos presidenciais, entre outros. Tendo em vista

esses pontos, é importante entender como as pessoas estão preparadas para enfrentar, agir e reagir financeiramente, com o intuito de atingir o comportamento mais saudável.

A importância de estudar elementos endógenos e exógenos do sistema econômico trará argumentos para identificar qual o impacto dos investimentos, no que concerne ao ato de poupar, voltado ao lado financeiro da economia, nas finanças pessoais. Estudos apontam que cerca de 64% dos brasileiros não conseguem poupar e a poupança segue sendo o investimento preferido (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FINANCEIRAS E DE MERCADO DE CAPITAIS, 2021).

Assim, uma análise da taxa de juros e da inflação no período de 2010 a 2020, faz-se necessária para compreender o comportamento das pessoas frente a acontecimentos distintos. Também, é importante considerar essa temática, pois o estudo da educação financeira e dos investimentos ainda é ínfimo.

A partir dessas informações, faz-se necessário responder às seguintes perguntas:

- a) qual a importância de uma vida financeira saudável?
- b) qual a importância de uma reserva de emergência por parte da população?
- c) a renda da população interfere nos investimentos?
- d) quais tipos de investimentos são indicados para cada perfil de pessoa?
- e) quais os tipos de investimentos disponíveis no mercado?
- f) qual o impacto da taxa de juros e da inflação nos investimentos?
- g) como os investimentos influenciam na vida das pessoas?
- h) quais as teorias que embasam os investimentos?

## 1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

### 1.2.1 Hipótese principal

Os investimentos financeiros influenciam diretamente nas finanças pessoais, aumentando a prevenção contra externalidades negativas.

### 1.2.2 Hipóteses secundárias

- a) H1: o endividamento pessoal causa problemas de ordem econômica e psicológica nas famílias;
- b) H2: é importante que as famílias possuam uma reserva de emergência estruturada para sustentar-se durante períodos adversos;
- c) H3: é necessário para as famílias identificar o percentual mais adequado de sua renda para dedicar a um investimento, levando em conta seu perfil;
- d) H4: o endividamento financeiro, desde que saudável, ajuda a demonstrar o quão bem estão organizadas as famílias;
- e) H5: investimentos são atrelados a índices econômicos, que, por sua vez, acompanham acontecimentos endógenos e exógenos do mercado;
- f) H6: a taxa de juros impacta na inflação, que, por sua vez, afeta a economia como um todo.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

A busca por conhecimento sob o olhar dos investimentos é necessária para fazer com que o dinheiro trabalhe para as pessoas e não ao contrário. De acordo com a Anbima (2021), a poupança segue sendo o investimento preferido dos brasileiros, por conta da segurança e comodidade. Entretanto, Alves (2019) aponta que nos Estados Unidos em torno de 70% das pessoas com mais de 30 anos de idade investem em ações e fundos de investimento.

É importante destacar que, apesar de a poupança ser muito utilizada no Brasil, existem outras opções de investimentos mais rentáveis, seja em renda fixa ou renda variável. No entanto, pode ser utilizada como uma forma de reserva de emergência, visto a sua liquidez diária e tributação isenta. De acordo com Goeking (2019), somente 1 em cada 10 brasileiros conseguem guardar dinheiro todo mês. Isso é alarmante sob o ponto de vista de que emergências e adversidades ocorrem a qualquer instante.

Tendo em vista a necessidade de uma reserva de emergência, é indispensável uma educação financeira estruturada e efetiva, com uma organização adequada das receitas e despesas, além de conhecimentos teóricos que possam embasar a decisão sobre como e onde investir. Assim, o presente trabalho de conclusão de curso se

justifica por realizar um estudo acerca do impacto dos investimentos financeiros nas finanças pessoais.

## 1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo principal

Demonstrar como a reserva de valor e poupança, em forma de investimentos financeiros, impactam nas finanças pessoais.

### 1.4.2 Objetivos secundários

- a) Discorrer sobre a história e evolução dos investimentos;
- b) Analisar a influência que a taxa de juros e a inflação causam nos investimentos;
- c) Apresentar a base histórica e teórica da renda, consumo, poupança e investimentos;
- d) Elaborar um estudo teórico acerca do comportamento do consumidor;
- e) Conhecer a estrutura do sistema financeiro;
- f) Inspeccionar quais são os tipos de investimentos e os perfis de risco de cada investidor;
- g) Entender a importância do planejamento financeiro;
- h) Discorrer sobre as formas de se investir no mercado;
- i) Mostrar a importância de se construir uma reserva de emergência ao longo da vida;
- j) Apontar se a renda das pessoas causa influência na hora de investir.

## 1.5 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é o caminho que permite chegar ao objetivo. Esta deve conter coerência, consistência e objetividade. A pesquisa torna possível aprender, reaprender e desaprender. Ainda, é ela que informa os meios de obter as informações (NASCIMENTO, 2012).

Para a elaboração de estudo é necessária a utilização de metodologias que ajudem a concretizar a pesquisa. Neste trabalho, foi utilizado o método indutivo, ou seja, observar fatos e fenômenos e a partir deles criar hipóteses, visto que os dados coletados são quantificados.

No capítulo 2, foi utilizado o método histórico e teórico, uma vez que será levado em consideração toda a base teórica da renda, consumo, poupança e investimentos. Além disso, abordará pensamentos econômicos e estudos relacionados ao comportamento do consumidor.

Para o capítulo 3, foi utilizada a pesquisa teórica, histórica, descritiva e comparativa, a fim de estudar acerca dos investimentos, desde o sistema financeiro nacional, até os tipos de investimentos e os perfis de investidores. Além disso, abordou-se o contexto das finanças pessoais, apontando estudos acerca do tema, desde consumo, crédito, empréstimos, financiamentos e planejamento financeiro (FONSECA, 2012).

Para o capítulo 4, utilizou-se a pesquisa de campo ou *survey*. Onde se elaborou um questionário estruturado e fechado, no qual foram coletados dados socioeconômicos, de renda, planejamento financeiro, investimentos e finanças, que foram capazes de aprofundar, também, o comportamento das pessoas.

O método de pesquisa *survey* é utilizado para mensurar pesquisas quantitativas. No caso deste trabalho de conclusão de curso, a coleta de dados será individual. Dessa forma, um grupo aleatório de pessoas responderá a essa pesquisa, demonstrando suas características e opiniões (TUMELERO, 2019).

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso passou por diferentes metodologias de desenvolvimento, abordando distintos cenários teóricos, históricos, econômicos e outros. Assim, após o entendimento desse conceito, o estudo de campo surge para entender como o investidor e as famílias estão se comportando e, assim, compreender a influência que os investimentos têm nas finanças.

## 2 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE RENDA, CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS<sup>1</sup>

Os investimentos começaram a ser estimulados ainda em períodos históricos primitivos. Por exemplo, quando se falava em escambo, já havia uma ideia de investimentos entremeada nessas negociações. O assunto toma proporções cada vez maiores, mas, ainda assim, por muitas vezes, não é discutido com a profundidade necessária ou sua relevância não é compreendida.

Este capítulo tem por objetivo apresentar os fundamentos históricos e teóricos acerca da renda, consumo, poupança e investimentos, a partir das ideias keynesianas.

Desta forma, estudos foram elaborados a partir de pensamentos econômicos voltados aos investimentos, no sentido de poupar, e ao comportamento do consumidor.

### 2.1 HISTÓRIA DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO MUNDO E NO BRASIL

A economia gira em torno do comércio desenvolvido por empresas e pessoas, ou seja, centra-se na produção de bens e serviços e posteriormente na venda destes. Em tempos primitivos, era muito comum que os produtos fabricados – sejam eles comidas, instrumentos ou até mesmo, serviços prestados – fossem trocados uns pelos outros como forma de “venda” em um procedimento muito comum na época, conhecido como escambo. Entretanto, para que esse procedimento funcionasse era necessário que houvesse uma dupla coincidência de desejos, isto é, alguém que produzisse “X” e quisesse comprar “Y” e outra pessoa que produzisse “Y” e quisesse comprar “X”. Dessa forma, conseguiriam realizar o escambo (ROSSETI, 2016).

O escambo tornou-se inviável a partir do momento em que a produção aumentou e surgiram os excedentes de produção. Além disso, houve o fato de que, com o tempo, várias pessoas começaram a produzir um mesmo bem, o que

---

<sup>1</sup> Os investimentos a serem explorados neste trabalho, referem-se ao ato de poupar. Ao se falar em investimentos, têm-se duas linhas de pensamento, sob a ótica econômica e sob a ótica das finanças. A primeira, entende-se como investimento, a formação de capital, utilizada na produção de bens e serviços, o qual, este trabalho não contempla. E a segunda, refere-se ao ato de poupar, guardar dinheiro e/ou investir em poupança e outros títulos a fim de criar reserva de emergência e/ou fazer o dinheiro render, que contempla o foco deste trabalho. Utilizar-se-á a palavra “investimento” visto que é o termo empregado no mercado financeiro.

possibilitou a escolha do local de compra/troca. A partir desse momento, tornou-se indispensável que houvesse a criação de algum meio que suprisse essa demanda entre troca de bens, de modo que melhorasse o fluxo de pagamentos.

Com isso, criou-se as chamadas mercadorias-moedas, que representavam produtos que seriam utilizados, posteriormente, como se fossem moedas, ou seja, como instrumentos de troca. Ainda assim, não refletiram exatamente como o esperado, pois não atingiram todos os detalhes que uma moeda deveria ter, como, por exemplo, conversibilidade, fácil transporte, divisibilidade, ser indestrutível, unidades de mesmo valor devem ser exatamente iguais e ser transferível. Desta forma, ainda no século VII a.C, algumas economias como Grécia e Turquia começaram a criar moedas mais concisas, tal como se conhece atualmente. Estas apresentaram, em boa parte, as características que uma moeda deveria possuir, facilitando, assim, a comercialização dos produtos (CASA DA MOEDA DO BRASIL, 2015).

As funções da moeda no meio moderno são variadas. A principal função é servir como um meio de troca, uma vez que o escambo é inviável. Ainda, é utilizada como unidade de conta, ou seja, mostra o valor de troca de um bem em termos de uma unidade comum. Ademais, é empregada como reserva de valor, sendo utilizada para proteger-se dos imprevistos futuros (ALÉM, 2018).

O interesse pelos bancos no Brasil surgiu com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, e com o aumento das demandas. Notou-se que o sistema unificado de bancos (bancos de investimentos e comerciais) não poderia permanecer daquela forma, visto que cada um possuía um objetivo diferente. Assim, foi necessário que houvesse uma separação destes, para que pudessem realizar suas atividades sem impactar nas receitas um do outro. O precursor dessa separação foi a Lei *Glass-Steagall*.

A Lei *Glass-Steagall*, promulgada nos Estados Unidos da América (EUA) em 1933, representava a junção de duas leis propostas por Carter Glass<sup>2</sup> e Henry Steagall<sup>3</sup>. A primeira atribuía a possibilidade de descontar os títulos do governo em uma época de baixa liquidez. Já a segunda lei separava as funções de banco

---

<sup>2</sup> Carter Glass (1858-1946) foi cofundador do *Federal Reserve*, senador do Estado da Virgínia e secretário do tesouro dos EUA, e da Lei Glass-Steagall.

<sup>3</sup> Henry Steagall (1873-1943) foi membro da Câmara dos Representantes dos EUA, representando o Terceiro Distrito Congressional do Alabama, e cofundador da Lei Glass-Steagall.

comercial e de investimentos, inspirando a Lei brasileira nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (BRASIL, 1964), que criou o Banco Central do Brasil (Bacen) (SADDI, 2010).

Além dos bancos, durante muito tempo, ao redor do mundo, surgiram diversas formas de companhias de investimentos, com o intuito de reunir pessoas com um mesmo interesse. A primeira companhia de investimentos foi fundada por banqueiros, no século XIX (1849), na Suíça, conhecida como *Omnium* (PAVIA, 2016).

Essas companhias, bem como outras formas de investimentos, eram organizadas e a maior parte era supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a qual contava com profissionais analistas, gestores e administradores.

Nos EUA, o *New York Stock Trust*, de 1889, é considerado o primeiro organismo americano que se pode chamar de *investment trust*. Já na Europa, o instituto do fundo comum de investimento, constituído sob a forma condominial, também passou a ser regulado na França e na Bélgica em 1957, e na Holanda em 1960 (PAVIA, 2016, não paginado).

Tais companhias de investimentos tinham como principal objetivo unir pessoas que possuíssem um interesse comum em investir. Nelas era possível realizar uma gestão dos recursos financeiros, bem como identificar a melhor forma de aplicá-los. Era muito comum, na metade do século XIX, que as pessoas investissem em bens físicos, como imóveis, ouro e outras *commodities*. A evolução dos investimentos, no final do mesmo período, deslocou-se para ações de empresas e títulos de dívidas. Esse processo ficou conhecido como capitalismo financeiro.

O Banco do Brasil (BB) foi a primeira instituição bancária do Brasil, fundada em 1808 por meio de um Ato Real, promulgado por D. João VI, e que era gerenciado por pessoas indicadas pelo próprio rei, bem como a primeira empresa a ser listada na Bolsa de Valores. Assim, tornou-se protagonista na captação de poupança e manteve esse monopólio até 1829, quando encerrou suas atividades. Em 1851, surge o novo Banco do Brasil, proveniente da junção do antigo, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, que ficou responsável pela emissão de moeda (BANCO DO BRASIL, 2010; COSTA NETO, 2004).

Enquanto isso, em 1861, a criação da Caixa Econômica e do Monte do Socorro do Rio de Janeiro possuíam um cunho mais social e político do que, propriamente, econômico, sendo precursores da Caixa Econômica Federal. Com o tempo, outros bancos foram criados, como, por exemplo, o Banco de Crédito e Borracha, o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, entre outros (COSTA NETO, 2004).

No início do século XX, houve um marco na história que ficou conhecido como a Quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Ocorrido principalmente por fatores especulativos no campo dos investimentos e da superprodução, os quais lidavam diretamente com ações de empresas. Após isso, em 1944, na Conferência Internacional de *Bretton Woods*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado. O objetivo deste era conscientizar as nações a não cometerem os mesmos erros que levaram à Grande Depressão, além de promover a cooperação monetária, coordenar o câmbio e levantar fundos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017).

Diante do exposto, tem-se uma base teórica e histórica acerca dos investimentos, deixando uma brecha para se estudar teorias econômicas a respeito do tema.

## 2.2 TEORIA ECONÔMICA DO CONSUMO, RENDA, POUPANÇA E INVESTIMENTOS

John Maynard Keynes (1883 – 1946) foi um economista inglês e no século XX, um dos mais importantes. Levantou estudos a respeito da macroeconomia, como efeito riqueza, taxa de juros e taxa de câmbio, propensões marginais a consumir, poupar e investir. Ainda, foi um precursor nos estudos sobre investimentos, tratando-os como uma variável endógena, ou seja, que varia de acordo com outras variáveis. Explicou também, como funciona o efeito multiplicador de renda e a Teoria das Expectativas.

Keynes mostrou que as decisões de hoje terão reflexo somente no futuro, o qual não se possui controle. Assim, o economista explicou como funciona a demanda por moeda, que surge como forma de manter a riqueza, visto que possui liquidez, elasticidade de substituição e controle de sua oferta. Além de ser um meio de pagamento facilmente convertido em reserva de valor, o que ficou conhecido como Teoria da Preferência por Liquidez. Essa demanda é representada por:

$$M_d = M_{dt} + M_{dp} + M_{de} \quad (1)$$

Na Equação 1, a parte anterior à igualdade representa a demanda por moeda (Md) e, após, a sequência corresponde à demanda por moeda por transações (Mdt), a demanda precaucional (Mdp) e especulativa (Mde) (ALÉM, 2018).

Desse modo, a “noção de que a moeda afeta a renda por intermédio da taxa de juros. Um aumento na oferta de moeda, por exemplo, reduz a taxa de juros, e a taxa de juros mais baixa, por sua vez, aumenta a demanda agregada e a renda” (FROYEN, 2013, p. 24).

Keynes aborda o conceito de renda caracterizando-o pela diferença do valor da produção acabada, vendida durante o período e o seu custo primário. Esta é a renda que o empresário busca maximizar, ou seja, é a renda bruta. Dessa forma, tenta buscar a máxima dessa diferença, uma vez que é vital para o emprego (KEYNES, 1996).

A abordagem de Keynes a respeito do fator renda, em um contexto técnico, pode ser apresentada com fórmulas que traduzem o seu conceito. Assim, um parecer explicativo ajudará a compreender o que Keynes entendia como renda.

Esse economista aplicou a seguinte fórmula para explicar o fator renda:

$$(G' - B') - (G - A1) \quad (2)$$

Na Equação 2, o primeiro conjunto refere-se ao máximo de valor líquido que poderia ter sido conservado, enquanto o segundo conjunto demonstra o que foi necessário sacrificar para produzir. Nesta, “G” representa o resultado líquido, “B” a quantia gasta e “A” a produção (SILVA, 1996).

Ao aplicar a Equação 2, deduz-se tudo o que foi necessário para produzir daquilo que poderia ter sido resguardado. Desse modo, as perdas involuntárias não entram nesse cálculo, visto que não podem ser evitadas. Portanto, a fórmula inclui somente fatores que poderiam ter sido controlados.

A abordagem da renda apresentada por Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) refere-se à remuneração dos fatores de produção, ou seja, salários, juros, aluguéis, entre outros. Nesta, a renda (y) equivale à soma do consumo (c) e da poupança (s), o que é expresso na Equação 3:

$$y = c + s \quad (3)$$

O termo consumo destaca que o consumo agregado é uma função crescente na renda nacional. Isso significa que uma parte da renda das pessoas é reservada para poupança, o que diminui, assim, a capacidade de consumir. Logo, a propensão marginal a consumir (PMgC) trata-se do acréscimo de consumo dado um acréscimo da renda nacional. Assim, o cálculo é baseado em variações de renda e consumo (VASCONCELLOS, 2015).

A função Keynesiana para o consumo é dada na Equação 4:

$$C = C_a + cY \quad (4)$$

Nessa equação, “C” é o consumo, “C<sub>a</sub>” é o consumo autônomo, que não depende da renda, “c” é a propensão marginal a consumir e “Y” é a renda corrente. Logo, o aumento de uma unidade de renda corrente eleva o consumo. Como o consumo cresce menos do que a renda, a tendência é de que a propensão média a consumir seja decrescente conforme a renda se eleva (FROYEN, 2013).

A função consumo também verifica a razão entre o nível de consumo e o nível de renda, ou seja, é a propensão média a consumir. Assim, esta decresce à medida que a renda aumenta (LOPES *et al.*, 2018). O consumo corresponde a uma parcela da renda que é destinada à aquisição de algo para satisfazer as necessidades das pessoas. Este é dividido entre:

- a) bens de consumo leve: são consumidos rapidamente, como comida e vestuário;
- b) bens de consumo duráveis: consumidos por um longo período de tempo, um exemplo são os eletrodomésticos;
- c) serviços: educação, seguros e outros.

O consumo pessoal corresponde às aquisições voluntárias dos indivíduos. O consumo pode ser representado pela Equação 5 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017):

$$c = y - s \quad (5)$$

Nesta “c” representa o consumo, “y” a renda e “s” a poupança. Assim, uma porção da renda é utilizada para poupar, não permitindo que seja utilizada para consumir. Keynes explora mais profundamente o conceito de poupança e suas

características, bem como a propensão marginal a poupar. Segundo Keynes (1996, p. 90): “poupança é o excedente do rendimento sobre os gastos de consumo”. Logo, existem duas relações nesse tema: a relação consumidor-comprador, denominada gasto de consumo, e a relação investidor-comprador, denominada gasto de investimento.

A poupança demonstra relações entre os consumidores, compradores e investidores. Portanto, renda e poupança são variáveis diretas que se apresentam conjuntamente e são usadas para elaborar os termos conhecidos como propensões marginais a consumir, a poupar e investir.

Portanto, observa-se que o investimento é financiado pela poupança da sociedade, logo a renda não consumida é utilizada para a realização de um investimento. Dessa forma, o investimento, na abordagem econômica, diz respeito à aquisição de bens de capital, máquinas e outros equipamentos que permitam ampliar a capacidade produtiva, enquanto que os investimentos financeiros, referem-se aos valores monetários guardados ou aplicados em produtos financeiros, como forma de reserva de valor. A poupança (s) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017) é representada por:

$$s = y - c \quad (6)$$

Na Equação 6, a poupança é representada por “s”, enquanto a renda é representada por “y” e o consumo por “c”. Assim, a poupança nada mais é do que a parcela da renda que não foi consumida. Logo, o conceito de propensão marginal a poupar (PMgS) surge como um acréscimo da poupança, dado um acréscimo na renda. Tanto a PMgS e PMgC são constantes em relação à renda (VASCONCELLOS, 2015).

Quanto maior a taxa de juros, mais as pessoas substituem o consumo presente pelo consumo futuro. Logo, o nível de poupança será maior. Assim, os investidores financeiros ou poupadores não seguram seus ativos em forma de moeda pois não é seguro e nem rende juros. Portanto, estes são aplicados ou trocados por títulos (ALÉM, 2018).

A poupança é acrescida do seu montante original de acordo com a taxa de juros. Dessa forma, essa taxa reflete o preço do consumo hoje em termos de consumo futuro, ou seja, o custo de oportunidade do momento presente. Assim, elevações na

taxa de juros estimulam a poupar, assim como, o contrário também é verdadeiro (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017).

A taxa de juros divide-se em duas: a taxa de juros real e a taxa de juros nominal. A nominal refere-se a taxa “bruta”, na qual não houve desconto da desvalorização, enquanto a real, como já insinua o próprio nome, é a taxa em que a inflação já foi descontada. Nesse sentido, Lopes *et al.* (2018, p. 165) referem que:

A curva de oferta de fundos emprestáveis é positivamente inclinada: quanto maior a taxa de juros, maior é o incentivo para que as pessoas substituam o consumo presente pelo consumo futuro, ou seja, maior é o nível de poupança. Como as pessoas poupam visando a um maior consumo futuro, ninguém guarda poupança na forma de moeda, uma vez que esta não rende juros, canalizando-a totalmente para a aquisição de títulos.

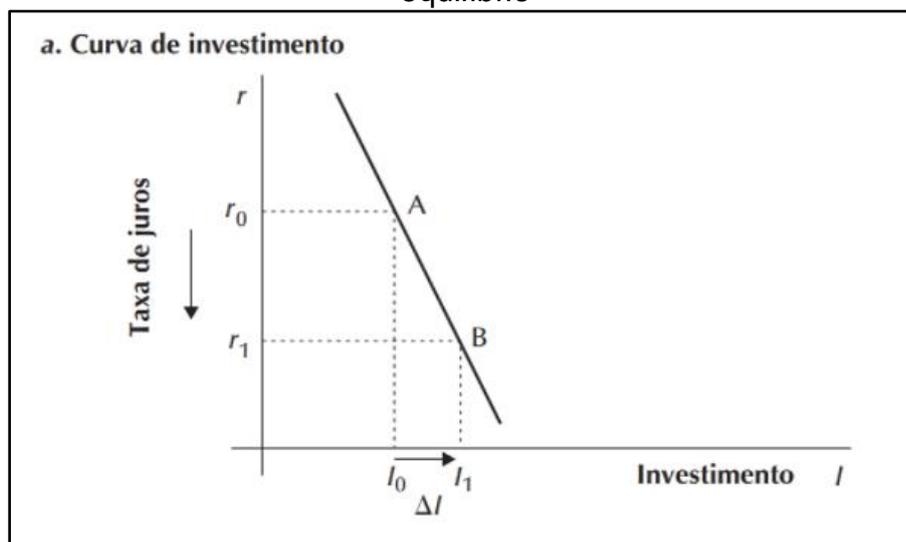
A abordagem do investimento pela ótica macroeconômica dos modelos keynesianos é apresentada pelo lado da demanda e da oferta.

O investimento visto pela demanda agregada é conceituado como a fase na qual se gasta somente com instalações e equipamentos, ou seja, é a fase inicial antes de resultar em acréscimos da produção. Assim sendo, é tratado no curto prazo. Já o investimento visto sob a oferta agregada ocorre no momento do aumento da capacidade produtiva, isto é, quando há aumento de produção (VASCONCELLOS, 2015).

O investimento é uma função da rentabilidade esperada ( $r$ ) e da taxa de juros ( $i$ ). Para uma certa rentabilidade esperada, os investimentos variam inversamente à taxa de juros. Quanto maior a taxa de juros, mais caro fica o financiamento do investimento, ou seja, o seu custo do empréstimo fica mais alto, o que desestimula as novas inversões. Além disso, a taxa de juros também representa o custo de oportunidade de não se aplicar em títulos (ALÉM, 2018, p. 165).

Ao separar os investimentos pela demanda agregada, que podem ser observados no curto prazo e sob ótica da oferta agregada – no aumento da produção – entende-se que a motivação que leva um investidor a querer investir é o inverso daquela que leva o poupador a poupar. Isso significa o sentido inverso da taxa de juros. Assim, quanto maior a taxa de juros, maior a propensão a poupar, mas, por outro lado, quanto menor a taxa, mais os investidores são estimulados a investir na formação bruta de capital fixo. Na Figura 1, tem-se o efeito de uma redução da taxa de juros sobre o investimento e a renda de equilíbrio.

Figura 1 – Efeito de uma redução da taxa de juros sobre o investimento e a renda de equilíbrio



Fonte: Froyen (2013, p. 126).

Observa-se na Figura 1 que a decorrência de uma redução na taxa de juros eleva o nível dos investimentos sob a ótica econômica. Percebe-se então, que se a taxa de juros está baixa, não se torna vantajoso poupar, mas sim investir; seja na compra de algum bem que trará retorno ou na expansão da capacidade de oferta (FROYEN, 2013).

Vasconcellos (2015) refere que a decisão de investir depende da rentabilidade esperada e da taxa de juros do mercado. Logo, ao trazer o conceito de Eficiência Marginal de Capital (EMC), representada na área das exatas como Taxa Interna de Retorno (TIR), demonstra a taxa de retorno esperada sobre o investimento. Esta iguala o valor presente dos retornos líquidos esperados ao preço de aquisição do equipamento.

Segundo a abordagem de Keynes, a taxa de juros aparece como um fenômeno estritamente monetário, determinado pela preferência pela liquidez (demanda por moeda) e pela oferta de moeda. Ou seja, ela é o preço que equilibra o desejo de reter moeda com a quantidade de moeda existente. A taxa de juros não tem nada a ver com a determinação de investimento e poupança. A taxa de juros é a recompensa que os agentes recebem por abrir mão da posse da moeda, ou seja, da liquidez (ALÉM, 2018, p. 136)

A teoria keynesiana traz que preço de aquisição é o preço da oferta, e que o valor presente é o preço da demanda. Isso formula o Princípio do Acelerador, que representa a relação capital-produto. O aumento do investimento eleva a renda,

segundo o efeito multiplicador; enquanto no efeito acelerador, o aumento na renda leva a uma nova elevação nos investimentos (VASCONCELLOS, 2015).

Além disso, Keynes buscou entender como as expectativas influenciam na economia. Em seus estudos, identificou que as expectativas estão relacionadas à existência de incerteza no período da tomada de decisão. Além disso, é imprescindível abordar o contexto do período em que se decide algo, pois, de acordo com cada momento, a ação a ser tomada pode variar.

A temporalidade é um termo técnico usado para representar o tempo de decisão do investidor, entre entender o investimento e investir nele efetivamente. Esse termo é importante, uma vez que o campo dos investimentos é vasto e sofre mudanças repentinas a todo o momento. Então, a decisão de investir hoje, e amanhã, pode mudar de uma hora para a outra, de acordo com fatores que envolvem o mundo todo (ALVES; LUPORINI, 2007).

Assim sendo, o momento em que uma decisão é tomada revela muito sobre ela, dado que, uma vez que algo fora decidido, isso trará consequências, sejam elas positivas ou negativas. Dessa forma, é importante observar que, além do momento da tomada definitiva da decisão, existem outras variáveis a serem observadas, como, por exemplo, o contexto criado no momento.

Nesse sentido, Keynes discorre sobre o momento da tomada de decisão e de investir. O contexto é criado a todo o instante, de acordo com todos os acontecimentos econômicos. Logo, um contexto criado no momento da decisão de realizar um investimento, pode ser completamente diferente do momento em que se investiu de fato.

### 2.3 TEORIA DE DOW

A Teoria de Dow, criada por Charles Henry Dow<sup>4</sup>, surgiu por meio de seus estudos sobre os movimentos de mercado e suas análises técnicas, dando origem em 1887 ao índice Dow Jones. Essa teoria ajuda a entender as variações dos gráficos dos ativos e as oscilações dos preços. Dow explicava que os índices eram líquidos, ou seja, já estavam descontados de tudo o que acontecera, como, por exemplo, os

---

<sup>4</sup> Charles Henry Dow (1851 – 1902), ajudou a fundar a Dow Jones & Company, editora responsável por criar o *The Wall Street Journal*, além da criação do índice Dow Jones.

impactos que as notícias geraram já tinham seu valor abatidos dos ativos, refletindo nos preços (DOW, 1884 apud CESAR, [2011?]).

Essa teoria, além de criar o índice industrial Dow Jones, um dos mais importantes índices da economia mundial, utilizado para realizar análise de investimentos de renda variável, aponta características criadas por Charles Henry Dow para a tomada de decisão.

Esse procedimento significa que a variação percentual no DJIA mede o retorno (excluindo quaisquer dividendos) sobre uma carteira que investe uma ação em cada uma das 30 ações no índice. O valor dessa carteira (com uma ação de cada empresa no índice) é a soma dos 30 preços. Como a variação percentual na média dos 30 preços é igual à variação percentual na soma dos 30 preços, o índice e a carteira têm a mesma variação percentual todos os dias. (BODI; KANE; MARCUS, 2015, p. 40)

O mercado possui três movimentos. No mercado primário, a tendência é que seja avaliado no longo prazo, com duração mínima de um ano, considerando periodicidades tanto diária quanto mensal. Além disso, mostra quando o mercado está em alta (*bull Market*) ou em baixa (*bear Market*). O mercado secundário representa uma fase de correção da tendência principal, geralmente no médio prazo. Trata-se de um período mais curto, entre duas semanas a três meses, geralmente movimentado por *Swing Traders* (médio prazo). Por fim, o movimento terciário tem duração de poucos dias ou, no máximo, semanas, normalmente trabalhado por *Day Traders* (curto prazo) (RIBEIRO, 2011).

Essa teoria, além dessas três fases iniciais, aponta que nesses mercados há características que os compõem, definindo outras ideias essenciais que são subsidiadas para análise técnica dos investimentos.

A tendência primária, conforme Ribeiro (2011), é dividida em três fases:

- a) acumulação: é a fase de entrada dos investidores que sabem que os preços estão subvalorizados, porém as notícias pessimistas ainda perduram no mercado;
- b) início da tendência: nessa etapa, os indicadores técnicos começam a sair dos níveis baixos, emanando compras por parte dos investidores e iniciando um período de alta. O público começa a vender por preços mais favoráveis, o que traz volatilidade ao mercado;

- c) estouro da tendência: o mercado inicia com a alta e com os investidores que não querem perder valor, o que faz com que haja venda dos ativos, iniciando um período de baixa.

Na lógica de mercado apresentada por Graham (2020), os investidores deveriam comprar ativos na baixa, por estes estarem com preços melhores, e vender na alta, quando estão com preços maiores. Dessa forma, em uma tendência baixa, derivam-se mais três subitens.

A realização ocorre após o estouro da tendência, no qual os preços alcançam níveis históricos. A demanda permanece alta e as ofertas finalizam-se aos poucos. Na sequência, ocorre o pânico, no qual os compradores diminuem e os vendedores têm mais pressa em vender suas ações. Por fim, ocorre, então, a desaceleração, em que os preços recuam lentamente até estabilizarem, voltando para a fase de acumulação (RIBEIRO, 2011).

Quando o ciclo de baixa finda, renovam-se e reiniciam pela fase de acumulação. Portanto, torna-se difícil prever algo concretamente e ganhar com apostas no longo prazo, uma vez que não se sabe quais eventos ocorrerão na economia e nem como irão impactá-la.

Dow concorda com a Hipótese de Eficiência de Mercado, formulada por Eugene Fama<sup>5</sup>, na década de 1960. Essa hipótese mostra que os preços de mercado sempre refletem todas as informações existentes. Isso significa que ganhar assertivamente no longo prazo não era possível, uma vez que se depende dos fatos que ocorrerão (FORTI; PEIXOTO; SANTIAGO, 2009).

Conforme Ávila e Bianchi (2015, p. 178): “A HME propõe que os preços dos ativos financeiros são determinados pelas informações disponíveis sobre as empresas que os emitiram e os mercados em geral”. Assim, ainda de acordo com esses autores, as hipóteses se dividem em três marcos principais:

- a) hipótese fraca: mostra que erros podem acontecer, geralmente de forma aleatória. Desse modo, nenhum agente conseguiria ganhos acima da média, de acordo com rentabilidades passadas;
- b) hipótese semiforte: decisões baseadas em todas as informações publicamente divulgadas;

---

<sup>5</sup> Eugene Fama é um economista estadunidense, ganhador de um prêmio Nobel de economia em 2013 com a hipótese do mercado eficiente.

- c) hipótese forte: os preços dos ativos refletem todas as informações existentes das empresas e mercados.

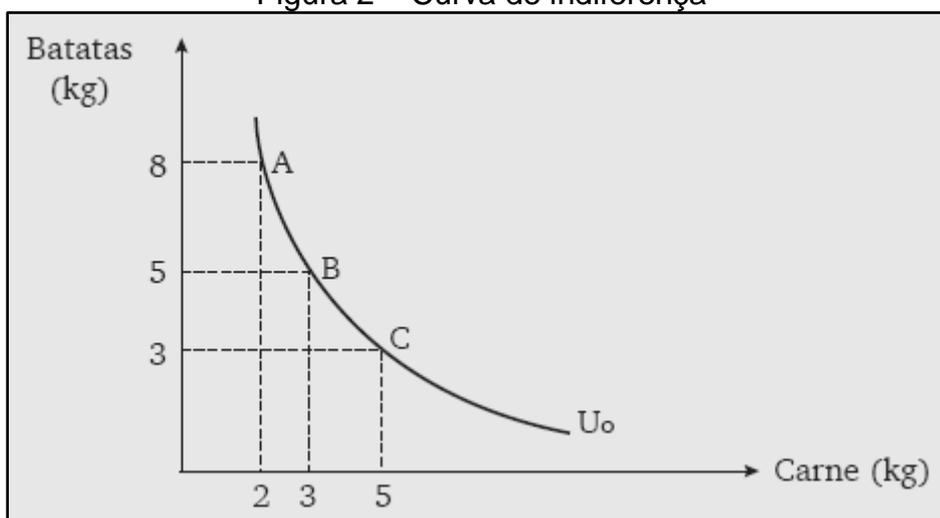
A economia norte-americana, até o momento da criação do Índice Industrial Dow Jones, era movimentada basicamente por indústrias, um dos motivos que levaram à criação do índice. Esse cálculo leva em consideração a cotação das ações das trinta maiores empresas dos EUA.

## 2.4 PENSAMENTO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

A Teoria do Consumidor ilustra parte dos estudos relacionados às finanças pessoais. Estudada pela microeconomia, essa teoria traz dois conceitos importantes para compreendê-la: a Curva da Indiferença e a Restrição Orçamentária.

A Curva da Indiferença demonstra as preferências do consumidor, ou seja, é um conjunto de bens que trazem ao consumidor uma mesma utilidade. Esta utilidade representa a escolha do consumidor diante das diferentes cestas de bens ou serviços que ele poderá ter acesso e que lhe tragam a mesma utilidade (satisfação). Além disso, em geral a curva apresenta alguns pontos importantes, como continuidade de preferências (sempre escolher o que traga mais satisfação) e monotonicidade (consumidores preferem as cestas com mais bens) (VASCONCELLOS, 2015). A Curva de Indiferença pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Curva de indiferença



Fonte: Vasconcellos (2015, p. 34).

A Figura 2 supõe uma inclinação negativa, isso representa que para se consumir mais o produto “X”, deve-se ocorrer uma diminuição do consumo em “Y”, ou seja, substituir parte de “X” por “Y”. Essa inclinação chama-se Taxa Marginal de Substituição (TMS) (VASCONCELLOS, 2015).

A taxa marginal de substituição nos diz quantas unidades do bem 2 são necessárias para compensar a redução no consumo do bem 1 de uma unidade, mantendo o consumidor sobre a mesma curva de indiferença (VASCONCELLOS; OLIVEIRA; BARBIERI, 2011, p. 31).

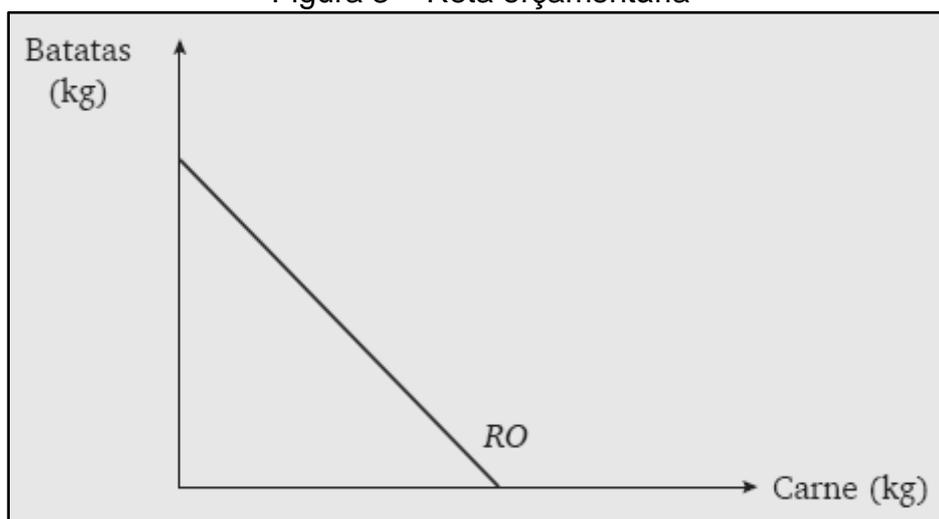
As preferências dos consumidores, conforme Vasconcellos, Oliveira e Barbieri (2011), podem ser:

- a) completas: em que o consumidor pode preferir consumir “x” a “y”, “y” a “x” ou ambas são indiferentes. Logo, ele as compara;
- b) transitivas: se “x” é preferido a “y” e “y” é preferido a “z”, então, “x” é preferido a “z”;
- c) reflexivas: uma cesta de produtos é indiferente a ela mesma, ou seja, é tão boa quanto ela mesma. Dessa forma, “y” seria a própria cesta “x”.

A Restrição Orçamentária é o montante de renda disponível do consumidor, o que limita e condiciona o quanto ele pode gastar. Assim, trata-se do conjunto possível de bens e serviços que o consumidor pode adquirir, gerando combinações máximas possíveis, dada a renda do consumidor e os preços dos bens (VASCONCELLOS, 2015). Na Figura 3, apresenta-se uma reta orçamentária.

Vasconcellos (2015) retrata que se o consumidor deseja maximizar o nível de utilidade, ele deverá tentar alcançar, dada a sua restrição orçamentária, a curva de indiferença mais alta possível, ou seja, o maior nível de bem-estar.

Figura 3 – Reta orçamentária



Fonte: Vasconcellos (2015, p. 35).

A figura 3 apresenta o ponto em que o consumidor gasta toda a sua renda na compra de dois bens. O que se encontra abaixo da reta mostra que ele está gastando menos do que poderia, enquanto acima representa que não tem condições de adquirir mais bens com sua atual realidade financeira. No entanto, muitas vezes, as pessoas são levadas a tomar decisões que não estavam planejadas, parecendo ser conduzidas por uma “mão invisível”, como Adam Smith chamava.

Jevons<sup>6</sup> estudou e implementou o princípio da utilidade marginal decrescente, apontamentos que ajudam a compreender o comportamento dos consumidores. A definição desse conceito é trazida por Vasconcellos, Oliveira e Barbieri (2011, p. 31):

A utilidade marginal (UMg) do consumo de um bem é definida como a relação entre o acréscimo na utilidade do consumidor resultante de um pequeno acréscimo nesse consumo, isto é, a taxa pela qual acréscimos na quantidade consumida de um bem afetam a utilidade do consumidor.

Essa utilidade pode ser compreendida ainda como um acréscimo à utilidade total de um aumento de uma unidade no consumo de algo. Assim, descreveram-se dois tipos de bens: os substitutos e os complementares. Os substitutos ocorrem quando a taxa marginal de substituição é constante, isto é, independentemente da quantidade consumida dos bens, a utilidade deve ser constante. Logo, ele deixa de consumir um bem e passa a consumir outra unidade adicional. Já os complementares relatam uma relação ótima de consumo entre os dois bens, uma vez que uma unidade

<sup>6</sup> William Stanley Jevons foi um economista britânico, um dos fundadores da economia Neoclássica, criador das teorias relacionadas à utilidade.

adicional do bem não gera nenhum outro benefício (VASCONCELLOS; OLIVEIRA; BARBIERI, 2011).

Assim, quando ocorre um aumento no preço de um bem “x” e isso provoca um aumento na demanda do bem “y” são chamados de bens substitutos; o contrário também é verdadeiro. Enquanto que a queda de um preço de um bem eleva a demanda de outro bem, diz-se que são bens complementares, o contrário também é válido (GUENA, 2017).

Dessa forma, aborda-se o campo do Equilíbrio do Consumidor, no qual, uma vez que o ponto de equilíbrio seja alcançado, não haverá incentivos para que se realize uma realocação de renda. Logo, se a renda do consumidor aumenta, os preços dos bens e serviços que ele pretende adquirir são percebidos como reduzidos. Assim, ao comprometerem menor parte da renda, a reta se eleva e permite níveis maiores de satisfação, podendo adquirir mais produtos (VASCONCELLOS, 2015).

Quando se consome um bem ou serviço geralmente é para subsistência ou satisfação de necessidades. Thorstein Veblen<sup>7</sup> destacou que o aumento na riqueza nunca seria suficiente para estancar toda a necessidade das pessoas, visto que sempre se quer sobrepor o desejo das demais, a fim de ostentação de riqueza, é chamada de Comparação Odiosa (VEBLEN, 1974 apud CHELUCHINHAK; CAVICHIOLLI, 2010). Ainda sobre essa temática:

[...] para essa classe constituída de indivíduos que, por opção, podiam se isentar do trabalho útil, a riqueza e o ócio não eram desejados apenas por si, para a satisfação das necessidades físicas e espirituais; o objetivo maior era ostentá-los para conseguir uma posição honorífica na sociedade. Era preciso evidenciar tal riqueza ou poder aos olhos dos outros se abstendo de todo e qualquer trabalho útil, de qualquer atividade relacionada à produtividade econômica. E para sentir-se satisfeito, o indivíduo da classe ociosa tinha de viver em ambiente decente, ocupando-se de atividades compatíveis com uma vida mental elevada (CHELUCHINHAK; CAVICHIOLLI, 2010, p. 12-13).

O ser humano bem-sucedido precisa mostrar que possui tempo e recursos para sobreviver, o que, segundo a teoria de Veblen, as classes inferiores não teriam. Veblen ressaltou ainda que isso não valeria de nada se as pessoas de seu meio não soubessem que os possuíam. Assim, seria necessário ostentar o que se tem. Dessa forma, Veblen previu uma sociedade consumista (MARTINS, 1987).

---

<sup>7</sup> Thorstein Veblen (1857-1929), sociólogo e economista descendente de noruegueses, nascido em Wisconsin nos Estados Unidos, foi, talvez, o mais ferino crítico da classe empresarial americana no início do século.

Anos após o lançamento da teoria, seus reflexos são percebidos no século XXI. Sociedades altamente consumistas, que compram itens, muitas vezes, desnecessários ou supérfluos para cobrir uma falsa necessidade momentânea, que é se manter no nível ou superior aos demais membros do meio que convive.

Estas abordagens históricas e teóricas acerca dos investimentos, poupança, renda e consumo, abrem caminhos para vincular estes conhecimentos aos demais pensamentos econômicos desta área, além da visão do comportamento do consumidor, que diz muito a respeito de suas finanças e do planejamento financeiro. Com isso, o atual momento de vida de cada pessoa, pode ser influenciado por sua organização financeira e forma de investir.

### **3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E AS FINANÇAS PESSOAIS**

As finanças são utilizadas para entender como as pessoas investem seu dinheiro e ajudam a compreender como funciona a organização financeira. Desse modo, consegue-se observar um campo que vem sendo estudado, as finanças comportamentais, em relação ao porquê se gasta e ao porquê de se gastar com algo específico.

Assim, nos estudos das finanças comportamentais existe o conceito de educação financeira, que traz explicações e orientações para a organização e reorganização financeira, e que estuda o comportamento das pessoas, das rendas e das despesas.

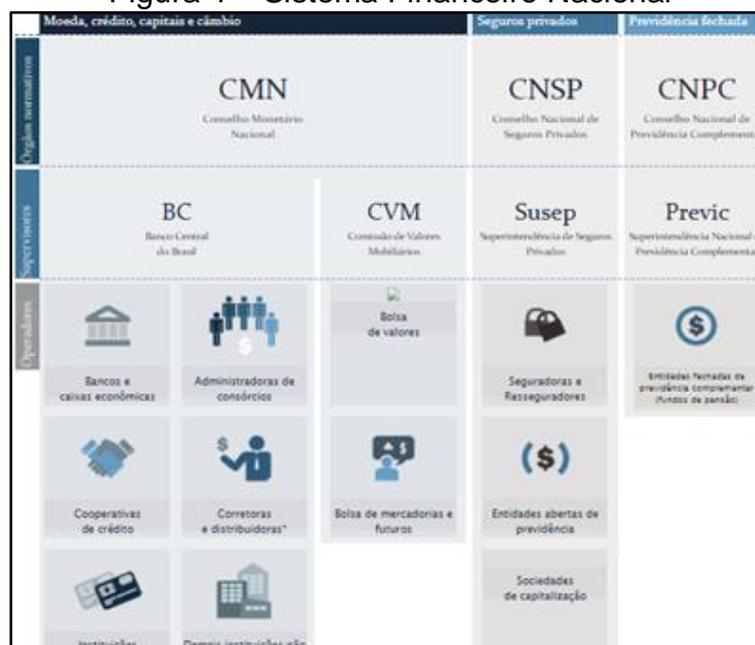
O estudo leva ao acompanhamento de órgãos do governo que contribuem para o desenvolvimento econômico-financeiro das famílias, o chamado, Sistema Financeiro Nacional.

Após a organização financeira, é importante alocar os recursos provenientes da renda em investimentos adequados, que contribuam para o acréscimo da renda, sem interferir no orçamento das famílias e respeitando as limitações individuais.

#### **3.1 SISTEMA FINANCEIRO E OS ÓRGÃOS REGULADORES**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é constituído por um conjunto de entidades que promovem a intermediação financeira, pelo encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro nacional que as pessoas, empresas e o governo circulam seus ativos, pagam suas dívidas e fazem seus investimentos (BACEN, [2021?]). Na Figura 4, é exposto o SFN.

Figura 4 – Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Bacen ([2021?], não paginado).

A Figura 4 resume como o SFN é composto, bem como os órgãos, entidades e instituições que o compõem. Assim, cada membro do SFN tem uma função específica que ajuda a manter o equilíbrio e a qualidade governamental.

No Sistema Financeiro Nacional foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que possui o objetivo de promover a educação financeira da população, além de fortalecer a cidadania e a solidez do sistema (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão que se encontra no topo da cadeia financeira e é responsável por cuidar da moeda e do crédito do país, além de definir a meta da inflação. Ademais, divulga normativas para o funcionamento do mercado financeiro em geral, mas não executa nenhuma ação (BACEN, [2021?])

A Comissão de Valores Mobiliário (CVM) é uma organização autônoma, na qual o governo não possui nenhuma autoridade hierárquica sobre ela. Um dos principais objetivos dessa Comissão é proteger quem está investindo, para que possam investir com segurança e, assim, assegurar um bom funcionamento do mercado. Ainda, estimula que a nação poupe dinheiro e invista (BACEN, [2021?]).

O Banco Central do Brasil (Bacen ou BC) configura-se de uma autarquia, posto que possui o objetivo de manter a economia brasileira estável, regular o sistema financeiro e manter o poder de compra da moeda, além de sua emissão. Além disso, dispõe de funções como fiscalização e execução. Também administra o Sistema de

Pagamentos Brasileiros (SPB) e é considerado o banco dos bancos e o banco do Governo. O Tesouro Nacional, por exemplo, possui sua conta no Bacen (BACEN, [2021?]).

A Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA) é uma representação dos segmentos das instituições financeiras que operam no mercado financeiro e de capital. Esta, busca criar procedimentos que regulem o mercado. Também oferece certificações aos profissionais da área (ANBIMA, [2021?]).

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é um órgão governamental que autoriza, controla e fiscaliza o mercado de seguros brasileiros. Dessa forma, estabelece toda a normativa dos seguros desta nação. Além disso, previne e combate fraudes e, ainda, pune – se necessário – em casos de ocorrência de desvio de conduta. Ressalta-se que a SUSEP trata da previdência aberta (SUSEP, [2021?]).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) fiscaliza e supervisiona as entidades de previdência fechada. Ademais, concede autorização para o funcionamento de novos fundos, além de julgar infrações e aplicar penalidades (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O Brasil Bolsa Balcão (B3) é a bolsa de valores brasileira. Esta surgiu por meio da fusão entre Central de custódia e liquidação financeira de títulos (Cetip) e a BM&FBovespa. A sua principal função é a de garantir o funcionamento da bolsa de valores, ou seja, de oferecer um ambiente seguro e com liquidez para os investimentos. Ainda, proporciona oportunidades para que as empresas de capital fechado se tornem empresas de capital aberto. Além disso, fornece certificações aos profissionais da área (B3, [2021?]).

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é a principal entidade representativa dos bancos no Brasil. Essa companhia não realiza operações de qualquer natureza. “Seu principal objetivo é representar seus associados frente os poderes, executivo, legislativo e judiciário, onde busca, dessa forma, aperfeiçoar o sistema normativo e a redução dos níveis de risco” (FEBRABAN, [2020?], não paginado).

A Associação Nacional de Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (ANCORD) tem por finalidade unir e representar as empresas do mercado de capitais e financeiro. Como principal função, regula o mercado e fornece conhecimento aos profissionais da área, além de certificações (ANCORD, [2021? ]).

Já o SPB (Sistema de pagamentos brasileiros) tem como principal função possibilitar a transferência de recursos, além de processar e liquidar os pagamentos de pessoas jurídicas e pessoas físicas, como, por exemplo, Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou fundos de operações com moedas estrangeiras (BACEN, [2021?]).

Entendendo os órgãos reguladores do mercado financeiro, dá-se espaço para conhecer os tipos de investimentos existentes, bem como suas principais características. Portanto, no tema a seguir será apresentado os principais tipos de investimentos.

## 3.2 TIPOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos, na ótica das finanças pessoais, são aplicações que no futuro trarão algum retorno financeiro. Isto envolve dinheiro, capital intelectual, social ou natural, ou seja, é um desembolso que cria uma expectativa de ganho futuro.

Os investimentos são divididos por perfil de investidor, seja ele conservador, moderado ou arrojado – aspecto que será abordado no próximo tópico – e também pelo tipo de investimentos, como renda fixa, renda variável, fundos de investimentos, ações e outros.

### 3.2.1 Investimentos na modalidade de renda fixa

Os investimentos em renda fixa são voltados a investidores com perfil conservador, como pessoas que querem investir e obter bons retornos sem deixar de lado o quesito segurança. Esse tipo de investimento traz segurança, pois permite ter uma noção de quanto o investidor receberá no prazo final, sejam títulos pré ou pós-fixados. Para Assaf Neto (2018, p. 186), “o rendimento do título é calculado por uma taxa de juros fixa, cobrindo todo o período de emissão. Os pagamentos de juros ocorrem geralmente em períodos semestrais”.

Para estes, ou outros tipos de investimentos, podem ser atrelados a um índice de referência, ou *benchmark*, que por sua vez, transmite a ideia de um índice de referência, utilizado no campo dos investimentos, que se refere à maneira como um investidor alcançou determinada rentabilidade (CORREIA; NEVES, 2013).

A poupança é um dos investimentos mais comuns dos brasileiros, devido a dois principais fatores: risco baixo e liquidez, como será visto no capítulo 4. Além disso, a poupança é um investimento livre de imposto de renda. Isso, pois “quando a Taxa Selic está acima de 8,5% ao ano, a remuneração da poupança é 0,5% + TR (Taxa Referencial), enquanto, se a Taxa Selic se mantiver abaixo deste percentual, sua remuneração é 70% desta taxa + TR” (INFOMONEY, [2020?], não paginado).

A poupança sempre foi um dos investimentos mais cobiçados para os brasileiros, enquanto em outros países quase não é utilizada. Quem aplica em poupança busca uma garantia de recebimento, independente da sua remuneração. Entretanto, existem outros tipos de investimentos que são mais vantajosos em questões de rentabilidade e são tão conservadores quanto ela, como os chamados títulos públicos.

Além da maioria dos títulos públicos serem mais atrativos que a poupança, estes trazem mais segurança, visto que possuem a garantia do Governo Federal. Esses títulos são emitidos pelo Tesouro Nacional e são utilizados para financiar as atividades do governo. São considerados investimentos de renda fixa os rendimentos projetáveis, uma vez que, no início, o rendimento provém de um dos itens a seguir, prefixados, atrelados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) ou atrelados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O pagamento do rendimento ocorre no vencimento do título ou no momento da venda do papel. Os Títulos Públicos são um tipo de investimento de renda fixa, conhecido por sua rentabilidade e sua segurança. Com esse tipo de investimento, há a possibilidade de se obterem ganhos acima do *Benchmark* (índice de referência) (CVM, [2020?]). Isso, pois:

Os títulos públicos federais são adquiridos no mercado primário por instituições financeiras por meio de leilões promovidos pelo Banco Central e, posteriormente, podem ser negociados no mercado secundário para outras instituições financeiras ou não financeiras. Esses títulos são identificados no mercado com diferentes condições de prazo e formas de remuneração. Nos últimos anos, apresentaram uma série enorme de denominações e siglas, tais como: LTN, LFT, NTN etc. Os títulos pós-fixados apresentam diferentes indexadores, como IPCA, IGP-M, taxa SELIC, e assim por diante. Os títulos prefixados não possuem indexadores, oferecendo uma taxa fixa de remuneração. Atualmente, somente o Tesouro Nacional está autorizado a emitir títulos públicos (ASSAF NETO, 2018, p. 55).

Ao buscar investimentos rentáveis e de cunho conservador, existem, além dos títulos públicos federais, os chamados Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

Estes são encontrados em quase todas as instituições financeiras como forma de aplicações, que são, assim, informalmente chamadas.

Quando um CDB é adquirido, o banco paga ao investidor uma taxa pré-definida no momento da contratação. Dessa forma, a instituição financeira utiliza esse valor para financiar os seus projetos (CVM, [2020?]).

Ao se referir aos investimentos de renda fixa conservadores, caracterizados por apresentarem um baixo risco, ainda existem os Títulos de Crédito, que são conhecidos por representarem uma obrigação. Os valores investidos nesses títulos são direcionados a outros lugares, como, por exemplo, ao agronegócio ou ao setor imobiliário, dependendo do investimento.

Os títulos de crédito contêm um direito de crédito que representa a obrigação dessa dívida. Esses títulos são emitidos por instituições financeiras públicas e privadas, com o intuito de financiar outros meios. Cita-se, como exemplo, a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), a qual é utilizada para financiar linhas de crédito voltadas ao agronegócio (CVM, [2020?]).

Assim, os títulos de crédito expressam a existência de uma dívida a ser paga e um valor a ser recebido. Logo, esses títulos representam, ao mesmo tempo, um direito e uma obrigação. Esse tipo de investimento é considerado conservador e enquadra-se na renda fixa. Outra oportunidade oferecida por esse recurso é a isenção de imposto de renda no momento do resgate. Assim, além da aplicação financeira, esse título estimula o crédito em si. Conforme Rosa Júnior (2019, p. 615): “são emitidos em favor de instituições financeiras em decorrência de operações de crédito com garantia hipotecária ou pignoratícia, ou ambas as garantias (cédulas de crédito) ou sem garantia (notas de crédito)”.

Os fundos de investimentos em renda fixa devem conter no mínimo 80% da sua carteira aplicada em ativos vinculados à variação da taxa de juros e/ou índice de preços e o restante em derivativos. Assim, “quando eles compram títulos públicos federais, debêntures, CDBs e outros papéis, eles ‘emprestam’ o dinheiro dos investidores ao governo, às empresas ou aos bancos. E esperam, no futuro, receber os recursos de volta, com juros” (INFOMONEY, [2020?], não paginado).

De acordo com Brito (2016, p. 173):

Debêntures e debêntures conversíveis em ações – são títulos emitidos por companhias como forma de financiamento perante os investidores no médio e no longo prazo. No primeiro caso, as debêntures não conversíveis são

garantidas por ativos da própria empresa e normalmente liquidadas antes do prazo final. No segundo caso, debêntures conversíveis em ações, o credor pode optar pela conversão da dívida em *equity* (ações da própria empresa), em prazos e regras determinadas e condições previamente estabelecidas pelas partes. Quando deseja emitir debêntures, a companhia realiza assembleia geral com a participação dos acionistas para definição das condições relacionadas a emissão da dívida, prazos, formas de resgate, condições de conversão e outros pontos pertinentes à operação.

Dessa forma, por conter diversos tipos de ativos, é possível reduzir os riscos. Esses títulos são emitidos por instituições financeiras e possuem um gestor que realiza a administração desses fundos para que obtenham o melhor resultado.

Uma vez entendido o sistema de investimentos em renda fixa, é importante observar o funcionamento dos investimentos em renda variável, como será visto a seguir.

### **3.2.2 Investimentos na modalidade de renda variável**

Nesse tipo de investimento, o investidor não sabe previamente qual será a sua rentabilidade, visto que os preços dos ativos sofrem variações o tempo todo. Isso ocorre devido à existência de eventos que afetam as empresas emissoras, a economia e a instituição financeira.

Dentre os fundos de investimentos de renda variável, é possível destacar as ações, os contratos futuros e as opções. Estas são emitidas por empresas que desejam captar recursos para realizar novos investimentos ou desenvolver projetos, uma vez que a carteira deve conter no mínimo 67% de seus ativos em ações (GRAHAM, 2020).

As ações geram lucros de diversas formas. O principal e mais conhecido é o rendimento, assim como uma aplicação comum. Entretanto, há também a divisão de lucros, pois ao comprar uma ação, o investidor torna-se, de certa forma, sócio da empresa em que adquiriu o título. Portanto, encontra-se no direito de recebimento de dividendos.

Nascia então a primeira megaempresa do mundo, a *Vereennigde Nederlandsche Oostindische Compagnie* (Companhia Unida Holandesa das Índias Orientais – VOC). A “ação” é no sentido de empreendimento, visto que o dinheiro se destinava a financiar a ação de ir para a Índia em busca de pimenta, cravo e canela. Cada pedaço da VOC era chamado de “parte de uma ação”; nas línguas latinas, era chamado de ação; os países anglófonos preferiram chamar de *share* ou “parte” mesmo (LEMOS, 2018, p. 21).

Nos contratos futuros, são negociados prazos e preços pré-determinados, ou seja, existe um contrato firmado entre ambas as partes. Os demais ajustes, por sua vez, são realizados diariamente (KISHTAINY *et al.*, 2015). Assim, os contratos futuros possuem uma negociação determinada no momento da venda do título em que ambas as partes (comprador e vendedor) ficam cientes do que ocorre.

Por outro lado, para quem deseja lidar diretamente com a compra e venda de ativos, existem as chamadas opções, sugeridas para quem deseja mais proteção. As opções são contratos de compra e venda de ativos que permitem ao investidor vendê-los a um preço fixo. Ressalta-se que, para quem deseja proteção, este é um bom investimento (KISHTAINY *et al.*, 2015).

No geral, investimentos lidam com pontos, muitas vezes, acobertados, e que fazem diferença para uma boa estratégia de diversificação de carteira. A liquidez, por exemplo, é importante para determinar em quanto tempo o ativo transforma-se em dinheiro; já a cota de fechamento determina a partir de que dia o rendimento irá se basear em uma aplicação ou resgate; por fim, o nível de risco envolvido refere-se à tendência de um rendimento maior, ou propriamente a taxa de administração e outras taxas que podem incorrer dependendo do tipo de investido escolhido.

Ao investir em ações, deve-se manter o cuidado quanto ao risco (oscilação de mercado) e à liquidez (facilidade de conversão de um ativo em dinheiro). Isso, pois a maioria dos investimentos em renda variável possui bastante oscilação e pouca liquidez (GRAHAM, 2020).

Assim, sugere-se que em uma carteira de investimento haja a diversificação de fundos, ou seja, não dispor o dinheiro em apenas um único local. Diversificá-lo significa separá-lo em fundos diferentes, para que os riscos sejam menores e, caso ocorram perdas, estas também sejam menores. Outra visão acerca deste assunto, será abordada no capítulo 4.

Graham (2020) aponta três tipos de crescimento no campo das ações: o crescimento real, que trata do aumento dos lucros e dos dividendos das companhias; o crescimento inflacionário, que representa um aumento geral dos preços em toda a economia; e por fim, o crescimento/declínio especulativo, que mostra o aumento/diminuição do apetite dos investidores nas ações.

Ao entender os títulos de renda variável, busca-se conhecer também quais são as características, vantagens e desvantagens de se investir em previdência privada,

a fim de complementar os estudos acerca do tema investimentos, como será visto no tópico a seguir.

### **3.2.3 Investimentos em previdência privada**

A previdência privada, considerada por muitos como um plano de aposentadoria futura, pode ser utilizada como uma forma de reserva de recursos tanto para o curto prazo como para o longo prazo. Esse investimento é um pouco mais complexo do que parece, visto que envolve planos, fundos, tributação e benefícios na declaração de imposto de renda, entre outros.

A previdência privada envolve três tipos de plano: o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), indicado para as pessoas que possuem uma previdência simples e que não declaram imposto de renda ou declaram de forma simplificada; o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), indicado para quem realiza a declaração completa de imposto de renda, com o intuito de obter benefícios fiscais; e por fim, o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), que é semelhante ao PGBL. Entretanto, verifica-se uma diferença importante entre ambos, já que na FAPI o investidor pode somente resgatar o patrimônio por completo e sem previsão de pagamentos periódicos de benefícios (SANTOS, 2019).

Para investidores que possuem a previdência no formato PGBL e realizam anualmente a declaração completa de seu imposto de renda, é possível deduzir os aportes em até 12% da renda bruta tributável (ASSAF NETO, 2018).

Além disso, a previdência pode ser aberta ou fechada. No primeiro formato, pode ser adquirida por qualquer pessoa. No segundo, por sua vez, pode ser adquirida somente por funcionários ou associados.

Ainda, a previdência conta com fundos de investimentos, os quais trazem rendimento. Esses fundos seguem as mesmas peculiaridades dos demais. Por isso, deve-se atentar à taxa de administração, ao risco e à liquidez, pois são fatores que influenciam o rendimento.

Ademais, conta com a tributação do imposto de renda, que pode seguir a tabela regressiva, indicada para investimentos de longo prazo. Nesse caso, iniciar em 35% e pode chegar a 10% de dedução, o que é uma alíquota consideravelmente boa se comparada a outros investimentos. Por outro lado, ao seguir a tabela progressiva, o desconto varia entre 7,5% a 27,5% dependendo dos valores aplicados e, se

necessário, a diferença é ajustada na declaração de imposto de renda do ano seguinte. Por fim, ressalta-se que para o plano PGBL a dedução de imposto de renda ocorre sobre o valor integral, enquanto para o VGBL ocorre somente sobre os rendimentos (SANTOS, 2019).

Visto os investimentos de renda fixa, renda variável e previdência privada, a seguir será analisado cada perfil de investidor, bem como os principais riscos existentes.

### 3.3 PERFIS DE INVESTIDORES E RISCOS

Os investidores são divididos em três perfis: o conservador, o moderado e o arrojado. Cada um com características distintas, bem como produtos mais direcionados ao seu perfil.

O investidor conservador não tolera riscos, não quer perder o seu patrimônio e tem dificuldade de lidar com as flutuações nos preços dos ativos. Os objetivos desses investidores são direcionados para curto e médio prazos e, geralmente, investem para formar reservas de emergência. Distingue as pessoas com perfil moderado como aquelas que aceitam correr riscos controlados. Geralmente, classificados como aqueles que buscam incremento do patrimônio no longo prazo e também realizam uma diversificação de carteira entre fundos conservadores e arrojados. E, por fim, existe o perfil arrojado. Investidores com esse perfil são conhecidos por quererem ganhos maiores, mesmo que isso lhes traga riscos maiores ou, até mesmo, perdas. Eles admitem perdas desde que estas sejam compensadas no futuro. A carteira desse tipo de investidor é formada por ações e fundos que envolvem riscos maiores (RAMBO, 2014).

Os riscos podem ser entendidos como as incertezas e os perigos a serem enfrentados. Eles podem existir em qualquer lugar, a qualquer momento e ocorrem, muitas vezes, sem que se possa fazer algo para evitá-los.

O risco de crédito, por exemplo, é a possibilidade de o investidor não receber os valores prometidos dos títulos que possuem em sua carteira de ativos (ASSAF NETO, 2018). Esse risco refere-se à possibilidade de a instituição contratada não arcar corretamente com seus pagamentos. Os investimentos, como as poupanças e os CDBs, são mais seguros nesse sentido, visto que são assegurados pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o qual cobre um valor de R\$250.000,00 por Cadastro

de Pessoa Física (CPF) em caso de não pagamento por parte da instituição financeira, como em casos de falência, por exemplo (D'ANDREA, 2012).

Em relação ao risco de liquidez, Assaf Neto (2018, p. 157), refere que este “está relacionado com a disponibilidade imediata de caixa diante de demandas por parte dos depositantes e tomadores (titulares de passivos) de uma instituição financeira”. Assim, o risco de liquidez é definido como a facilidade de transformar um ativo em dinheiro. Por exemplo, um imóvel não possui liquidez imediata, pois não é facilmente convertido em dinheiro.

Já o risco operacional é conceituado como “[...] o risco de perdas (diretas ou indiretas) determinadas por erros humanos, falhas nos sistemas de informações e computadores, fraudes, eventos externos, entre outras” (ASSAF NETO, 2018, p. 154). Logo, esse risco é uma falha ou fraude no processo operacional que pode prejudicar o investidor. De acordo com D'Andrea (2012, não paginado):

Esse risco é quase inexistente, pois as operações são feitas com base em um tripé, no qual estão presentes gestão, custódia e administração. O gestor cuida da estratégia e é quem compra e vende os ativos, o custodiante é responsável pela liquidação física e financeira além da guarda e da administração de possíveis eventos com os ativos. Já o administrador, é quem cuida do funcionamento do fundo, controlando todos os envolvidos no processo (NETO, 2018, p 156).

Por fim, o risco legal refere-se à legalização de contratos e cláusulas. Neste, as pessoas são persuadidas por investimentos que possuem uma rentabilidade muito superior a investimentos do mesmo ramo no mercado, sendo geralmente praticado por agentes não autorizados (D'ANDREA, 2012).

Além disso, também pode ser considerado como a falta de uma legislação mais atualizada e eficiente relacionada ao mercado financeiro (ASSAF NETO, 2018). Segundo Assaf Neto (2018, p. 156):

Ao operar em outros países, uma instituição financeira se expõe também ao denominado risco soberano, determinado principalmente por restrições que o país estrangeiro pode impor aos fluxos de pagamentos externos. Essas restrições podem ocorrer em termos de volume máximo de pagamento, tipo de moeda ou, até mesmo, da decretação de moratória de dívidas.

Conforme o exposto, os riscos são, muitas vezes, iminentes. Por vezes podem ser controlados e por outras não. Assim, para que os riscos sejam reduzidos, o

investidor deve diversificar sua carteira de investimentos. Dessa forma, caso ocorra algum risco com os investimentos, os demais podem suprir essa ocorrência.

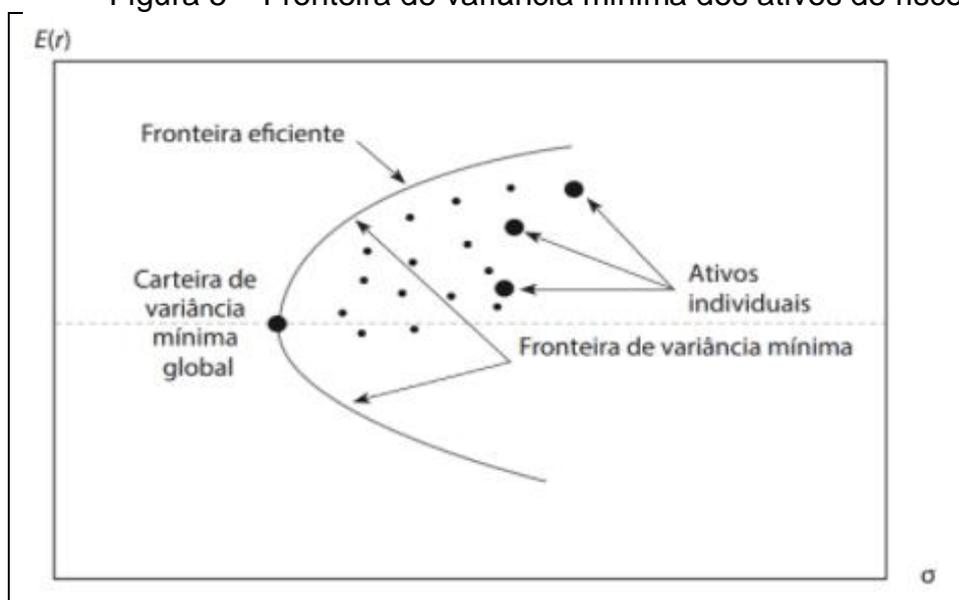
Outra abordagem foi trazida por Harry Markowitz<sup>8</sup> em sua teoria sobre portfólio. Nessa teoria, o autor evidenciou que o mercado consegue refletir as informações rapidamente.

Markowitz criou o conceito de fronteira de variância mínima dos ativos de risco. Esse conceito é representado pelo gráfico da variância de carteira mais baixa possível, exposto na Figura 5, e é utilizado para entender o retorno esperado (BODIE; KANE; MARCUS, 2015).

A Fronteira Eficiente resume as carteiras disponíveis do investidor determinadas pelas melhores combinações de risco e retorno. A diversificação permite que se construam carteiras de investimentos que oferecem maior retorno esperado para certo nível de risco” (ASSAF NETO, 2018, p. 294).

Na Figura 5, é exposta a fronteira de variância mínima dos ativos de risco

Figura 5 – Fronteira de variância mínima dos ativos de risco



Fonte: Bodie, Kane e Marcus (2015, p. 193)

A Figura 5 mostra que à direita ficam os ativos individuais. Isso representa que as carteiras de investimentos que possuem apenas um ativo são ineficientes, uma vez

<sup>8</sup> Harry Max Markowitz é um dos principais economistas dos EUA. Uma de suas mais importantes contribuições foi a criação do Modelo de Markowitz, que permite calcular o risco de uma carteira de investimentos, independentemente do tipo de ativos que a compõem.

que a diversificação da carteira traz retornos esperados mais altos e desvios-padrões menores. Já o que está acima da carteira de variância é chamado de fronteira eficiente de ativos de risco. Logo, a parte inferior é considerada como ineficiente.

Portanto, ao se avaliar os estudos acerca dos investimentos, é importante confrontar os dados com as finanças pessoais e educação financeira, como será visto no tópico a seguir.

### 3.4 FINANÇAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem como principal missão incentivar o progresso econômico e o comércio mundial. Além disso, um dos seus principais temas são os programas de educação financeira em diferentes países. A OCDE define a educação financeira como um processo pelo qual consumidores e investidores melhoram o seu entendimento acerca de produtos, conceitos e riscos no mercado financeiro. Assim, conseguem obter informações importantes e instruções para que desenvolvam seus planos com mais assertividade e com menos riscos, fazendo, dessa maneira, escolhas mais conscientes (SANTOS, 2009).

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, em 2016, a OCDE e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceram o Centro OCDE/CVM de Educação Financeira e Alfabetização da América Latina e Caribe. Com sede no Rio de Janeiro, o Centro serve de plataforma para monitorar e aprimorar a alfabetização financeira na região através de pesquisas e análises e fortalecer a cooperação com os governos e autoridades financeiras da região na concepção e implementação de políticas de educação e inclusão financeira (OCDE, 2016, p. 28).

A OCDE observa as tendências mundiais para a implementação de estratégias de financiamento de educação, identificando os principais desafios e indicando soluções relevantes. Desse modo, indiferentemente das condições econômicas enfrentadas pelos países, repassa as lições aprendidas (OCDE, 2013). Ainda em relação à OCDE, Brito (2016, p. 143) revela que:

No âmbito internacional, as discussões em torno das melhores práticas foram iniciadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que criou um fórum específico para o assunto, intitulado *Business Sector Advisory Group on Corporate Governance*. Ao longo do tempo, após os movimentos iniciais da GC ao redor do mundo, percebeu-se uma inclinação dos investidores a pagar um valor maior por organizações

com boas práticas de governança corporativa, uma vez que isso resulta em transparência no modelo de negócio, proporcionando longevidade às companhias.

As finanças pessoais referem-se ao estudo e à prática das aplicações que contribuem para a gestão de receitas e despesas das pessoas ou famílias. Para isso, a organização financeira exige um conhecimento pessoal próprio, a fim de identificar como estão equilibradas as receitas e despesas das famílias. Também, busca um conhecimento macro da economia, do seu funcionamento, dos seus órgãos, da estrutura do sistema financeiro e das opções de investimentos de acordo com suas características.

Nesse sentido, segundo Massaro (2015, p. 9):

[...] no mundo das finanças pessoais, todas as decisões financeiras (sejam de consumo ou de investimento) acabam sendo carregadas de fatores emocionais, crenças e vieses. A gestão das finanças pessoais gera, compreensivelmente, mais “dor” e angústia nas pessoas.

Sendo assim, ao apresentar um maior domínio dessa área, a assertividade no momento de organizar a vida financeira e de investir recursos não utilizados para o consumo será maior. Isso resultará em mais benefícios e resultados, além da qualidade no processo.

A educação financeira é voltada para a conscientização do planejamento, para que, assim, o cidadão desenvolva uma relação equilibrada com o dinheiro e tome decisões adequadas sobre finanças e consumo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Santos (2009, p. 2), refere a relevância do conhecimento da temática:

Reforçando a importância da educação financeira, com o atual estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, deve-se refletir sobre os riscos associados à falta de conhecimento financeiro da população. Essa lacuna de competência nas pessoas pode trazer diversas consequências indesejáveis. Os erros na tomada de decisão, a falta de planejamento das finanças pessoais, a visão negativa sobre os produtos e as empresas do setor financeiro são alguns dos problemas que podem inviabilizar que as pessoas alcancem seus objetivos.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída pelo Bacen como uma política permanente do Estado, por meio do Decreto Federal 7.397/2010. Ela tem o objetivo de contribuir com o fortalecimento da cidadania e com ações que ajudem as pessoas a tomarem decisões mais concisas. Essa estratégia foi criada pelo

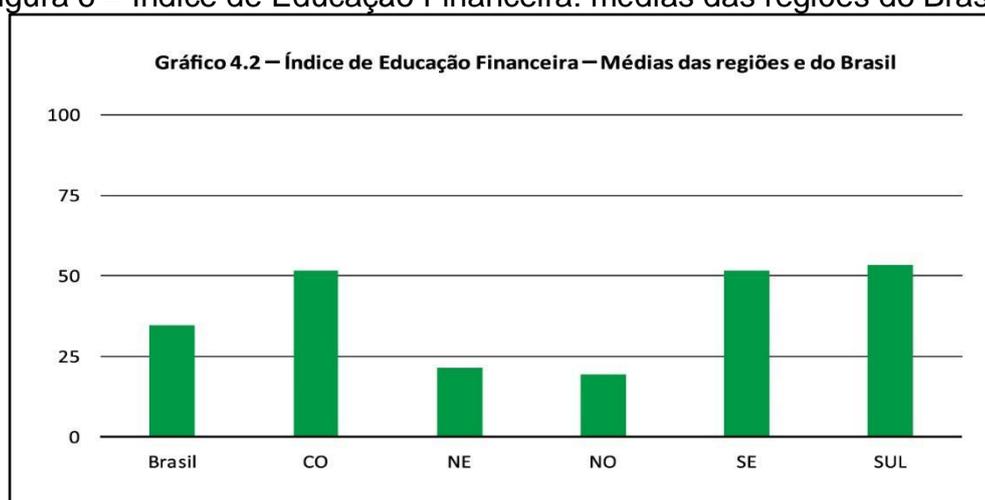
Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), caracterizado por ser uma instância responsável pela direção e pelo fomento da ENEF (ENEF, 2017).

A ENEF trabalha com escolas tanto públicas como privadas, por esse motivo realiza, uma vez ao ano, a Semana Nacional de Educação Financeira. Nesta são abordados temas relacionados às finanças pessoais e ao futuro, bem como à organização e ao planejamento financeiro. Embora seja um trabalho que traga resultados ao longo do tempo, ainda há muito trabalho pela frente, uma vez que a informação tem barreiras e nem todos os locais possuem uma estrutura adequada para tal.

No ano de 2020, a ENEF lançou a sétima edição da Semana Nacional, com o tema Resiliência financeira: como atravessar a crise. Nessa semana, foram criadas cerca de 3.278 iniciativas em todo o território brasileiro no formato de palestras, cursos ou oficinas. Esse trabalho alcançou em torno de 1,1 milhão de pessoas de forma presencial, representando 856 municípios brasileiros e 105 milhões de pessoas por meio da internet (ENEF, 2020).

Na Figura 6, evidencia-se o Índice de Educação Financeira (IEF) para cada região do território nacional. Observa-se que cada localidade apresenta uma realidade diferente acerca da temática.

Figura 6 – Índice de Educação Financeira: médias das regiões do Brasil



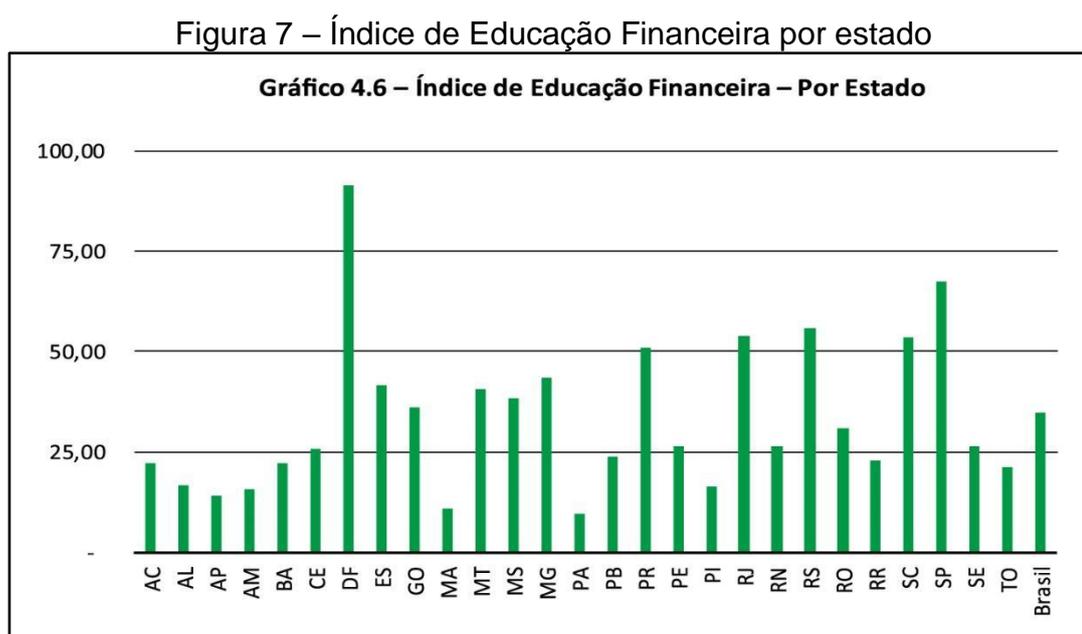
Fonte: Bacen (2018, p. 54).

De forma geral, a Figura 6 expõe um grande esforço a ser realizado para que as regiões Norte (NO) e Nordeste (NE) experimentem os efeitos da educação financeira, visto a baixa densidade demográfica e a vasta extensão. A média atingida

no IEF é de 35, em uma escala de 0 a 100, na qual 100 representa a pontuação máxima em todas as dimensões. Medida em termos de volume de depósitos *per capita* e por indicadores de endividamento (sem crédito imobiliário) e inadimplência, fazendo relação com a renda, e ainda com os contribuintes do INSS. O IEF é utilizado para avaliar a formação de poupança no futuro.

Assim, a ENEF disponibiliza formas de apoio para a sociedade, com cursos específicos e direcionados, como, por exemplo, o Programa de Educação Financeira para Mulheres. Nas escolas, oferece o programa para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de ofertar, também, para adultos. Ao organizar o programa dessa forma, torna-se mais fácil atingir o público-alvo, de acordo com as suas necessidades (ENEF, 2020).

Na Figura 7, tem-se o IEF por estado.



Fonte: Bacen (2018, p. 56).

A Figura 7 mostra o IEF por estados brasileiros. Nota-se que o Distrito Federal (DF), São Paulo (SP), Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio de Janeiro (RJ) são os estados com maior destaque no índice.

A S&P500 realizou uma pesquisa em 2016, a qual apontou que cerca de 2/3 da população mundial é composta por analfabetos financeiros. Essa pesquisa levou em consideração os índices de inflação, risco, habilidade numérica e juros compostos. De acordo com a pesquisa, mulheres e pessoas com baixa renda tendem a se encaixar neste patamar. Nesse indicador, o Brasil segue com 33% no que se refere

ao nível de alfabetização financeira. No mundo está em 35%, ou seja, o Brasil ocupa a 67ª posição de 143 países entrevistados (INSPER, 2016).

### 3.4.1 Finanças pessoais e consumo

Friedman<sup>9</sup> refere que o consumo não deve ser influenciado pelas variações transitórias das rendas das famílias, ou seja, as decisões das famílias devem ser pautadas por suas rendas permanentes. Desse modo, a renda permanente seria a parte da renda que as pessoas esperam manter no futuro, isso é, a renda média. A renda temporária, por sua vez, caracteriza-se pelo que não se espera no futuro (OREIRO, 2003). Essa abordagem recebeu o nome de Teoria da Renda Permanente.

Outra teoria que analisa o consumo no longo prazo é o modelo de Ando-Modigliani. Segundo essa abordagem, as pessoas poupam quando são jovens para utilizarem à medida que envelhecem. Logo, compreende-se que as pessoas sabem que no futuro terão uma queda na renda e, portanto, devem poupar durante a sua vida produtiva, pois precisarão da renda para fazer frente às necessidades de consumo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017).

Conforme Nascimento (2015, p. 12):

A hipótese de maximização de utilidade do consumo vislumbrada por Modigliani, traz consigo uma consideração fundamental ao modelo: de que o consumidor, a qualquer idade, buscará manter um padrão razoavelmente estável de consumo para toda a vida, baseado na sua renda corrente, somada a riquezas recebidas (heranças, por exemplo), e levando ainda em consideração seus rendimentos futuros.

Esses estudos revelam decisões importantes a despeito do consumo. Ajudam a compreender também teorias sobre renda, a qual é diretamente influenciada pelo consumo, como visto anteriormente.

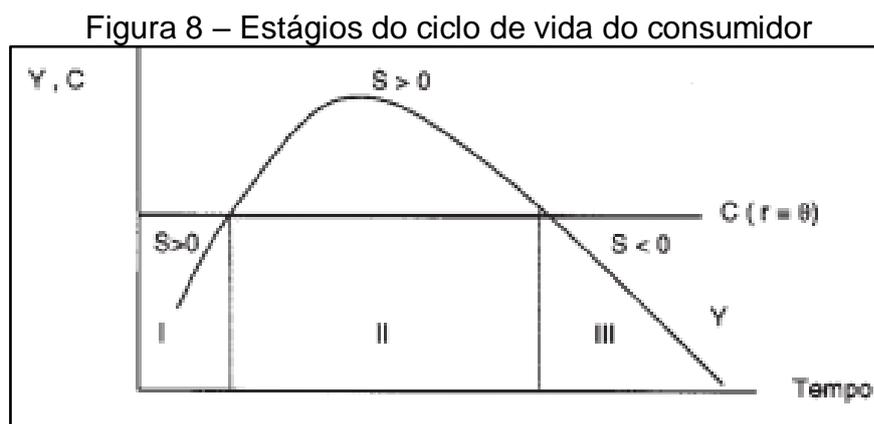
Friedman considera que o enigma do consumo ocorrera devido à função consumo keynesiana ter levado em conta a renda corrente ao invés da renda permanente. Além disso, segundo Friedman, a propensão média a consumir depende da razão entre a renda permanente e a renda corrente. Quando a renda corrente estivesse temporariamente acima da renda permanente, a propensão média a consumir cairia, mas quando a renda corrente estivesse abaixo da renda permanente, a propensão média a consumir aumentaria temporariamente (OREIRO, 2003, p. 133).

---

<sup>9</sup> Milton Friedman (1912-2006) foi um economista norte-americano, um dos maiores representantes do liberalismo na economia e da defesa do mercado. Suas teorias econômicas formaram um contraponto às ideias de John Maynard Keynes. Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976.

O estudo realizado por Oreiro (2003) é complementado pelo Modelo Ciclo de Vida de Modigliani<sup>10</sup>. Esse modelo mostra que o consumo não depende da renda corrente, mas, sim, da renda auferida ao longo de toda a vida economicamente ativa.

Na Figura 8, visualizam-se os estágios do ciclo de vida do consumidor.



Fonte: Oreiro (2003, p. 131).

A Figura 8 apresenta os três estágios do ciclo de vida de um consumidor. O estágio I refere-se à juventude, que possui como característica a renda baixa e, geralmente, configura-se pelos consumidores que fazem dívidas, pois sabem que no futuro terão rendas maiores. O estágio II, por sua vez, corresponde à meia-idade. Nessa etapa, a renda atinge um “máximo” e as pessoas pagam pelas dívidas contraídas no primeiro estágio; é neste momento que os consumidores começam a pensar na velhice. Por último, o estágio III aponta à velhice, que é marcada por uma renda zerada. Assim, começam a consumir a poupança acumulada durante a vida (OREIRO, 2003).

Em geral, as pessoas trabalham para poder consumir, seja por alguma necessidade básica ou supérflua. Dessa forma, almejam o que querem, trabalham mais para aumentar o poder aquisitivo e, assim, poderem adquirir mais bens e de melhor qualidade. Vive-se em uma sociedade em que o padrão das pessoas é determinado pelo tipo de comida que consomem, pela roupa que usam ou pelos lugares que frequentam. Este é um dos motivos pelo qual ocorre o consumo em

<sup>10</sup> Amedeo Modigliani (1884-1920) foi um pintor e escultor italiano, conhecido como o “príncipe de Montparnasse”, famoso por seus retratos com rostos alongados e os nus eróticos que fizeram dele uma das grandes personalidades da pintura do início do século XX.

massa, motivado pela pressão social, assim como visto no capítulo 2 (MASSARO, 2015).

Em relação à questão financeira, quando se trata de consumo, uma das primeiras regras a serem seguidas é evitar ao máximo o pagamento de juros. Isso não significa pagar sempre à vista, mas sim, cuidar com parcelamentos que acarretam em juros, visto que existem outros meios que permitem parcelar sem a ocorrência de taxas adicionais, como, por exemplo, o cartão de crédito (BACEN, 2013).

Controlar as despesas faz com que o orçamento mude imediatamente. Isso, pois é preciso verificar quais despesas são realmente necessárias, quais são prioridades e quais podem ser eliminadas temporariamente e/ou definitivamente. Assim, é importante delimitar um teto de gastos e, mais importante ainda, não o ultrapassar (DESSEN, 2015).

Caso as despesas estejam maiores do que o previsto, será necessário reavaliar o orçamento e cortar gastos desnecessários ou supérfluos. Ao gastar menos do que se ganha, há uma tendência de que sobre um valor que poderá ser utilizado para formar uma reserva de emergência para acontecimentos inesperados. Dessa maneira, a receita consegue cobrir as despesas e, ainda, permite reservar uma parte para poupar/investir. Caso isso não tenha resolvido e a pessoa já esteja endividada, é necessário um olhar macro da dívida total existente para, depois, reorganizar as finanças (BRITO, 2016).

A partir da exposição dessa temática, nota-se que o protagonista de todo esse processo é o consumidor. Logo, ele deve evitar ao máximo o consumo desenfreado e precisa elencar prioridades no momento da realização de alguma compra. Entender a necessidade de cada consumo faz com que este seja mais assertivo. Além disso, anotar o que é necessário comprar ajuda o consumidor a adquirir somente o que ele realmente precisa, desviando-se, assim, do consumo impulso.

### **3.4.2 Finanças pessoais para crédito, empréstimos e financiamentos**

Basicamente, os créditos, empréstimos e financiamentos são recursos que as instituições financeiras licenciadas oferecem às pessoas e às empresas. Em troca disso, elas são remuneradas pelos juros pagos pelos tomadores. Empréstimos geralmente são caracterizados por não terem bens em garantia, ao contrário dos financiamentos, onde possuem bens na garantia, como por exemplo, o financiamento

de uma casa ou de um carro.

Esses recursos não são necessariamente ruins, uma vez que empregados conscientemente. Muitas vezes, eles são utilizados para adquirir algo que não se possa aguardar o acúmulo do montante. Quando utilizados para adquirir algo que possa trazer retorno financeiro ou atingir uma necessidade real, podem ser tomados. No entanto, quando forem usados sem consciência e planejamento, a chance de o endividamento aumentar é grande, podendo acarretar inadimplência. Logo, a pergunta que se faz é: pode-se aguardar mais um período sem o bem, até acumular o montante necessário para comprá-lo à vista? (MASSARO, 2015).

Exemplos práticos que podem levar à inadimplência são: o uso constante do cheque especial e o uso do rotativo do cartão de crédito, que, geralmente, possuem taxas de juros elevadas. Assim, se o indivíduo chegar a essa fase de inadimplência, é preciso olhar para as finanças e reorganizá-las (FRITSCHER, 2011).

É necessário reforçar que empréstimos e financiamentos não são soluções que resolvem todos os problemas, ainda mais se o pagamento for no curto prazo, visto que a chance de se endividar no longo prazo é maior. Além disso, salienta-se a importância de observar a taxa de juros que está sendo utilizada. Isso, porque os empréstimos com juro prefixados tendem a ser mais caros por conta da garantia da taxa não se alterar, enquanto os empréstimos pós-fixados tendem a ser mais baratos, visto que não se tem certeza do percentual do indexador.

Dessa forma, os empréstimos e afins não devem ser considerados como vilões, uma vez que, se contratados de forma consciente, podem contribuir para o desenvolvimento do planejamento orçamentário.

### **3.4.3 Finanças pessoais e planejamento financeiro**

Tempo e dinheiro são dois temas que andam juntos, contanto que o tempo seja gerenciado de forma inteligente. Isto é, ao diminuir a ociosidade e gerar a qualidade nos processos, o dinheiro retorna como consequência. Entretanto, uma vez que se tem dinheiro sobrando, é importante saber como utilizá-lo e investi-lo, pois, podem surgir necessidades ou o desejo de comprar algo supérfluo. Assim, se o dinheiro estiver em fácil acesso, a chance de gastá-lo mais rapidamente é maior (DESSEN, 2015).

Nas análises orçamentárias pessoais, dois questionamentos são inevitáveis: “gastar menos?” Ou “ganhar mais?”. Uma maneira de ganhar mais é investir em estudos que tragam conhecimento sobre gerenciamento e investimento do dinheiro. Além disso, é importante trabalhar duro, ser protagonista da sua jornada e ser criativo. Para os trabalhos que permitem, é importante fazer projetos extratrabalho, a fim de adquirir uma renda extra (DESSEN, 2015).

Brito (2016) traz que é importante que se analisem as receitas, pois, caso seja possível incrementar uma nova renda, esta ajudará a equilibrar as contas e ainda poderá gerar uma sobra líquida mais adequada. Para esse controle financeiro, existem diversas planilhas de planejamento orçamentário que ajudam a separar as receitas e despesas e entender melhor o momento de vida.

Quando as receitas estiverem organizadas e for avaliada a necessidade de uma renda extra, é necessário gerenciar as despesas. Ademais, quando estas estiverem em equilíbrio, há chance de as finanças fluírem mais adequadamente.

Um ponto importante do planejamento financeiro é o planejamento orçamentário. Este envolve a análise e o controle da renda e despesas e, também, dos investimentos, com o intuito de alcançar algum objetivo específico. Assim, o orçamento pode ser reorganizado desde uma redução das despesas das famílias até a geração de uma nova receita ou da reavaliação de investimentos (BRITO, 2016).

Cada caso gera uma análise financeira diferente, já que fatores como emprego, renda, despesas, família, aluguel e outros alteram as realidades. Dessa maneira, um financiamento pode ser eficiente ou não, desde que sua viabilidade seja estudada. Da mesma forma, investir em estudos e não os colocar em prática é inválido. Na Figura 9, demonstra-se um modelo orçamentário simples, que pode esclarecer algumas dúvidas em relação às finanças.

Figura 9 – Tabela para planejamento orçamentário

Coluna2	Coluna3
<b>EXEMPLO DE COMO FAZER O ORÇAMENTO</b>	
Receitas(Salário, pró-labore, outros)	R\$ 2.700,00
Objetivo(curto prazo): carro - consórcio	R\$ 600,00
Objetivo(médio prazo): previdência	R\$ 0,00
Objetivo(longo prazo): casa	R\$ 1.200,00
<b>Saldo disponível para despesas do mês</b>	<b>R\$ 900,00</b>
Alimentação	R\$ 0,00
Animais de estimação	R\$ 50,00
Educação	R\$ 700,00
Lazer e diversão	R\$ 100,00
Moradia(água, luz, telefone, etc)	R\$ 280,00
Saúde e bem estar	R\$ 160,00
Transporte	R\$ 0,00
Vestuário	R\$ 50,00
Outros(cartão)	R\$ 250,00
<b>Saldo do mês (sobra ou falta dinheiro)</b>	<b>-R\$ 690,00</b>

Fonte: Sicredi (2020, não paginado).

A Figura 9 demonstra uma tabela simples, na qual se coloca por primeiro as despesas relacionadas com os objetivos de vida e, após, as despesas recorrentes do mês, seguidas do saldo líquido do mês. Na demonstração, o saldo encontra-se negativo, apontando que é necessário revisar o orçamento e reorganizar as finanças.

Além disso, é importante que se tenha proteção dos bens adquiridos, pois de nada adianta ter um automóvel sem seguro, visto que, em caso de acidente, o patrimônio poderá ser perdido e em caso de bens financiados, o valor da dívida permanece. Isso se aplica a outros bens, como, por exemplo, os imóveis.

### 3.5 ECONOMIA E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

A economia comportamental surge com o objetivo de unir a psicologia e a economia para criar modelos mais realistas sobre as decisões dos indivíduos. De acordo com Franceschini (2015, p. 179), as “finanças comportamentais têm como

meta explicar e prever fluxos financeiros a partir de pressupostos psicologicamente mais realistas”.

Diferente da economia clássica, a economia comportamental não compreende os consumidores como indivíduos simplesmente racionais, já que cada um possui um comportamento exclusivo e individual, além de viver em um contexto de vida diferente. Ou seja, são realidades diferentes e, por isso, existe a necessidade de tratá-las de forma individual, observando o contexto econômico ao qual estão inseridas e seu momento de vida (SAMSON, 2015).

Essa teoria preconiza a atribuição de pesos diferentes para ganhos e perdas, o que indica a aversão à perda. Desse modo, as pessoas atribuem maior peso aos elementos conforme aumentam suas probabilidades (YOSHINAGA; RAMALHO, 2014).

Essa abordagem é explicada por Kahnemann<sup>11</sup> e Tversky<sup>12</sup> que criaram a Teoria das Perspectivas, na qual evidenciaram que as pessoas escolhem a alternativa que mais acham útil. A partir disso, define-se que as pessoas sempre escolhem a opção que trará menos perdas. Isso deixa uma brecha para abordar a Teoria dos Jogos (SBICCA, 2014).

Para Samson (2015, p. 29):

Talvez esses dois autores sejam mais conhecidos por terem formulado a teoria da perspectiva (Kahneman e Tversky, 1979), que mostra que nem sempre as decisões são ótimas. Nossa disposição para correr riscos é influenciada pelo modo como as escolhas são apresentadas (framed), isto é, depende do contexto.

Uma abordagem diferente desta ideia, é a teoria dos jogos, mostrando diferentes aspectos acerca de estratégias, sendo que uma segue a racionalidade (teoria dos jogos) e a outra a irracionalidade (finanças comportamentais).

A Teoria dos Jogos, por sua vez, revela o comportamento racional e estratégico das pessoas. Nessa teoria, é abordado o conceito de ações possíveis e estratégicas, ou seja, são postas todas as possíveis opções existentes e, a partir disso, estas são

---

<sup>11</sup> Daniel Kahnemann é um teórico da economia comportamental, a qual combina a economia com a ciência cognitiva para explicar o comportamento aparentemente irracional da gestão do risco pelos seres humanos.

<sup>12</sup> Amos Tversky é conhecido por ter sido um matemático e psicólogo cognitivo que introduziu um termo completamente novo no campo da psicologia: os vieses cognitivos.

estudadas. Cada resultado de cada combinação possível é chamado de *payoff*. Para esses jogos, existem os não cooperativos, que são aqueles que agem individualmente. Todavia, isso não representa que em todas as situações não serão boas para ambas as partes, inclusive este é um dos motivos dos estudos desta teoria. Por outro lado, também existem os jogos predeterminados ou sequenciais. Ainda, ressalta-se que os jogadores fazem escolhas sem saber o que o adversário escolheu (VASCONCELLOS; OLIVEIRA; BARBIERI, 2011).

Esse estudo permite discutir o comportamento financeiro a partir da Neuroeconomia.

De acordo com Samson (2015), essa abordagem revela que:

- a) pessoas sacrificariam dinheiro para impedir a dor dos outros do que nelas próprias;
- b) a dor de pagar é uma experiência dolorosa;
- c) é possível descobrir qual produto uma pessoa irá adquirir baseado no tempo que elas passam olhando para ele.

A neuroeconomia e a economia comportamental, ajudam a entender, através de seus estudos, quais são as influências que as pessoas sofrem para as tomadas de decisões, bem como, o contexto em que vivem, e que tipo de força gera sobre suas escolhas.

Dessa forma, notou-se que pessoas pobres possuem função cognitiva prejudicada se comparadas a pessoas de classe média/alta, uma vez que necessitam pensar nas dificuldades financeiras, nas contas a pagar, no que comer e assim por diante. Assim, chegou-se à conclusão de que a pobreza reduz a atenção, desencadeia pensamentos desagradáveis e reduz os recursos cognitivos (MANI *et al.*, 2013 apud SAMSON, 2015).

A teoria das finanças comportamentais mostra que a maior parte das decisões são tomadas de forma irracional e deliberada, uma vez que aspectos emocionais e socioeconômicos afetam elas. Entretanto, mostra, também, que se não forem levados em consideração os aspectos emocionais e comportamentais, as decisões serão inválidas, já que cada indivíduo é único e possui um contexto de vida específico (LEMOS, 2018).

A respeito do comportamento, Franceschini (2015, p. 180) discorrem que:

O que um indivíduo fará é incerto, mas o que milhares de indivíduos farão é muito menos incerto. Previsões confiáveis podem ser feitas sobre as ações prováveis de milhares de indivíduos, mas não sobre as ações prováveis de alguns poucos indivíduos.

Segundo Samson (2006) as pessoas criam atalhos mentais que são responsáveis pelos erros que podem vir a cometer. Esses atalhos são chamados de heurísticas, os quais serão elencados a seguir:

- a) a disponibilidade é evidenciada quando há a possibilidade de um evento ocorrer, simplesmente, porque um exemplo do acontecimento veio à mente;
- b) o afeto reflete os bons ou maus sentimentos, que afloram quando se pensa em algo ou alguma coisa;
- c) aversão à perda mostra que o medo de perder se sobressai ao gasto de um ganho equivalente e também ao fato de não enxergar um negócio mal feito;
- d) ancoragem é identificada quando uma pessoa toma uma decisão baseada em algum valor inicial disponível que serve como uma âncora;
- e) a representatividade, por sua vez, ocorre quando há similaridade de um evento em específico em comparação com outros eventos de uma mesma cadeia;
- f) *framing* é a compra por impulso, realizada num momento de empolgação.

Segundo Sbicca (2014, p. 595):

Sendo as mais comuns a heurística da representatividade (julgamentos influenciados pelo que é mais típico), da disponibilidade (julgamentos baseados no que vem mais facilmente à mente) e da ancoragem (julgamentos que se baseiam em determinadas informações usadas como referência).

Diversos fatores levam os consumidores a adquirirem um determinado produto ou uma determinada quantidade do produto. Fatores como crenças, metas, pressão do mercado, sentimentos, por exemplo, contribuem para esse processo, reforçando, mais uma vez, a hipótese de que os consumidores não compram por meio da racionalidade (CUMMINGS; DHAR; WELCH, 2015).

Na identificação da escolha evidencia-se o ajustamento entre o produto ou serviço e aos valores sociais e psicológicos que o cliente procura como consumidor. Na intenção de compra, relevam-se as preocupações do consumidor, quanto à disponibilidade de recursos para adquirir o produto ou serviço desejado. Na implementação, o consumidor passa a refletir sobre a conveniência da compra do produto ou utilização de serviços. Os valores de mercado são determinantes para a compra (LOPES *et al.*, 2011, p. 5).

Richard Thaler<sup>13</sup> descreve a economia comportamental como sendo baseada em evidências, dessa forma, os dados revelam tudo. A chave da economia comportamental é ouvir e entender cada realidade de cada indivíduo (SAMSON, 2015).

Thaler mostra também que esse estudo questiona os preceitos da racionalidade, ou seja, não existe um ser que seja completamente racional. Além disso, cria o conceito *nudging*, que facilita a compreensão das causas dos comportamentos e ajuda com a formulação de ferramentas simples e eficazes para a tomada de decisão. Desse modo, para conseguir explicar essa diferença da economia clássica para a economia comportamental, Thaler desenvolve o efeito dotação, que descreve que a posse de um objeto pode levar a pessoa a sobrevalorizá-lo, ou seja, a simples posse de um objeto aumenta o valor percebido e os proprietários os valorizam substancialmente (SAMSON, 2015).

Dessa forma, é notável que a economia comportamental e as finanças pessoais passam diretamente pelas decisões dos consumidores, como decisões acerca do consumo, investimentos, financiamentos e administração de riscos. Portanto, compreende-se a importância de uma organização financeira estratégica e bem estruturada.

Portanto, o viés comportamental da economia e das finanças diz muito a respeito do momento de vida do indivíduo. É importante relacionar as finanças pessoais, a economia comportamental e os investimentos para se buscar um equilíbrio financeiro.

---

<sup>13</sup> Richard Thaler, um dos pais da economia e finanças comportamentais, é professor titular de Economia e Ciências Comportamentais da Cátedra Charles R. Walgreen Distinguished Service da Universidade de Chicago. Seus estudos pioneiros trouxeram uma mudança fundamental nas ideias tradicionais em Economia nestes últimos 30 anos.

## 4 O IMPACTO DOS INVESTIMENTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS

Bons investimentos tendem a agregar nas finanças das famílias, uma vez que se ocorrerem externalidades, possuem uma saída, mesmo que provisória. Desta forma, separar parte da renda para poupar, se faz necessário, ora para comprar algo à vista e ganhar descontos, ora para manter-se em eventuais perdas de renda.

Investimentos, ou valores poupados, em si não são a única solução para enfrentar uma crise, isso se deve a um conjunto de fatores, desde uma reorganização do orçamento, mudança de hábitos e sim, poupar parte da renda. Parece muito difícil separar parte da renda para poupar, todavia, quando se observa os hábitos de vida é possível observar que muitas vezes, ao invés de se gastar em algo supérfluo, pode-se investir e rentabilizar.

### 4.1 A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES NO MERCADO DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 2010 A 2020

A economia, por ser volátil, acaba gerando momentos propícios para determinados tipos de investimentos. Desta forma, elementos como inflação, medido pelo IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo), taxa básica de juros (SELIC), taxa de câmbio (PTAX), poupança, o índice de ações brasileiras (IBOVESPA) entre tantos outros, acabam impactando na aderência de um determinado investimento em relação a outro, como foi apresentado na abordagem teórica deste estudo.

Desta forma, ao se observar as externalidades que ocorrem no mercado, a própria pandemia do Corona Vírus, iniciada no ano de 2019, fazem com que os investidores optem por determinados tipos de investimentos. Claro que, além de mercado, observa-se o perfil de cada investidor. Alguns optando por investimentos mais conservadores, por medo do desconhecido, enquanto outros, aproveitando o momento para arriscar.

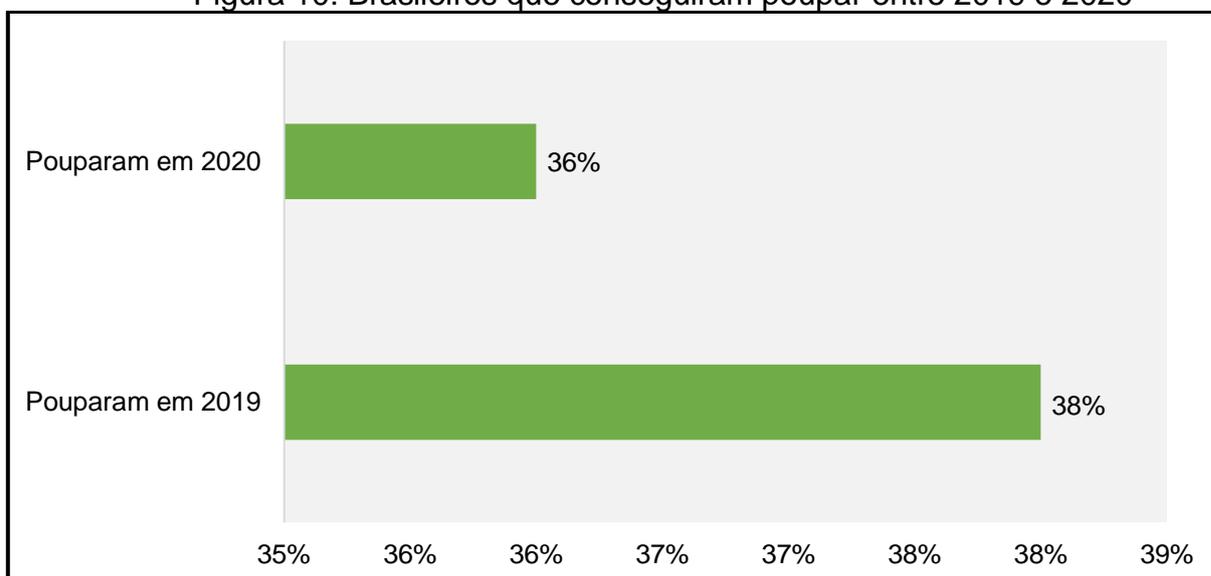
A ANBIMA (2021) lançou a quarta edição da pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro”, mostrando que a pandemia causou impacto nos investimentos brasileiros, diminuindo o número de pessoas que investem (poupam), como será visto na figura 10. Uma vez que a renda diminuiu, ou até mesmo, deixou de investir, fazendo com que os investimentos também sofressem impacto. Nesses casos, a renda que uma vez era suficiente para arcar com as despesas e ainda investir, foi readequada

ao novo momento, fazendo com que se reduzisse ou nem mesmo sobrasse para investir. Além disso, a taxa de juros de remuneração dos principais investimentos estava baixa, se tornando um desestímulo à reserva de valor impactando na decisão de reservar ou gastar o que se tem investido.

Neste contexto, buscou-se entender como os brasileiros se organizam financeiramente, apontando se conseguem ou não poupar. A figura 10 demonstra o comportamento do brasileiro em relação ao assunto “poupar” nos anos de 2019 e 2020.

A seguir apresenta-se a figura 10, mostrando o percentual de brasileiros que conseguiram poupar nos anos de 2019 e 2020.

Figura 10: Brasileiros que conseguiram poupar entre 2019 e 2020



Fonte: Adaptado de ANBIMA (2021).

Na Figura 10, observa-se que o número de pessoas que pouparam em 2020 diminuiu em relação ao ano de 2019. Este estudo apresentado pela ANBIMA, revela que, fatores como renda, por exemplo, interferem no orçamento familiar no momento de investir. Caso a renda diminua, as pessoas preferem pagar as dívidas bem como sobreviver (insumos básicos) do que investir. Levando-se em consideração também o cenário econômico, de taxa de juros baixa.

Externalidades, crises e outros acontecimentos, obrigam de certa forma, as pessoas a buscarem alternativas para realocar seus recursos de forma estratégica. Muitos deixam de comprar produtos supérfluos, outros pouparam parte da renda, alguns

realizam corte de gastos, enfim, estratégias individuais que cada pessoa ou família administra para se adaptar ao ambiente.

Assim como Keynes definiu o conceito de poupança, é importante avaliá-la e entender como está sendo sua aderência, uma vez que, a poupança ajuda a entender se as famílias estão conseguindo poupar.

Além disso, a caderneta de poupança segue sendo o investimento preferido dos brasileiros, apesar de ter perdido força entre os anos de 2020 e 2021, sendo utilizada por 29% dos investidores, perdendo à oito pontos percentuais em relação à 2019, visto a baixa da taxa de juros. Em contrapartida, produtos como fundos de investimentos e títulos públicos e privados ganharam alta no mesmo período, chegando a 3 pontos percentuais a mais que 2019, representando 5% dos investidores, pois geralmente, com uma taxa de juros baixa, os investidores tendem a buscar investimentos que rentabilizem mais, conforme a figura 10. Mesmo que em alguns momentos, a poupança não conseguiu acompanhar a inflação, durante o período da pandemia do Corona Vírus, fazendo com que seu rendimento fosse, tecnicamente, negativo, ainda segue na liderança de investimentos. A relação entre poupança e taxa de juros, contempla a escrita dos capítulos teóricos (ANBIMA, 2021).

Dentro disso, um dos índices mais importantes da economia, é a chamada Taxa Selic. Considerada como a taxa básica de juros da economia brasileira, é o instrumento mais utilizado para fins de política monetária, principalmente para controle da inflação.

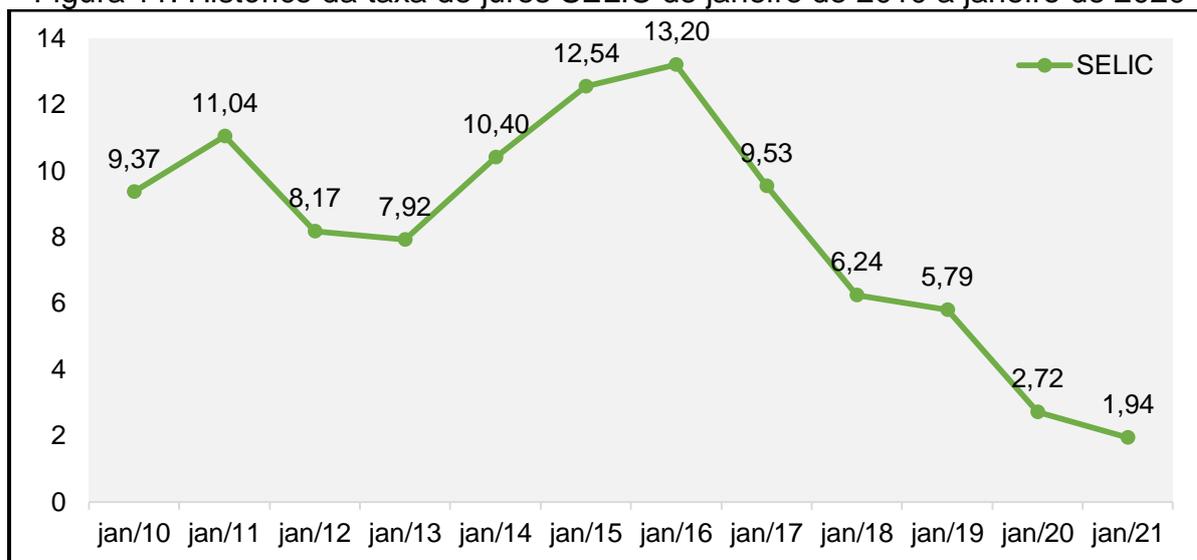
A mesma advém da taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. Desta forma o BACEN, opera neste mercado para que a taxa mantenha um equilíbrio com a meta definida pelo Comitê de Política Monetária (BCB, 2021).

A figura 11 apresenta um histórico da taxa SELIC, no formato anual. Esta taxa é utilizada para remuneração de títulos de investimentos, tanto público, como privados, além de ser um indexador para empréstimos e financiamentos.

Logo, a figura 11, aponta a constante variação da taxa SELIC, medida e apresentada a cada 45 dias, pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Geralmente, o aumento da taxa SELIC ocorre para fins de minimizar a inflação e diminuir o consumo, enquanto sua baixa, pretende acelerar a economia.

A seguir apresenta-se a figura 11 abordando o histórico da taxa de juros SELIC.

Figura 11: Histórico da taxa de juros SELIC de janeiro de 2010 a janeiro de 2020



Fonte: autoria própria.

A taxa SELIC impacta em diversos fatores da economia, assim como impacta diretamente na inflação. Durante o governo Dilma, 2011 a 2016, observa-se uma inflação muito elevada, principalmente entre os anos de 2013 a 2016, passando de 5,91%, chegando a uma alta de 10,67% e em 2016 a 6,29%, como será visto na figura 13. Observa-se que neste período, ocorre um aumento na taxa básica de juros, iniciando 2013 a 7,92% e passando em 2016 a 13,2%, a fim de controlar a inflação.

Após 2016, nota-se uma constante queda da taxa de juros, ocorrida pela baixa atividade econômica, que se encontrava abaixo do esperado. Neste período, a taxa de juros sofreu variações negativas advindas da crise econômica e abalada posteriormente pela pandemia da corona vírus.

Como foi abordado no capítulo teórico o conceito da taxa de juros, o gráfico 2 ainda mostra a evolução da taxa de juros até janeiro de 2021. Com o início da normalização da pandemia, contínua retomada dos setores econômicos, indústria, comércio e serviços e a vinda da vacina, a economia retoma aos poucos. Com previsões para fechamento da taxa de juros do ano de 2021 a níveis surpreendentes de 7,5% a.a., segundo o Relatório Focus (2021).

A SELIC por sua vez, leva ao estudo da poupança. Uma vez que o rendimento da poupança é diretamente influenciado pela taxa, de acordo com o que foi abordado no capítulo 3.

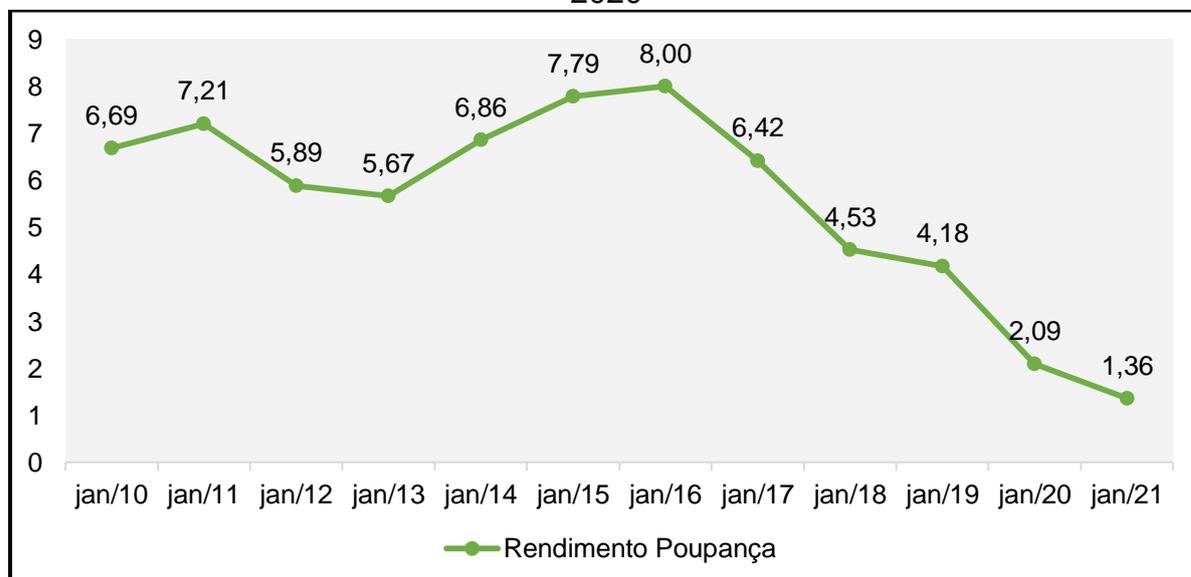
A poupança, como abordado nos capítulos 2 e 3, é um investimento de renda fixa, muito antiga e muito utilizada pelos brasileiros. Alguns dos fatores que levam à

aplicação neste produto são: i) alto nível de liquidez; ii) baixo risco); iii) comodidade e facilidade de investir; e iv) confiança (CORDEIRO, 2019).

Por estes motivos a maior parte dos brasileiros ainda preferem guardar dinheiro na poupança, mesmo que seu rendimento não seja atrativo, ainda assim, é muito utilizada. Isso é explicado quando se estuda as finanças comportamentais e os perfis de investidores, como abordado nos capítulos teóricos 2 e 3 e como apresentar-se-á na figura 12.

A seguir apresenta-se a figura 12 mostrando o histórico de rendimento da poupança.

Figura 12: Histórico de rendimento da poupança de janeiro de 2010 a janeiro de 2020



Fonte: autoria própria.

Na figura 12 é possível observar o histórico de rendimento da poupança entre os anos de 2010 a 2020. Observa-se uma queda de 7,21% em 2011 para 5,67% em 2013. Seguido de um aumento considerável, alcançando patamares de 8% em 2016, e isso se deve a uma elevação da inflação, como abordou-se no capítulo teórico, e como medida para controlá-la, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC, que por consequência aumentou o rendimento da poupança.

Além disso, na comparação entre as figuras 11 e 12 é possível notar uma semelhança, ou seja, caso a taxa SELIC aumente, o rendimento da poupança aumentará, e o contrário também é verdadeiro. Isso por que o rendimento da

poupança, quando a SELIC está abaixo de 8,5% a.a. são 70% da taxa de juros, como abordado no capítulo teórico.

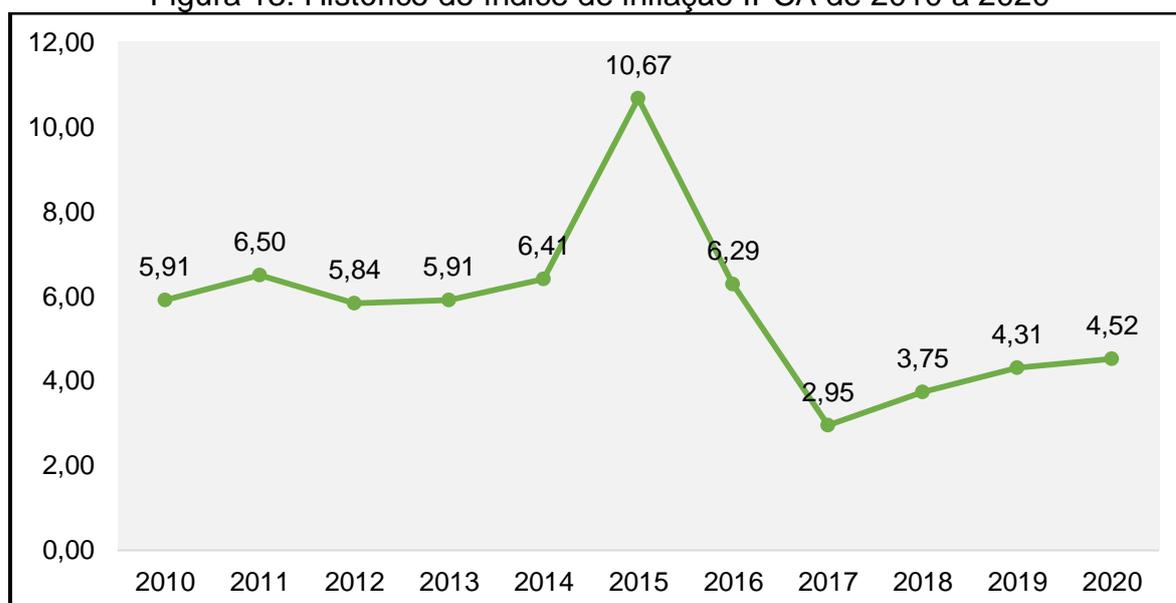
Isso acaba direcionando os estudos para o IPCA, o índice da inflação. É importante ressaltar, que observar o rendimento de um investimento por si só não está correto. É necessário, confrontar os dados com a inflação, visto que, caso o rendimento obtido não tenha superado ou ao menos, igualado a inflação, este investimento não está sendo rentável, pois a rentabilidade gerada não é suficiente para acompanhar o aumento dos preços. Logo, caso o rendimento seja maior que a variação da inflação, é sinal de que além de uma rentabilidade adequada, ainda se mantém o poder de compra, assim como foi descrito no capítulo 2.

Assim como observado nos capítulos teóricos, o IPCA é um índice medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é utilizado como medidor da inflação. Este índice, é medido por uma massa da população brasileira e aponta a variação do custo de vida médio das famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos e também da variação de preços de uma cesta de produtos e serviços. Logo, isso significa que, se a variação do salário for menor que o IPCA, é um sinal de perda de poder de compra e o contrário também é verdadeiro (IBGE, 2021).

Na figura 13 é possível observar uma série histórica do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), ele é utilizado para medir e acompanhar a inflação. Neste gráfico, é possível acompanhar a sua evolução a partir do ano de 2010 até 2020. Da mesma forma, que o IPCA trata de consumo, consegue-se agregar ao que Keynes trazia como consumo.

A seguir será apresentada a figura 13, mostrando o histórico do índice de inflação IPCA.

Figura 13: Histórico do índice de inflação IPCA de 2010 a 2020



Fonte: autoria própria.

Na figura 13 é possível observar, por exemplo, que no ano de 2011 a poupança, a cerca de 7% a.a., superou a inflação, que estava em 6% a.a., ao contrário do ano de 2020, ao qual a poupança que estava próximo a 2% a.a., não conseguiu acompanhar o aumento da inflação, que chegou a passar de 4% a.a., tornando o investimento em poupança inviável.

A figura 13 mostra uma oscilação no índice da inflação, onde é possível verificar uma alta considerável nos anos de 2014 a 2016, período conturbado por uma crise econômica, devido à perda de capacidade financeira. Considerando que nesta época houve a crise de sustentabilidade da dívida pública, que posteriormente tentou-se controlar pela PEC do teto de gastos e a reforma da previdência, bem como uma política monetária contracionista para tentativa de controle inflacionário (FILHO, 2017).

Entretanto, ainda observando a figura 13, observa-se os patamares atingidos em 2020. Representado por choques não esperados em fatores como câmbio, *commodities*, derivados e outros, que acabaram influenciando para a marca atingida. O preço do petróleo foi um dos determinantes, derrubando sua cotação em cerca de 60%, não previstos na demanda por conta da Covid-19 e não havendo lugar para estoca-lo, fazendo com que seus derivados caíssem, em consequência. Outro fator, é o aumento do valor dos insumos agropecuários, por mais que tivesse ocorrido um aumento, o mercado interno só correspondia a apenas 10% do total (SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 2021).

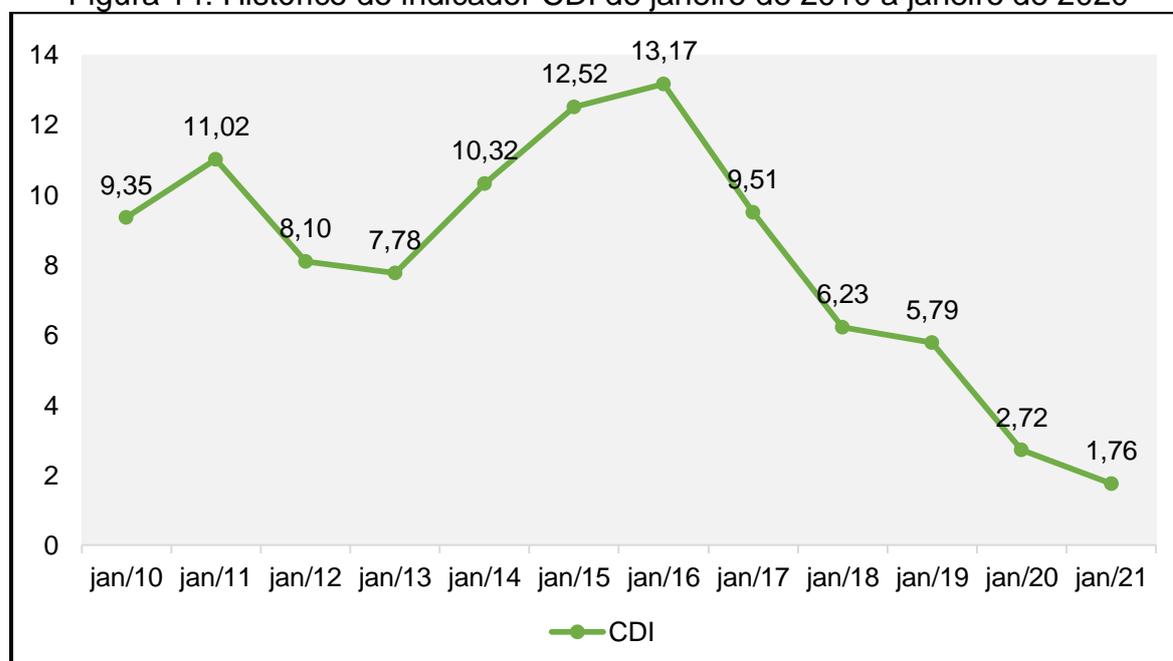
A economia é muito caracterizada pelas oscilações, uma vez que, acontecimentos econômicos e políticos internos ou externos, influenciam neste gráfico, assim como em outros indicadores. Observa-se também, que os pontos de maior destaque, possuem uma explicação factível, caso contrário, o índice mantém certa constância.

Além da Taxa Selic influenciar na poupança, ela acaba por influenciar o índice de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Já que, este índice tende a acompanhar também as oscilações da taxa, como será apresentado na figura 14.

O Certificado de Depósito Interbancário, surge na década de 1980, e é definido através dos empréstimos que os bancos fazem entre si para cumprir a obrigatoriedade de zerarem seus caixas. A taxa SELIC e o CDI, relacionam-se entre si, já que ambos são utilizados como referência tanto para investimentos quanto para empréstimos e financiamentos (NOGUEIRA, 2020).

Na sequência será apresentada a figura 14 abordando o histórico do indicador CDI.

Figura 14: Histórico do indicador CDI de janeiro de 2010 a janeiro de 2020



Fonte: autoria própria.

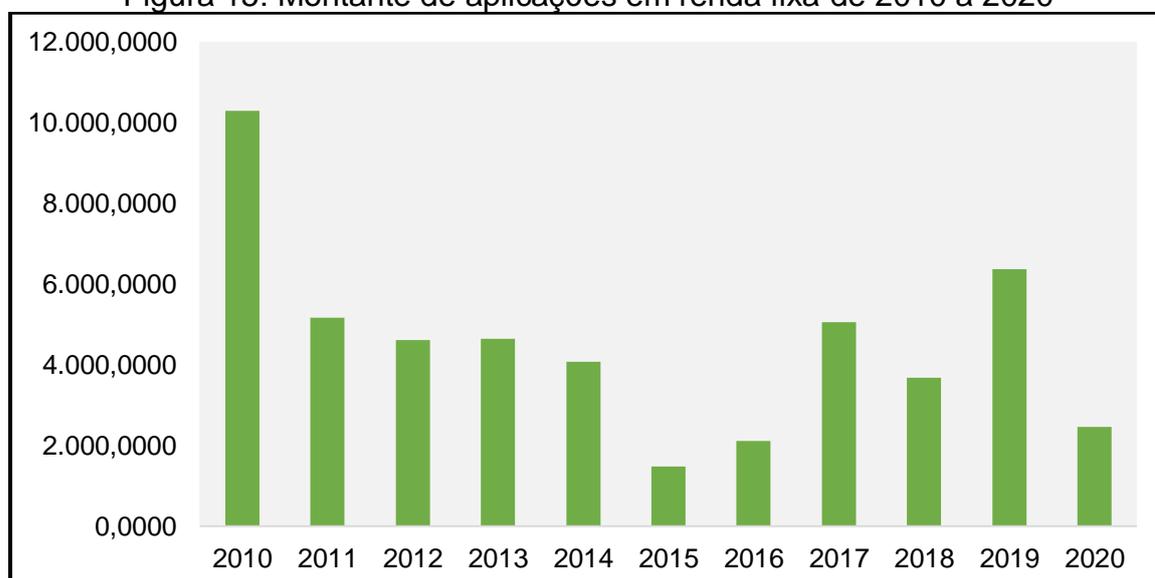
Ao se comparar as figuras 11, 12 e 14 nota-se, mais uma vez uma semelhança. Em virtude de que a poupança e o CDI acompanham as oscilações da taxa SELIC.

Estas figuras, se analisadas juntas comprovam o exposto. Mostrando novamente, um aumento entre os anos de 2014 a 2016, e após uma constante queda.

Entendendo os principais índices econômicos, é imprescindível que se avalie o montante de investimentos realizados neste mesmo período. Confrontando ambas as informações, é possível verificar se as oscilações decorrentes da economia, atingem diretamente ou não as aplicações.

Durante o capítulo 3 foram apresentadas diversas características a cerca deste tipo de investimento. E a seguir, na figura 15 apresentar-se-á o montante de aplicações em renda fixa.

Figura 15: Montante de aplicações em renda fixa de 2010 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IPEA DATA (2021).

Nota: Valores em R\$ milhões.

Na figura 15 é apresentado uma série histórica do montante de valor (em milhões de reais) em renda fixa no mercado de investimentos brasileiro. Após o ano de 2010 nota-se uma diminuição significativa das aplicações, em contrapartida, durante os anos de 2011 a 2014 nota-se uma constância, seguida de uma nova queda até meados de 2016. Seguidos pelos próximos 3 anos, mostrando um certo aumento e voltando a cair em 2020. No ano de 2010 a inflação estava em 5,91% enquanto a taxa de juros estava próxima a 9,37%, mostrando que aplicações em renda fixa eram ótimas opções. Entretanto, em 2015 o cenário era parecido, mas as aplicações de

renda fixa diminuíram drasticamente, fato este, devido ao Brasil ter perdido o selo de bom pagador concedido pela *Standard & poor's 500*.<sup>14</sup>

Para este mercado, é importante analisar os investimentos em renda variável também, uma vez que, quando se fala em diversificação, sugere-se que para investidores moderados e arrojados, aloque-se um valor em renda variável. Desta forma, os valores investidos em renda fixa, garantem uma certa segurança, enquanto os valores aplicados em renda variável buscam uma rentabilidade maior, assim como apresentado no capítulo 3.

Por outro lado, alguns autores não são favoráveis à diversificação, uma vez que ela garanta uma segurança maior, mas evita com que seu rendimento seja melhor, já que, geralmente os maiores rendimentos são provenientes de renda variável.

Gunther (2020) relata que se o capital a ser aplicado é pequeno, diversificar os recursos dificulta as chances de ser bem-sucedido.

“Ao diversificar, você vira um malabarista que tenta manter no ar uma porção de bolas ao mesmo tempo. Bolas demais” (GUNTHER, 2020, pg. 37).

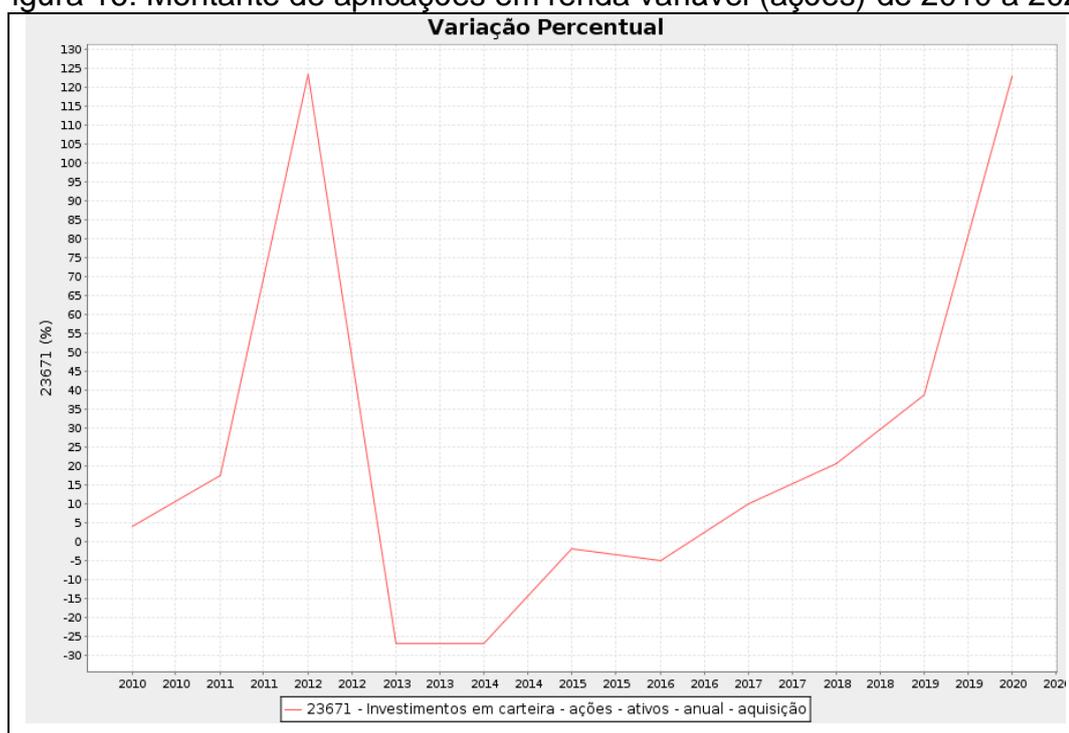
Portanto, é necessário comparar os estudos com os montantes aplicados em renda variável, neste mesmo período, a fim de complementar e confrontar os dados.

A seguir, será apresentada a figura 16, mostrando o montante de aplicações em renda variável.

---

<sup>14</sup> Também conhecido como *S&P500* é um índice do mercado de ações que reúne as 500 maiores empresas do mundo listadas na bolsa de valores dos EUA, NYSE e Nasdaq.

Figura 16: Montante de aplicações em renda variável (ações) de 2010 a 2020



Fonte: BACEN (2021).

Nota: Valores em R\$ milhões.

Na figura 16, nota-se no período de 2010 um crescimento até 2012 alcançando cerca de 125 milhões de reais em aplicações, momentos em que a SELIC apresenta queda, após acaba despencando no ano de 2013, por conta de uma queda brusca no IBOVESPA. Desta forma, manteve-se constante até 2014 e retomando uma constante crescente até 2020. Logo, é possível notar que o aumento da Selic gerou mais investimentos em renda fixa, e sua queda, gerou mais investimentos em renda variável, assim como apresentado no capítulo 3.

Portanto, entendendo os principais índices de mercado, bem como as principais aplicações, abre-se um leque de informações pertinentes para se entender como as famílias e os indivíduos se comportam em relação ao tema investimentos (poupar), e como se comportam em relação ao uso do recurso guardado em momentos de crise.

#### 4.2 EFEITOS DA PANDEMIA DO CORONA VÍRUS SOBRE AS FAMILIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2019 A 2021

A população brasileira sofreu impactos por conta da inesperada pandemia da corona vírus iniciado no final do ano de 2019. Trabalhadores informais e

microempreendedores tiveram um impacto negativo muito grande devido a pandemia, pois todas as atividades que exigiam contato e mobilidade sofreram queda significativa. Devido à dificuldade na abertura do comércio e empresas, fazendo com que não houvesse produção e conseqüentemente reduzindo lucro. A fim de mitigar tais efeitos danosos à sociedade, o Governo Federal criou o auxílio emergencial, iniciado em R\$600,00 mensais durante o prazo de 5 meses e após prorrogado por mais 4 meses no valor de R\$300,00, durante o ano de 2020 (GRECO *et al.*, 2021)

Analisando o auxílio do governo durante este período de crise e confrontando estes dados com o valor da cesta básica dos brasileiros no município de Caxias do Sul, têm-se que, a cesta básica em janeiro de 2020 era de R\$902,61 e concluindo o ano, em dezembro de 2020 no valor de R\$989,51 (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, 2020).

Segundo os dados expostos, o auxílio oferecido pelo governo federal durante o ano de 2020, não era suficiente, sequer, para adquirir os produtos da cesta básica da família brasileira. Levando-se em consideração que, muitas famílias, além de alimentação, ainda precisam arcar com custos de aluguel, água e luz, por exemplo.

Ao observar estes dados, vale ressaltar como estava o desemprego neste mesmo período. Em janeiro de 2020 estava por volta de 11,5% terminando o ano por volta de 14%, um reflexo da pandemia, alcançando um dos maiores patamares de desocupação dos últimos 10 anos (IBGE, 2020).

Em Caxias do Sul por sua vez, pedidos de seguro desemprego alcançaram a marca de 2,1 mil pedidos, em março de 2021, representando um aumento de 4,7% em relação a março de 2020 (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2021).

Confrontando ambos os dados, é imprescindível que se discuta, como as famílias brasileiras, cujo desemprego ocorreu da noite para o dia, deixando de ter renda e recebendo o auxílio do governo passaram o ano de 2020, observando quesitos básicos de sobrevivência.

As medidas tomadas por conta da pandemia, tais como as citadas, deixaram famílias de nível socioeconômico mais baixo em níveis de vulnerabilidade muito altos. Pensando nisso, o Estado manteve o auxílio emergencial durante o ano de 2021, a um ticket médio de R\$250,00, salvo algumas exceções como mulheres chefes de família que receberam R\$375,00 e indivíduos que moram sozinhos, recebendo R\$150,00 (CASA CIVIL, 2021).

Além disso, é importante que se observe os níveis de inadimplência. Em janeiro de 2020 estava por volta de 3% a.a. chegando a 3,29% em maio do mesmo ano. Após este período, tem-se uma queda considerável chegando a 2,12% em dezembro de 2020, segundo Ipea Data, 2021. Uma vez que, durante este período, o governo federal apresentou propostas de renegociação, prorrogação de parcelas, isenção de IOF (Imposto sobre operações financeiras), auxílio emergencial, linhas de crédito emergenciais, entre outras medidas, explicando em parte, a diminuição do nível de inadimplência. No que concerne às dívidas, vale ressaltar que foram medidas provisórias, que não extinguiram as mesmas.

Portanto, a principal dívida das famílias brasileiras encontra-se no cartão de crédito, seguido por carnês de lojas, crédito pessoal e financiamento habitacional. O Primeiro semestre de 2021 encerra com cerca de 69,7% das famílias brasileiras com alguma dívida, sendo que no mesmo mês de 2020 estava por volta de 67,1% segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (AGENCIA BRASIL, 2021).

Entretanto, no ano de 2021 a inadimplência volta a aumentar, chegando em abril com cerca de 63 milhões de pessoas inadimplentes, representando em torno de 250 bilhões de dívidas em todo o território brasileiro. Além disso, a maior parte das dívidas encontra-se no cartão de crédito (29,70%), seguido por utilitários (22,30%) e varejo (13,00%) entre outros (SERASA, 2021).

Portanto, nota-se que a pandemia, assim como crises em geral, afeta as finanças das pessoas, desestruturam planejamentos fazem com que as famílias precisem se reorganizar financeiramente.

A fim de complementar este estudo, faz-se uso de uma pesquisa de campo que será explicada na próxima seção.

#### 4.3 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

A fim de atender ao objetivo deste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo de natureza quantitativa, tipo *survey*. Para tanto, fez-se uso de um questionário estruturado com 34 questões (Apêndice A), divididas em três blocos. Algumas questões são de múltipla escolha e outras atendem ao método da escala Likert.

A escala likert foi desenvolvida pelo cientista Rensis Likert entre 1946 e 1970. Nesta escala o respondente expõe o seu nível de concordância ou discordância a respeito de algo (AGUIAR; CORREIA; CAMPOS, 2011). Neste trabalho usou-se concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo e nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente.

O primeiro bloco de questões, contém oito questões, sendo 1 descritiva (cidade onde mora) e sete de múltipla escolha. Essas questões versam sobre o perfil socioeconômico do respondente.

O segundo bloco de questões aborda o nível de conhecimento acerca das finanças pessoais e educação financeira, bem como as finanças comportamentais. Além de identificar a situação financeira pré e pós pandemia, planejamento financeiro e orçamentário. Este bloco é composto por 15 questões de múltipla escolha.

O último bloco é composto por 11 questões de múltipla escolha. Este conjunto de questões estão relacionadas ao ato de investir (poupar) e ajudam a compreender, por exemplo, os níveis de conhecimento acerca do tema investimentos, no sentido de poupar; do mercado financeiro - tipos de riscos, índices de mercado, características levadas em consideração na hora de optar por um investimento, se valores poupados teriam ajudados no enfrentamento desta e outras crises, entre outras questões.

O questionário foi aplicado entre os dias 17 de setembro de 2021 e 27 de setembro de 2021, e utilizou-se o *Google Forms* para criação do questionário e compilação de dados. A pesquisa foi enviada através de redes sociais, tais como *Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*. Obteve-se uma amostra de 260 respondentes, e todos os questionários foram aceitos.

A análise dos dados se deu por meio da planilha de *Excel*, através das análises cruzadas das respostas, por meio do *IBM<sup>r</sup> SPSS<sup>r</sup> Statistics v.21*, disponibilizado pela Universidade de Caxias do Sul.

O próximo tópico apresenta os resultados, a partir das questões respondidas pela amostra.

#### 4.4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

Com o intuito de conhecer o perfil dos respondentes, no primeiro bloco apresentaram-se questões de cunho socioeconômico, onde os resultados serão

apresentados a seguir, no quadro 1. A amostra conteve 260 respondentes, tendo sido aplicado entre Flores da Cunha e Caxias do Sul, principalmente.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

Idade	Até 18 anos	3%
	<b>De 19 a 25 anos</b>	<b>44,9%</b>
	De 26 a 30 anos	17%
	De 31 a 35 anos	9,1%
	De 36 a 40 anos	9,1%
	Acima de 41 anos	17%
Gênero	<b>Femino</b>	<b>74%</b>
	Masculino	26%
Estado civil	<b>Solteiro</b>	<b>63,3%</b>
	Separado/divorciado	1,9%
	Viúvo	0%
	União estável	24,2%
	Outro	10,6%
Possui filhos	Sim	25,3%
	<b>Não</b>	<b>74,7%</b>
Renda pessoal	Até 1 salário mínimo	11,7%
	<b>Entre 1 e 2 salário mínimos</b>	<b>34%</b>
	Entre 2 e 3 salários mínimos	19,6%
	Entre 3 e 4 salário mínimos	13,6%
	Entre 4 e 5 salário mínimos	9,8%
	Entre 5 e 6 salário mínimos	3,4%
Acima de 6 salarios mínimos	7,9%	
Ocupação	<b>Empregado/CLT</b>	<b>61,5%</b>
	Possui empresa MEI	6,4%
	Possui empresa Simples, LTDA e/ou outras	10,9%
	Servidor público	6%
	Aposentado	2,3%
	Estudante	8,7%
	Agricultor	2,6%
	Desempregado	1,5%
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	1,5%
	Ensino fundamental completo	1,9%
	Ensino médio incompleto	2,6%
	Ensino médio completo	14,3%
	<b>Ensino superior incompleto</b>	<b>37,4%</b>
	Ensino superior completo	20,8%
	Pós-graduado/MBA	18,5%
	Mestrado	3%
	Doutorado	0%
	PHD	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

De acordo com a quadro 1, o perfil predominante dos respondentes trata-se de pessoas entre 19 e 25 anos, do sexo feminino, solteiras, que não possuem filhos, com rendas entre 1 e 2 salário mínimos, com ocupação de empregados/CLT e com escolaridade de ensino superior incompleto.

Desta forma, tentou-se entender qual o nível de conhecimento dos respondetes acerca dos temas de educação financeira e investimentos e mercado financeiro, portanto, tem-se no quadro 2, o resultado.

Quadro 2 – nível de conhecimento acerca de educação financeira e investimentos e mercado financeiro

Educação financeira	Bons conhecimentos	29,1%
	Tenho conhecimento suficiente	30,6%
	<b>Tenho pouco conhecimento</b>	<b>36,6%</b>
	Não tenho conhecimento	3,8%
Investimentos e mercado financeiro	Tenho ótimos conhecimentos (trabalho e estudo com isso)	11,7%
	Conheço o suficiente, mas, não domino completamente	31,3%
	<b>Conheço pouco</b>	<b>41,5%</b>
	Não conheço	15,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Com base no quadro 2, identificou-se que acerca do tema de educação financeira 36,6% dos respondentes afirmam ter pouco conhecimento. Enquanto que o assunto de investimentos e mercado financeiro, 41,5% dos respondentes afirmam conhecer pouco.

Na sequência, apresentar-se-á o Quadro 3, demonstrando como dá-se o planejamento financeiro familiar, bem como, quantos cartões de crédito cada indivíduo possui e dados a respeito da reserva de emergência.

Quadro 3 – planejamento financeiro familiar, cartão de crédito e reserva de emergência

Planejamento financeiro	Não faz	15,5%
	Faz somente quando percebe que está financeiramente descontrolado	17,7%
	<b>Organiza tudo informalmente no caderno/planilhas</b>	<b>35,1%</b>
	Faz mensalmente de forma planejada e controlada	28,7%
	Outro	3%
Quantidade de cartões de crédito por respondente	<b>1</b>	<b>45,35</b>
	2	27,9%
	3	9,1%
	4 ou mais	1,9%
	Não possui cartão	15,8%
Faz reserva de emergência	Não consegue fazer reserva de emergência	30,2%
	<b>Cerca de 10% da renda</b>	<b>38,5%</b>
	Entre 11% e 15% da renda	14%
	Entre 16% e 30% da renda	9,8%
	Mais que 31% da renda	7,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

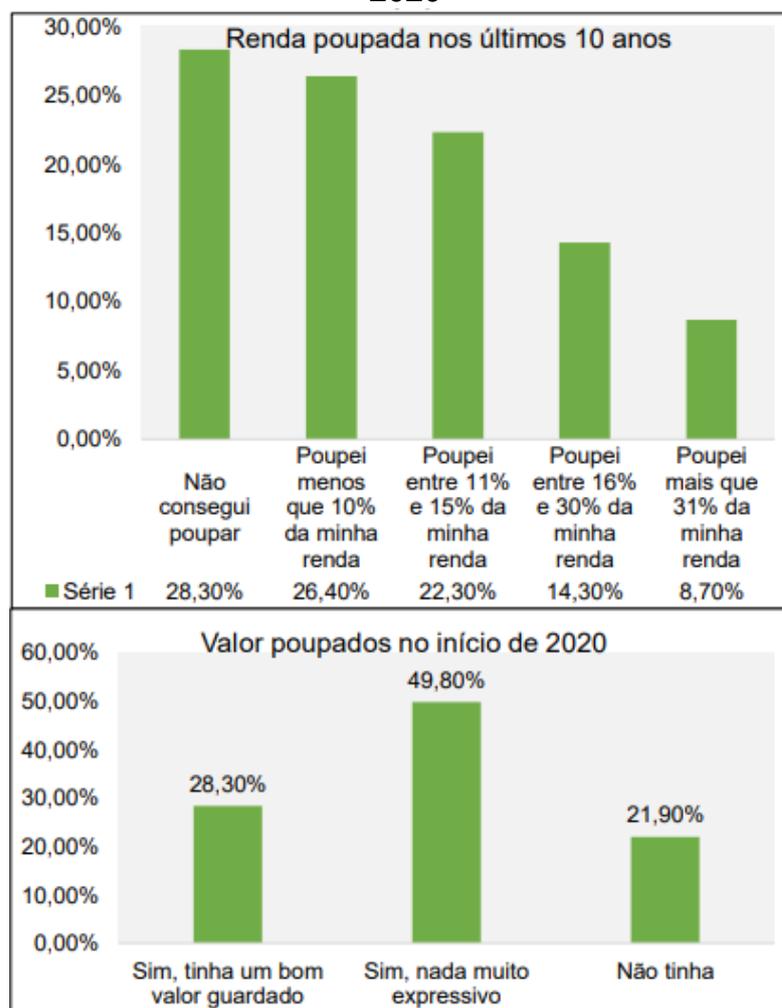
De acordo com o quadro 3, 35,1% dos respondentes organizam-se financeiramente, de forma informal, através de cadernos e planilhas.

Identifica-se também que a maior parte dos respondentes do questionário possuem 1 cartão de crédito, enquanto que a minoria possui 4 cartões ou mais.

De acordo com a amostra, 30,2% dos respondentes alegam que não conseguem fazer reserva de emergência, enquanto que o maior percentual, representando 38,5% mostra que conseguem fazer reserva de emergência com até 10% da renda.

A seguir, será apresentado a figura 17 que apresentará dados acerca do ato de poupar.

Figura 17 – renda poupada nos últimos 10 anos e valores poupados no início de 2020



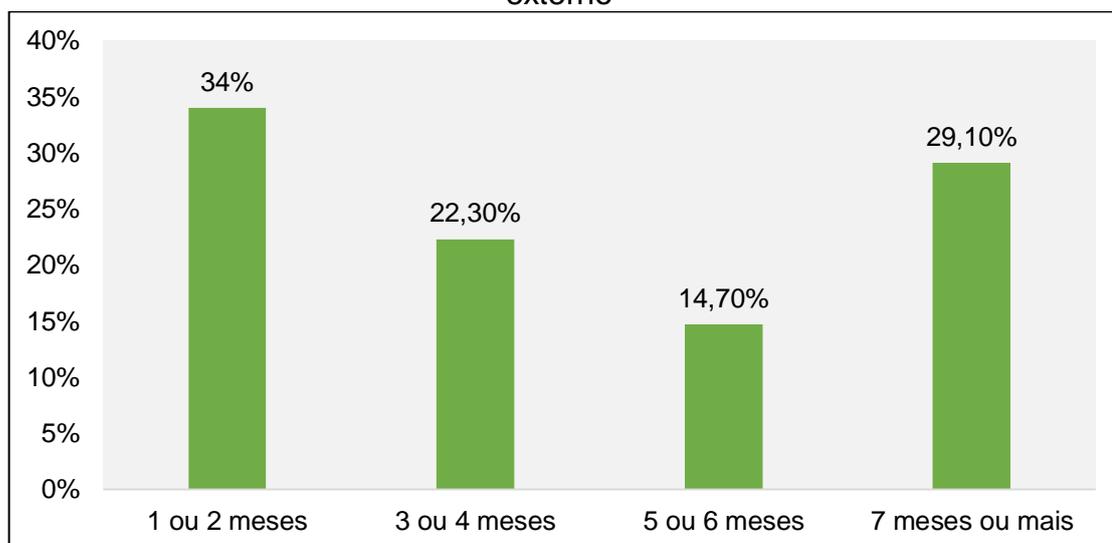
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

A figura 17 demonstra que 28,3% dos respondentes não conseguiram poupar nos últimos 10 anos, enquanto que 26,4% pouparam menos que 10% da renda.

Além disso, 21,9% dos respondentes do questionário não tinham valores poupados no início do ano de 2020 e 49,8% tinham valores, mas nada representativo e mostrando que o ato de poupar ainda não está tão presente na vida dos respondentes da amostra ou não é uma prioridade.

Diante disso, será apresentada a figura 18, mostrando em quanto tempo os respondentes acreditam que conseguiriam manter-se em caso de perda de renda, sem auxílio externo.

Figura 18 – tempo que consegue se manter diante de perda de renda e sem auxílio externo

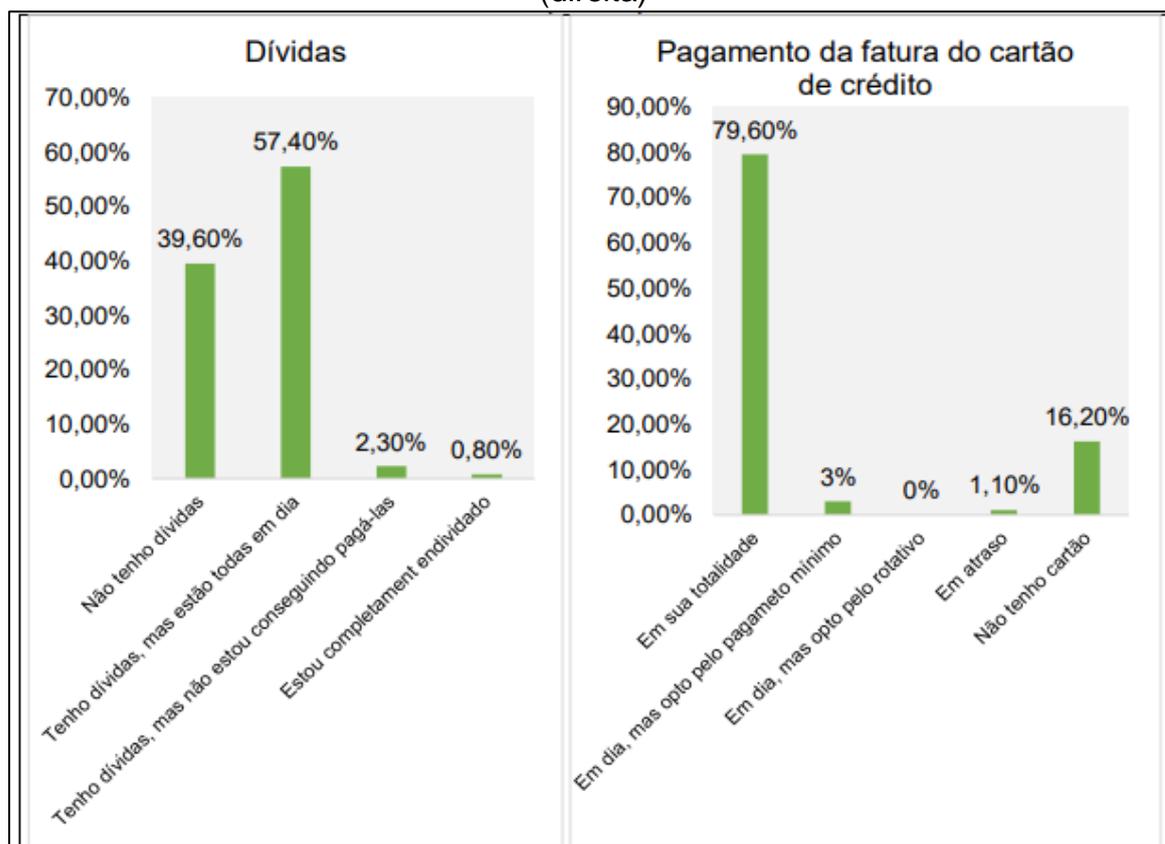


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

A figura 18 apresenta que 34% dos respondentes, após perda de renda e sem auxílio externo, conseguiriam se manter por cerca de 1 a 2 meses somente enquanto que uma minoria mantém-se entre 5 e 6 meses.

A seguir será apresentada a figura 19 que reflete acerca das dívidas dos respondentes, bem como as mesmas pagam a fatura do seu cartão de crédito.

Figura 19 – Dívidas dos respondentes (esquerda) e pagamento do cartão de crédito (direita)



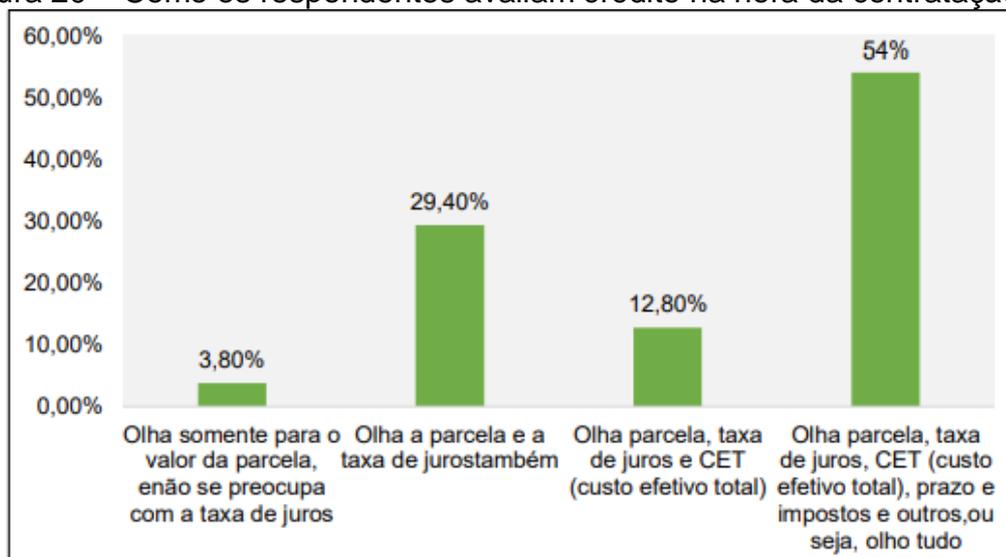
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 19, buscou-se apresentar ambos os dados, visto se complementarem. A figura da esquerda apresenta os dados acerca das dívidas dos respondentes, onde percebe-se que 57,4% dos mesmos possuem dívidas mas, estão sendo pagas corretamente.

Na figura da direita, apresenta-se como está ocorrendo o pagamento da fatura de cartão de crédito, onde 79,6% pagam em sua totalidade.

A seguir será apresentada a figura 20 que mostra como as pessoas que responderam este questionário avaliam crédito, empréstimo ou financiamento na hora de contratar.

Figura 20 – Como os respondentes avaliam crédito na hora da contratação



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

A figura 20 apresenta que apenas 54% dos respondentes avaliam o crédito em sua totalidade antes de contratar, ou seja, observam a parcela, o custo efetivo total (CET), prazo e impostos, complementando com o que foi abordado no capítulo teórico deste estudo sobre finanças pessoais para crédito, empréstimos e financiamentos.

Na sequência, será apresentada o quadro 4. Neste quadro abordar-se-á conteúdos e efeitos da pandemia nas finanças das famílias.

Quadro 4 – pandemia x finanças pessoais

(continua)

Qual era sua situação financeira antes da pandemia?	Descontrolada	3,4%
	Estava com as contas em dia porém, não tinha economias/poupança	31,7%
	<b>Estava com as contas em dia e tinha economias/poupança</b>	<b>61,1%</b>
	Outro	3,8%
Como a pandemia afetou as suas finanças pessoais?	Afetou bastante, visto que eu não tinha reservas financeiras	12,8%
	Afetou um pouco, minhas reservas financeiras me ajudaram	23,4%
	Afetou bastante, apesar de ter reservas financeiras	11,3%
	<b>Não afetou</b>	<b>52,5%</b>
Como ficou o estilo de vida durante a pandemia?	Continuou igual, a pandemia não me afetou	22,3%
	Ficou parecido, a pandemia afetou só um pouco	30,2%
	<b>Tive que mudar alguns hábitos e me readaptar</b>	<b>32,5%</b>
	Mudei vários hábitos para conseguir dar a volta	4,2%
	Cortei todos os gastos desnecessários	10,9%

Em relação ao dinheiro guardado durante a pandemia	Utilizei todo o recurso	14,7%
	Utilizei parcialmente	32,5%
	<b>Não precisei utilizar</b>	<b>37,7%</b>
	Não tinha recurso investido	15,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

(conclusão)

O quadro 4 apresenta fatos relacionados a pandemia, os fatos em destaque são que antes da pandemia 61,1% dos respondentes do questionário estavam com as contas em dia e ainda tinham valores guardados e 31,7% estavam com as contas em dia, mas não tinham valores poupados.

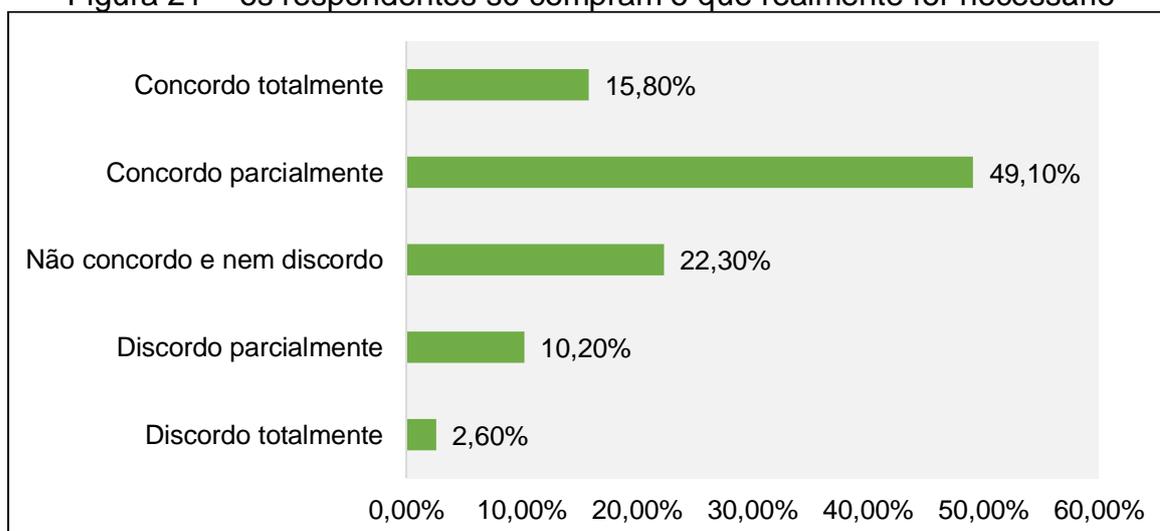
Por conseguinte 52,5% dos respondentes não foram afetadas pela pandemia e 23,4% foram pouco afetados, visto terem reserva financeira.

Para 32,5% dos respondentes, foi necessário mudar alguns hábitos e readaptar-se para conseguir enfrentar a pandemia, enquanto que para 30,2% o estilo de vida ficou parecido, logo a pandemia não afetou tanto.

Entretanto, 37,7% dos respondentes da pesquisa não precisaram utilizar seus recursos para enfrentar a pandemia, mas um percentual aproximado de 32,5% precisaram utilizar o recurso parcialmente, enquanto que 14,7% utilizaram-no em sua totalidade.

A figura 21 a ser apresentada na sequência, mostra a percepção dos respondentes quanto às suas compras.

Figura 21 – os respondentes só compram o que realmente for necessário



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

A figura 21 apresenta que os respondentes do questionário ainda realizam compras por impulso, sem de fato, ter a necessidade. Cerca de 49,1% dos respondentes afirmam que concordam parcialmente, ou seja, as vezes compram coisas desnecessárias, enquanto que apenas 15,8% afirmam que compram somente o necessário, assim como abordado no capítulo teórico deste estudo sobre pensamento econômico e comportamento do consumidor.

A seguir serão apresentados os dados da figura 22, que representam a frequência com que os respondentes acompanham os índices de mercado como SELIC, IPCA, câmbio, IBOVESPA e outros.

Figura 22 – frequência no acompanhamento de índices de mercado



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 22, o bloco mais representativo dá-se pelos respondentes que não acompanham os índices, além de 10,6% dos mesmos não conhece-los, assim como fora abordado no item sobre a evolução dos índices no mercado de investimentos.

No quadro 5 serão apresentadas as percepções dos respondentes do questionário, no que concerne ao ato de poupar e o impacto dos valores poupados em suas finanças.

Quadro 5 – percepções no que concerne o ato de poupar e o impacto dos valores investidos nas finanças

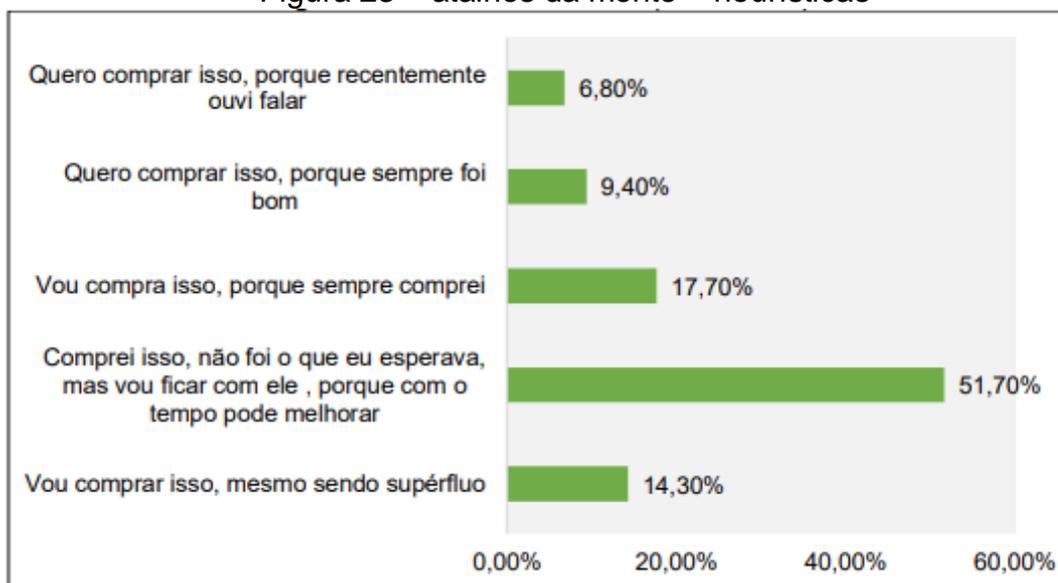
Considero que investir (poupar) meu dinheiro de forma adequada tornaria meu planejamento financeiro melhor	<b>Concordo totalmente</b>	<b>81,5%</b>
	Concordo parcialmente	14,3%
	Não concordo e nem discordo	3,4%
	Discordo parcialmente	0,8%
	Discordo totalmente	0%
Ter valores investidos (poupados) ajuda a manter as finanças pessoais em equilíbrio	<b>Concordo totalmente</b>	<b>78,1%</b>
	Concordo parcialmente	18,1%
	Não concordo e nem discordo	2,3%
	Discordo parcialmente	1,5%
	Discordo totalmente	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Com base no quadro 5, 81,5% das pessoas que responderam o questionário deste trabalho concordam totalmente que poupar tornaria o planejamento financeiro melhor, enquanto que 78,1% concordam totalmente que ter valores poupados manteria as finanças em equilíbrio.

Por conseguinte será apresentada a figura 23, apresentando a frase que mais representa o respondente, cada frase representa um atalho da mente, as chamadas heurísticas.

Figura 23 – atalhos da mente – heurísticas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 23, apresentou-se cinco frases distintas, cada qual representa uma heurística, ou seja, um atalho que a mente cria para se fazer algo, na pesquisa, 51,7% dos respondentes optaram pela frase, *comprei isso, não foi o que eu esperava, mas*

*vou ficar com ele, porque com o tempo pode melhorar*, mais conhecida como Aversão à Perda. Seguida por *vou comprar isso, porque sempre comprei*, ou Ancoragem representada por 17,7%. Após por, *vou comprar isso, mesmo sendo supérfluo*, vista como *Framing*, representada por 14,3%. Na sequência, *quero comprar isso, porque sempre foi bom*, mais conhecida por Representatividade, por 9,4% dos respondentes. E por último, *quero comprar isso, porque recentemente ouvi falar*, tratada como Disponibilidade, sendo escolhida por 6,8% dos respondentes.

Portanto, o índice mais representativo deu-se pela heurística Aversão à Perda, dita em termos informais, quando alguém não nota que fez um negócio ruim, desta forma, mantém o negócio na esperança de ele melhorar, assim como foi abordado no capítulo teórico deste estudo, sobre finanças comportamentais.

Decorrente disso, será apresentado o quadro 6. Nela haverá dados acerca do uso da renda, forma de pagamento, conhecimento sobre os riscos nos investimentos, o que se leva em consideração no momento de investir, produtos que tinham seus valores investidos e o que fariam com R\$100.000,00.

Para fins de análise do quadro 6, deve-se levar em consideração que os respondentes tinham a possibilidade de escolher mais de uma opção.

Quadro 6 – uso da renda, forma de pagamento, riscos e investimentos – por número de respondentes

		(continua)
Uso da renda	Educação/cursos/livros/revistas	108
	Lazer/diversão/férias	124
	Aluguel/prestação habitação	55
	Transporte/prestação carro/gasolina/ônibus	111
	<b>Alimentação/rancho/restaurante/lanches</b>	<b>173</b>
Pagamento das compras	<b>Paga à vista, no dinheiro ou no cartão de débito</b>	<b>177</b>
	Paga à vista, no cartão de crédito	122
	Paga parcelado no cartão de crédito até o limite juros	84
	Paga parcelado no cartão de crédito independente se tiver juros	9
	Utiliza o crediário da loja	45
	Utiliza o cheque especial	6
	Utiliza o CDC – Crédito direto ao consumidor, pré-aprovado no seu banco com taxas especiais	3
	Pede dinheiro emprestado a algum parente ou amigo	5

Conhecimento sobre riscos	<b>Risco de mercado (mudanças no mercado, volatilidade, taxa de juros...)</b>	<b>153</b>
	Risco de crédito (não receber os valores do investimento)	103
	Risco soberano (classificação de risco do país)	51
	Risco de liquidez (dificuldade em transformar o investimento em dinheiro)	91
	Risco operacional (relacionado a falhas operacionais)	50
	Risco legal (empresa emissora, não está em conformidade com a lei)	51
	Não conheço	95
	O que leva em consideração na hora de investir?	<b>Segurança</b>
Praticidade		77
Conhecimento do produto		126
Referências		89
Disponibilidade para sacar o valor investido (liquidez)		101
Outros		16
Em quais produtos tinha dinheiro investido?	<b>Poupança</b>	<b>175</b>
	CDB	52
	Títulos Públicos	12
	Títulos privados	7
	LCI e LCA	10
	Fundos de investimentos	33
	Previdência Privada	31
	Ações	29
	Debêntures	4
Outros	37	
O que faria se ganhasse R\$100.000,00	Quitaria as dívidas atrasadas	31
	Quitaria as dívidas que vão vencer	74
	Compraria uma casa própria	51
	Trocaria de automóvel	43
	<b>Investiria para render mais</b>	<b>199</b>
	Doaria parte do ganho para a caridade	29
	Viajaria	96
	Outros	28

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

(conclusão)

Com base no quadro 6 o principal gasto das pessoas que respondera este questionário, gira em torno da alimentação, seguido pelo lazer.

No que concerne à forma de pagamento das compras, 68,08% dos respondentes afirmam que pagam à vista no dinheiro ou no cartão de débito.

Para os respondentes da amostra, 36,5% afirmam que não conhecem sobre os riscos existentes nos investimentos. O risco mais assinalado trata-se do risco de mercado, conhecido por 58,85%.

Na amostra, observou-se que o item predominante no que concerne ao que se observa no momento de investir, é a segurança, assinalada por 83,85% dos respondentes, seguido pelo conhecimento do produto, marcado por 48,46%. Contribuindo com a pesquisa realizada pela ANBIMA apresentada neste capítulo 4.

O produto mais utilizado no campo dos investimentos segue sendo a poupança, assinalada por 67,31% dos respondentes e reafirmando o que foi analisado na pesquisa da ANBIMA, descrita neste capítulo. Outro ponto que chama a atenção, é que a poupança seguiu consideravelmente a frente dos demais produtos.

Quando perguntado o que seria feito caso se ganhasse R\$100.000,00 naquele instante, 76,54% dos respondentes marcaram que investiriam para render mais, o item mais representativo frente aos demais.

A partir destes resultados, conforme explicado na metodologia, cruzaram-se algumas questões da pesquisa a fim de obter-se dados mais específicos para aprofundar as análises. Assim, tanto na linha quanto na coluna têm-se dados relacionados que serão averiguados.

Portanto, apresenta-se a figura 24 , cruzando-se dados a respeito do nível de escolaridade e a renda poupada no últimos 10 anos.

Figura 24 – nível de escolaridade x renda poupada nos últimos 10 anos

		8) Qual seu nível de escolaridade?							
		Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós graduado /MBA	Mestrado
11) Considerando o que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	0 0,0%	2 40,0%	5 71,4%	17 44,7%	29 30,2%	12 22,2%	9 18,8%	0 0,0%
	Poupei menos que 10% da minha renda	1 25,0%	3 60,0%	0 0,0%	8 21,1%	28 29,2%	15 27,8%	11 22,9%	2 25,0%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	2 50,0%	0 0,0%	1 14,3%	5 13,2%	24 25,0%	15 27,8%	10 20,8%	1 12,5%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 13,2%	9 9,4%	9 16,7%	11 22,9%	3 37,5%
	Poupei mais que 31% da minha renda	1 25,0%	0 0,0%	1 14,3%	3 7,9%	6 6,3%	3 5,6%	7 14,6%	2 25,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Ao cruzar estas informações, notou-se que o nível mais representativo de respondentes que não conseguiram poupar possuem nível de escolaridade em ensino médio incompleto seguido pelo ensino médio completo. Constata-se também que as pessoas da amostra com nível de escolaridade mais alta poupam mais.

A seguir, na figura 25 cruzaram-se as questões de renda *versus* valores poupados nos últimos 10 anos.

Figura 25 – renda x valores poupados nos últimos 10 anos

		1,100,00).						
		até 01 salários mínimos	entre 01 e 02 salários mínimos	entre 02 e 03 salários mínimos	entre 03 e 04 salários mínimos	entre 04 e 05 salários mínimos	entre 05 e 06 salários mínimos	acima de 06 salários mínimos
11) Considerando o que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	14 45,2%	33 36,7%	12 24,5%	9 25,0%	4 16,7%	0 0,0%	2 9,5%
	Poupei menos que 10% da minha renda	7 22,6%	23 25,6%	14 28,6%	9 25,0%	7 29,2%	5 55,6%	3 14,3%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	2 6,5%	23 25,6%	13 26,5%	10 27,8%	6 25,0%	1 11,1%	3 14,3%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	4 12,9%	5 5,6%	8 16,3%	5 13,9%	4 16,7%	2 22,2%	9 42,9%
	Poupei mais que 31% da minha renda	4 12,9%	6 6,7%	2 4,1%	3 8,3%	3 12,5%	1 11,1%	4 19,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 25 identifica-se que o percentual mais relevante de não poupadores trata-se dos respondentes que ganham até 1 salário mínimo, seguido pelos que recebem entre 1 e 2 salários. Logo, os maiores poupadores são os que possuem renda acima de 4 salários mínimos, sendo mais relevante os que recebem entre 5 e 6 salários.

Na sequência, será vista a figura 26 apresentando informação cruzada entre nível de conhecimento acerca de educação financeira *versus* renda poupada nos últimos 10 anos.

Figura 26 – renda poupada nos últimos 10 anos x conhecimento acerca de educação financeira

		9) Como você classifica seus conhecimentos sobre educação financeira?			
		Bons conhecimentos	Tenho conhecimento suficiente	Tenho pouco conhecimento	Não tenho conhecimento
11) Considerando o que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	13 17,1%	13 16,3%	40 42,6%	8 80,0%
	Poupei menos que 10% da minha renda	18 23,7%	23 28,8%	25 26,6%	2 20,0%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	17 22,4%	24 30,0%	17 18,1%	0 0,0%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	18 23,7%	13 16,3%	6 6,4%	0 0,0%
	Poupei mais que 31% da minha renda	10 13,2%	7 8,8%	6 6,4%	0 0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Ao cruzar-se as informações apresentadas obteve-se que os respondentes com maior conhecimento são os que mais conseguiram poupar, portanto o contrário também é verdadeiro.

Na sequência, observar-se-á figura 27 que apresenta dados acerca do planejamento financeiro *versus* renda poupada nos últimos 10 anos.

Figura 27 – planejamento financeiro x renda poupada nos últimos 10 anos

		10) Em relação ao seu planejamento financeiro familiar, você declara que:				
		não faço	faço somente quando percebe que está descontrolado financeiramente	organizo tudo informalmente no caderno/planilhas	faço mensalmente de forma planejada e controlada	outro
11) Considerando o que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	19 48,7%	22 46,8%	23 25,3%	8 10,7%	2 25,0%
	Poupei menos que 10% da minha renda	7 17,9%	12 25,5%	28 30,8%	19 25,3%	2 25,0%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	7 17,9%	8 17,0%	20 22,0%	21 28,0%	2 25,0%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	3 7,7%	4 8,5%	12 13,2%	17 22,7%	1 12,5%
	Poupei mais que 31% da minha renda	3 7,7%	1 2,1%	8 8,8%	10 13,3%	1 12,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

De acordo com a figura 27, os respondentes da amostra que não fazem planejamento financeiro, ou que só fazem quando percebem que estão descontrolados financeiramente são os que menos poupam, mostrando que o contrário também é verdadeiro.

A seguir, se apresenta a figura 28 que mostra o tempo que se mantém sem a necessidade de auxílio externo após perda de renda versus renda poupada nos últimos 10 anos.

Figura 28 – renda poupada nos últimos 10 anos x tempo que se mantém sem auxílio externo após perda de renda

		13) Diante de uma crise, perda de emprego ou suspensão da renda, quanto tempo você consegue se manter sem a necessidade de auxílio externo?			
		1 ou 2 meses	3 ou 4 meses	5 ou 6 meses	7 meses ou mais
11) Considerando que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	54 60,7%	11 19,6%	5 12,8%	4 5,3%
	Poupei menos que 10% da minha renda	23 25,8%	24 42,9%	10 25,6%	11 14,5%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	8 9,0%	12 21,4%	12 30,8%	26 34,2%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	2 2,2%	8 14,3%	11 28,2%	16 21,1%
	Poupei mais que 31% da minha renda	2 2,2%	1 1,8%	1 2,6%	19 25,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 28 averigou-se que a maior parte dos respondentes da amostra que não conseguiram poupar, conseguem se manter por no máximo 2 meses, enquanto que os que poupam mais de 10% da renda conseguem se manter por mais de 3 meses.

Diante disso, apresenta-se a figura 29 o cruzamento das questões dos efeitos da pandemia *versus* renda poupada nos últimos 10 anos.

Figura 29 – renda poupada nos últimos 10 anos x efeitos da pandemia

		22) Como a pandemia afetou suas finanças pessoais?			
		Afetou bastante, visto que eu não tinha reservas financeiras	Afetou um pouco, minhas reservas financeiras me ajudaram	Afetou bastante, apesar de ter reservas financeiras	Não afetou
11) Considerando que a parte da renda que não foi gasta é a poupança, ao longo dos últimos 10 anos, você conseguiu poupar parte de sua renda?	Não consegui poupar	28 82,4%	7 11,3%	7 25,0%	32 23,5%
	Poupei menos que 10% da minha renda	6 17,6%	19 30,6%	8 28,6%	35 25,7%
	Poupei entre 11% e 15% da minha renda	0 0,0%	21 33,9%	4 14,3%	33 24,3%
	Poupei entre 16% e 30% da minha renda	0 0,0%	8 12,9%	5 17,9%	24 17,6%
	Poupei mais que 31% da minha renda	0 0,0%	7 11,3%	4 14,3%	12 8,8%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 29 verifica-se que os mais afetados pela pandemia tratam-se dos que não conseguiram poupar, enquanto que os respondentes da amostra que tinham valores guardados, foram menos impactados pela pandemia.

A seguir será apresentada a figura 30 mostrando o cruzamento entre a questão do planejamento familiar *versus* conhecimentos acerca de educação financeira.

Figura 30 – conhecimento acerca de educação financeira x planejamento financeiro

		10) Em relação ao seu planejamento financeiro familiar, você declara que:				
		não faço	faço somente quando percebe que está descontrolado financeiramente	organizo tudo informalmente no caderno/planiilhas	faço mensalmente de forma planejada e controlada	outro
9) Como você classifica seus conhecimentos sobre educação financeira?	Bons conhecimentos	4 10,3%	5 10,6%	27 29,7%	37 49,3%	3 37,5%
	Tenho conhecimento suficiente	6 15,4%	12 25,5%	30 33,0%	28 37,3%	4 50,0%
	Tenho pouco conhecimento	22 56,4%	27 57,4%	34 37,4%	10 13,3%	1 12,5%
	Não tenho conhecimento	7 17,9%	3 6,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 30 nota-se que os respondentes da amostra que tem pouco conhecimento são os mais representativos no quesito dos que não fazem planejamento financeiro, enquanto que os que tem bons conhecimentos fazem-no de forma planejada e controlada.

Apresentar-se-á figura 31 confrontando quem faz reserva de emergência *versus* conhecimento a respeito da educação financeira.

Figura 31 – conhecimento acerca de educação financeira x reserva de emergência

		20) Você faz reserva de emergência?				
		Não consigo fazer reserva de emergência	Cerca de 10% da minha renda	entre 11% e 15% da minha renda	entre 16% e 30% da minha renda	mais que 31% da minha renda
9) Como você classifica seus conhecimentos sobre educação financeira?	Bons conhecimentos	16 20,3%	29 29,3%	12 33,3%	10 38,5%	9 45,0%
	Tenho conhecimento suficiente	16 20,3%	30 30,3%	14 38,9%	14 53,8%	6 30,0%
	Tenho pouco conhecimento	39 49,4%	38 38,4%	10 27,8%	2 7,7%	5 25,0%
	Não tenho conhecimento	8 10,1%	2 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 31 observa-se, com mais representatividade que quem tem pouco conhecimento é quem menos faz reserva de emergência, enquanto que o contrário também é verdadeiro.

Na sequência será apresentada a figura 32 que mostra a relação entre planejamento financeiro e contratação de crédito.

Figura 32 – contratação de crédito x planejamento financeiro

		17) Quando você contrata um crédito, empréstimo, financiamento ou outra modalidade de crédito, você:			
		Olha somente para o valor da parcela, e não se preocupa com a taxa de juros	Olho a parcela e a taxa de juros também	Olho parcela, taxa de juros e CET	olho tudo
10) Em relação ao seu planejamento financeiro familiar, você declara que:	não faço	5 50,0%	18 23,4%	4 12,1%	12 8,6%
	faço somente quando percebe que está descontrolado	3 30,0%	16 20,8%	9 27,3%	19 13,6%
	organizo tudo informalmente no caderno/planilhas	2 20,0%	28 36,4%	13 39,4%	48 34,3%
	faço mensalmente de forma planejada e controlada	0 0,0%	12 15,6%	7 21,2%	56 40,0%
	outro	0 0,0%	3 3,9%	0 0,0%	5 3,6%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Com base na figura 32, verifica-se que dos respondentes da amostra, os que não fazem planejamento financeiro tendem a olhar somente para a parcela, enquanto que os que fazem planejamento observam-no como um todo.

Na figura 33 será observada a relação conhecimentos sobre mercado financeiro e investimentos e o que se leva em consideração no momento de investir.

Figura 33 – conhecimentos sobre mercado financeiro e investimentos e o que se leva em consideração no momento de investir

	24) Qual seu nível de conhecimento acerca dos investimentos e mercado financeiro?			
	Tenho ótimos conhecimentos (trabalho e estudo com isso)	Conheço o suficiente, mas, não domino completamente	Conheço pouco	Não conheço
\$Q27_O_que_leva_em_consideração_ao_investir <sup>a</sup>				
Segurança	27 90,0%	68 82,9%	89 81,7%	31 79,5%
Praticidade	6 20,0%	33 40,2%	28 25,7%	8 20,5%
Conhecimento do produto	21 70,0%	55 67,1%	41 37,6%	7 17,9%
Referências	11 36,7%	30 36,6%	41 37,6%	6 15,4%
Disponibilidade para sacar o valor investido (liquidez)	16 53,3%	36 43,9%	37 33,9%	10 25,6%
Outros	2 6,7%	3 3,7%	7 6,4%	3 7,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Portanto, observa-se na figura 33, que dos respondentes da pesquisa, quem mais tem conhecimento aplica em produtos que apresentam segurança, conhecimento e liquidez enquanto que os que não conhecem ou conhecem pouco optam principalmente pela segurança.

A seguir tem-se a figura 34 que apresenta o nível de conhecimento sobre do mercado financeiro e investimentos *versus* tipo de investimento que aplica seus recursos.

Figura – 34 conhecimento acerca do mercado financeiro x tipos de investimentos que aplicam seus recursos

	24) Qual seu nível de conhecimento acerca dos investimentos e mercado financeiro?			
	Tenho ótimos conhecimentos (trabalho e estudo com isso)	Conheço o suficiente, mas, não domino completamente	Conheço pouco	Não conheço
\$Q32_Tipo_de_investimento Poupança	20 66,7%	55 75,3%	74 77,9%	21 77,8%
CDB	18 60,0%	23 31,5%	9 9,5%	0 0,0%
Títulos Públicos	7 23,3%	4 5,5%	1 1,1%	0 0,0%
Títulos privados	5 16,7%	2 2,7%	0 0,0%	0 0,0%
LCI e LCA	7 23,3%	2 2,7%	1 1,1%	0 0,0%
Fundos de investimentos	12 40,0%	12 16,4%	8 8,4%	0 0,0%
Previdência Privada	9 30,0%	14 19,2%	7 7,4%	0 0,0%
Ações	13 43,3%	10 13,7%	6 6,3%	0 0,0%
Debêntures	2 6,7%	1 1,4%	1 1,1%	0 0,0%
Outros	5 16,7%	12 16,4%	13 13,7%	6 22,2%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

A figura 34 mostra que os respondentes com mais conhecimento aplicam em poupança, CDBs, ações e fundos de investimentos, enquanto que os que tem menos conhecimento, basicamente aplicam em poupança.

A seguir apresenta-se a figura 35 que confronta os dados de conhecimento sobre de mercado financeiro e investimentos e o que fariam caso ganhassem R\$100.000,00.

Figura 35 – conhecimento acerca de mercado financeiro e investimentos x o que fariam caso ganhasse R\$100.000,00

		24) Qual seu nível de conhecimento acerca dos investimentos e mercado financeiro?			
		Tenho ótimos conhecimentos (trabalho e estudo com isso)	Conheço o suficiente, mas, não domino completamente	Conheço pouco	Não conheço
\$Q34_Se_ganhasse_R\$100 mil <sup>a</sup>	Quitaria as dívidas atrasadas	3 10,0%	7 8,5%	12 11,0%	9 23,1%
	Quitaria as dívidas que vão vencer	11 36,7%	21 25,6%	24 22,0%	15 38,5%
	Compraria uma casa própria	2 6,7%	13 15,9%	26 23,9%	10 25,6%
	Trocaria de automóvel	3 10,0%	13 15,9%	15 13,8%	11 28,2%
	Investiria para render mais	25 83,3%	64 78,0%	76 69,7%	29 74,4%
	Doaria parte do ganho para a caridade	2 6,7%	9 11,0%	11 10,1%	6 15,4%
	Viajaria	7 23,3%	27 32,9%	46 42,2%	13 33,3%
	Outros	1 3,3%	7 8,5%	16 14,7%	4 10,3%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Na figura 35 averigua-se que quem tem mais conhecimento principalmente, investiria para render mais e quitaria dívidas adimplentes, enquanto que os respondentes da pesquisa com menos conhecimento investiriam para render mais, viajariam e quitariam dívidas adimplentes.

A figura 36 relatará o cruzamento de dados entre a reserva de emergência e como a pandemia afetou as finanças.

Figura 36 – reserva de emergência x como a pandemia afetou as finanças

		20) Você faz reserva de emergência?				
		Não consigo fazer reserva de emergência	Cerca de 10% da minha renda	entre 11% e 15% da minha renda	entre 16% e 30% da minha renda	mais que 31% da minha renda
22) Como a pandemia afetou suas finanças pessoais?	Afetou bastante, visto que eu não tinha reservas financeira	26	8	0	0	0
		32,9%	8,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Afetou um pouco, minhas reservas financeiras me ajudaram	10	28	11	9	4
		12,7%	28,3%	30,6%	34,6%	20,0%
	Afetou bastante, apesar de ter reservas financeiras	6	12	5	3	2
	7,6%	12,1%	13,9%	11,5%	10,0%	
	Não afetou	37	51	20	14	14
		46,8%	51,5%	55,6%	53,8%	70,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

Com base na figura 36, observa-se que os menos afetados pela pandemia são os que tinham reserva de emergência, portanto, o contrário também é verdadeiro.

A seguir será vista a figura 37 que apresenta uma relação entre os conhecimentos sobre educação financeira *versus* situação financeira antes da pandemia.

Figura 37 – conhecimento sobre educação financeira x situação financeira antes da pandemia

		21) Qual era sua situação financeira antes da pandemia?			
		descontrolada	estava com as contas em dia, porém não tinha economias/poupança.	estava com as contas em dia e tinha economias/poupança	outro
9) Como você classifica seus conhecimentos sobre educação financeira?	Bons conhecimentos	3	16	53	4
		33,3%	19,3%	33,5%	40,0%
	Tenho conhecimento suficiente	1	24	54	1
		11,1%	28,9%	34,2%	10,0%
	Tenho pouco conhecimento	5	36	49	4
		55,6%	43,4%	31,0%	40,0%
	Não tenho conhecimento	0	7	2	1
		0,0%	8,4%	1,3%	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa (2021).

De acordo com a figura 37, os respondentes que apresentam menos conhecimentos estavam com a vida financeira descontrolada. Enquanto que os que mais tinham conhecimento apresentaram controle financeiro.

Portanto, de acordo com as análises cruzadas constatou-se que possuir valores poupados ajudam a enfrentar momentos de dificuldade. Além disso, o conhecimento tornou-se peça fundamental para os temas de investimentos e finanças, onde verificou-se que os respondentes com mais conhecimentos tendem a fazer planejamentos o que contribui para uma vida financeira equilibrada.

Em uma análise geral, encerra-se a amostra mas, deixando espaço para novos estudos acerca do tema, bem como para novas frentes que venham a ser analisadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos, no sentido de poupar, é um assunto que vem sendo abordado desde a antiguidade, nas primeiras formas de comércio e nos primeiros bancos existentes. Com o tempo, este tema vem sendo discutido com mais frequência, uma vez que sua relevância começa a ser notada, todavia, deixando espaço para diversos outros estudos e novos pontos de vista.

Como Keynes elaborou conceitos chave para este campo de estudo, estes acabaram abrindo caminhos para que se observasse e confrontasse diferentes olhares. É notável que temas como consumo, renda, poupança e investimentos interligam-se, uma vez que possuem relações diretas entre si. Desta forma, o pensamento econômico avança sobre esse tema e desenvolvem-se teorias sobre o comportamento do consumidor em relação aos investimentos.

Para tanto, a renda, caracterizada pela diferença entre a produção vendida e o custo primário, é um conceito chave nas finanças, além da parte reservada da renda para consumo influenciar no planejamento financeiro. Assim, a poupança e os investimentos, no sentido de poupar decorrem em consequência disso, uma vez que a renda não consumida pode ser levada a poupar.

Uma vez compreendido a relevância deste tema, é imprescindível que se estude e confronte dados com as finanças comportamentais, a fim de complementar a visão acerca deste assunto. As finanças pessoais devem ser analisadas através do comportamento das pessoas, uma vez que cada realidade é única e cada indivíduo possui características diferenciadas dos demais.

Desta forma, identifica-se através deste trabalho e juntamente com os resultados obtidos da pesquisa, que um bom planejamento financeiro é de suma importância para uma vida financeira adequada e equilibrada, separando parte da renda para investir (poupar), a fim de criar-se um montante, uma reserva de emergência, para ajudar em momentos de crise ou perda de renda. Assim como, se observa na amostra, que os respondentes com valores poupados enfrentaram a pandemia com menos danos em comparação aos que não tinham valores poupados.

Portanto, quando se fala de planejamento financeiro, é indubitável que se priorize poupar parte da renda antes das demais despesas, bem como entender como é o funcionamento do fluxo de caixa, assim como observado na amostra, a fim de

montar-se uma estratégia adequada e única, voltada a cada realidade, como visto no capítulo teórico sobre comportamento do consumidor.

Considerando o objetivo deste estudo de realizar uma análise do impacto dos investimentos nas finanças pessoais, constata-se que o conhecimento relativo aos temas abordados ainda não está claro para boa parte dos respondentes da amostra pesquisada, reconhece-se, também, que muitos investem sem ter o entendimento completo das suas finanças, e este mesmo raciocínio se encaixa à análise de crédito. Além disso, a falta de planejamento é preocupante uma vez que a maior parte dos respondentes possuem dívidas e outros compromissos financeiros.

Decorre-se também, que a educação financeira deve estar presente no dia a dia das famílias, pois como visto no resultado da pesquisa, os respondentes que possuem mais conhecimento dos temas de finanças pessoais e investimentos, tendem a ter suas contas mais controladas, um bom planejamento financeiro e também a ter valores poupados e reservas de emergência, ou seja, demonstram autonomia financeira.

A pesquisa de campo permitiu ainda averiguar que valores poupados e reservas de emergência contribuem para o enfrentamento de externalidades negativas. Portanto, conhecer sobre os temas e estudá-los é de fundamental importância, pois como visto nos resultados da pesquisa, os maiores conhecedores tendem a se planejar e optar por investimentos que conheçam e tragam segurança.

Ademais, ao estudar-se cada indivíduo, em sua específica realidade é possível compreender seu comportamento, e como as influências que recebe refletem em suas escolhas. Assim, fatores como escolaridade e renda, por exemplo, possuem forte influência nas decisões dos respondentes da amostra pesquisada, segregando indivíduos que poupam dos que não poupam.

Outrossim, averiguou-se no resultado desta pesquisa, que os respondentes que possuem mais conhecimento nos temas vistos, tendem a ter mais segurança para diversificar mais seus investimentos, enquanto que o contrário também é verdadeiro. Desta forma, o conhecimento e a constante busca por ele, ajuda no momento de tomar decisões mais assertivas, cooperando para que haja planejamento financeiro adequado e minimizando os riscos sobre os investimentos.

Verificou-se também, pela pesquisa realizada, que os investimentos causam impacto de cunho social, econômico e financeiro, nas finanças pessoais, auxiliando famílias a enfrentarem crises e a enxergar uma saída frente às externalidades

negativas, confirmando assim, a hipótese deste estudo. Entretanto, deixa-se espaço para que novos estudos acerca dos temas venham a ser abordados, a fim de complementar-se.

## REFERÊNCIAS

- AGENCIA BRASIL. **CNC: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010**: Dívidas com cartão de crédito bateram recorde. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2021. 1 p. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/semestre-fecha-com-maior-percentual-de-endividados-desde-2010>. Acesso em: 3 out. 2021.
- AGUIAR, Bernardo; CORREIA, Walter; CAMPOS, Fábio. **Uso da Escala Likert na Análise de Jogos**. UFPE. Pernambuco, 2011. 5 p. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Campos-7/publication/266051378\\_Uso\\_da\\_Escala\\_Likert\\_na\\_Analise\\_de\\_Jogos/links/54b1b66e0cf28ebe92e18fdb/Uso-da-Escala-Likert-na-Analise-de-Jogos.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Campos-7/publication/266051378_Uso_da_Escala_Likert_na_Analise_de_Jogos/links/54b1b66e0cf28ebe92e18fdb/Uso-da-Escala-Likert-na-Analise-de-Jogos.pdf). Acesso em: 3 out. 2021.
- ALÉM, Ana Cláudia. **Macroeconomia**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. 447 p.
- ALVES, Joana Duarte Ouro; LUPORINI, Viviane. Evolução da teoria do investimento e análise empírica para o Brasil. *In*: XXXV Encontro Nacional de Economia. 2007. Rio de Janeiro. **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**. Rio de Janeiro: ANPEC, 2007. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2007/172.htm>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- ALVES, Willian. Como os americanos investem. **Análise Econômica e de Investimentos**, 08 set. 2019. Lá Fora. Disponível em: <https://bugg.com.br/como-os-americanos-investem/>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ANBIMA. **Raio X do Investidor**. ANBIMA. RJ, 2021. 40 p. Disponível em: [https://www.anbima.com.br/pt\\_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm). Acesso em: 2 set. 2021.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 318 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – ANBIMA. **A Anbima**: quem somos. [2021?]. Disponível em: [https://www.anbima.com.br/pt\\_br/pagina-inicial.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/pagina-inicial.htm). Acesso em: 3 jun. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS CORRETORAS DE VALORES – ANCORD. **Sobre nós**. [2021?]. Disponível em: <https://www.ancord.org.br/institucional/sobre-nos/>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (orgs). **Guia de economia comportamental e experimental**. Prefácio. Tradução de Laura Teixeira e Motta Paulo Futagawa. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. 426 p. Disponível em: <http://www.economia.comportamental.org/guia-economia-comportamental.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Caderno de educação financeira**: gestão de finanças pessoais. Brasília, DF: BCB, 2013. 72 p. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus - Relatório de Mercado**. Banco Central do Brasil. Brasília, 2021. 1 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Investimentos em carteira - ações - ativos - anual - aquisição**. BACEN. Brasília, 2021. 1 p. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarGrafico>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório de cidadania financeira: o desafio da priorização**. Brasília, DF: BCB. 2018. 147 p. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/docs/Relatorio\\_Cidadania\\_Financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf). Acesso em: 3 jul. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Sistema financeiro nacional (SFN)**. [2021?]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Banco Central do Brasil. Brasília, 2021. 1 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BANCO DO BRASIL – BB. **Relatório anual: perfil corporativo**. 2010. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BODI, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Investimentos**. Tradução de Beth Honorato. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 632 p.

BRASIL. Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Reforma Bancária. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm). Acesso em: 17 jul. 2021.

BRITO, Osias. **Guia prático de economia e finanças**. São Paulo: Saraiva, 2016. 232 p.

B3. **B3: a Bolsa do Brasil**. [2021?]. Disponível em: [http://www.b3.com.br/en\\_us/](http://www.b3.com.br/en_us/). Acesso em: 29 jun. 2021.

CASA CIVIL. **Auxílio Emergencial 2021 é prorrogado por três meses: O calendário de pagamento das três parcelas extras do Auxílio Emergencial 2021 será definido nas próximas semanas**. gov.br. Brasília, 2021. 1 p. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/auxilio-emergencial-2021-e-prorrogado-por-tres-meses#:~:text=O%20Governo%20Federal%20deu%20mais,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202021..> Acesso em: 26 set. 2021.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Origem do dinheiro**. 2015. Disponível em: <https://www.casadamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CESAR, Roberto. **Teoria de Dow**. [2011?]. Disponível em: <https://professorrobertocesar.files.wordpress.com/2011/02/12-teoria-de-dow.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CHELUCHINHAK, Aline Barato; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. A teoria da classe ociosa: o que nos diz Veblen sobre natureza e comportamento humano, consumo, esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1-38, mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/829/628>. Acesso em: 27 jun. 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Notícias**. [2020?]. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CORDEIRO, Victor Augusto Silva. **Fatores que Motivam os Investidores Brasileiros a Optarem pela Poupança**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. 22 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35660/1/Fatores%20que%20motivam%20os%20investidores%20brasileiros%20a%20optarem%20pela%20Poupan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CORREIA, Paulo Jorge Jegundo; NEVES, Maria Elisabete Duarte. A importância do Benchmark na avaliação do desempenho. **Razão Contábil & Finanças**, Fortaleza, v. 4, n. 2, 179-202, 2013. Disponível em: <http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/107>. Acesso em: 3 jul. 2021.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais do Brasil: origem e aspectos do seu desenvolvimento**. Brasília: BCB. 2004. 157 p. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros\\_bancos\\_oficiais.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf). Acesso em: 11 mai. 2021.

CUMMINGS, Jon; DHAR, Ravi; WELCH, Ned). **Guia de economia comportamental e experimental**. Consumo irracional: como os consumidores realmente tomam decisões. Tradução de Laura Teixeira e Motta Paulo Futagawa. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. 136 p. Disponível em: <http://www.economia.comportamental.org/guia-economia-comportamental.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

D'ANDREA, Gabriella. Os 5 principais riscos dos investimentos e como evitá-los. **InfoMoney**, 24 ago. 2012. Investimentos. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/os-5-principais-riscos-dos-investimentos-e-como-evita-los/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DEBASTIANI, Carlos Alberto. **Candlestick: um método para ampliar lucros na bolsa de valores**. São Paulo: Novatec, 2007. 200 p.

DESSEN, Marcia. **Finanças pessoais: o que fazer com meu dinheiro?** São Paulo: Trevisan, 2015. 280 p.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. **No mundo.** 2017. Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/?doing\\_wp\\_cron=1625347626.4546821117401123046875](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/?doing_wp_cron=1625347626.4546821117401123046875). Acesso em: 3 jul. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. **Sétima semana nacional de educação financeira.** 2020. Disponível em: <https://semanaenef.gov.br/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. **A FEBRABAN.** [2020?]. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/pt-br/institucional>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017.** RJ, 2017. 1 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FRANCESCHINI, Carol. **Guia de economia comportamental e experimental.** Introdução a finanças comportamentais. Tradução de Laura Teixeira e Motta Paulo Futagawa. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. 179 p. Disponível em: <http://www.economia.comportamental.org/guia-economia-comportamental.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico.** rev. Curitiba, PR: IESDE, 2012. 94 p. *E-book*. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/786/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%20C3%8DFICO.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

FORTI, Cristiano Augusto Borges; PEIXOTO, Fernanda Maciel; SANTIAGO, Wagner de Paulo. Hipótese da eficiência de mercado: um estudo exploratório no mercado de capitais brasileiro. **Gestão & Regionalidade**, [s. l.], v. 25, n. 75, p. 45-56, set./dez, 2009. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/188](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/188). Acesso em: 3 jul. 2021.

FRITSCHER, Marcelo Felipe. **Inadimplência pessoa física: causas geradoras em operações de crédito, e como minimizar os riscos.** 2011. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77615>. Acesso em: 3 jul. 2021.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia: teoria e aplicações.** 2. ed. Tradução de Cecília Camargo de Bartalotti. São Paulo: Saraiva, 2013. 520 p.

GOEKING, Weruska. Apenas 1 em cada 10 brasileiros consegue guardar dinheiro todo mês. **Valor Investe**, São Paulo. 05 set. 2019. Disponível em: [encurtador.com.br/ewxC9](http://encurtador.com.br/ewxC9). Acesso em: 24 jun. 2021.

GRAHAM, Benjamin. **O investidor inteligente**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

GRECO, Ana Luiza Righetto *et al.* **Impacto da pandemia da COVID-19 na qualidade de vida, saúde e rendas famílias com e sem risco socioeconômico**: Estudo Transversal. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento. São Carlos, 2020. 10 p. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14094/12696>. Acesso em: 21 set. 2021.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUENA, Roberto. **Funcionamento de mercados em concorrência perfeita**. 2017. Disponível em: <http://robguena.fearp.usp.br/Introducao/OfertaDemanda.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

GUNTHER, Max. **Os Axiomas de Zurique**: Os conselhos dos bancários suíços para orientar seus investimentos. 17 eds. Rio de Janeiro: Best Business, 2020.

IBGE. **Inflação**: O que é inflação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE. **Séries Históricas**: Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 - abr-mai-jun 2021. IBGE. 2020. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso em: 21 set. 2021.

INFOMONEY. **Poupança**: entenda como funciona o rendimento e saiba quando deixar de lado. [2020?]. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/poupanca/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INSPER. **Pesquisa global sobre educação financeira: S&P finlit survey**. 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

IPEA DATA. **Balanco de Pagam. - Invest. cart. - Ativos - Títulos renda fixa - Aquisição**. IPEA Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2021.

IPEA DATA. **Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) geral**. IPEA Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 ago. 2021.

IPEA DATA. **Operações de crédito referente a Inadimplência da carteira de crédito para valor Total**. Ipea Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 21 set. 2021.

IPEA DATA. **Poupança com rendimento até 03.05.2012 de Rentabilidade no 1º dia do mês**. IPEA Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2021.

IPEA DATA. **Taxa de juros baseada na taxa Over / Selic acumulada no mês**. IPEA Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2021.

IPEA DATA. **Taxa de juros - CDI / Over - acumulada no mês**. IPEA Data. 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 ago. 2021.

IPES. **Cesta Básica de Caxias do Sul - Dezembro de 2020**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2020. 7 p. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cb\\_dez\\_2020.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cb_dez_2020.pdf). Acesso em: 21 set. 2021.

IPES. **Cesta Básica de Caxias do Sul - Janeiro de 2020**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2020. 7 p. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cb\\_jan\\_2020.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cb_jan_2020.pdf). Acesso em: 21 set. 2021

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 333 p. (Os economistas).

KISHTAINY, Niall *et al.* **O livro da economia**. Tradução de Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2015.

LEMOS, Flávio. **Análise técnica dos mercados financeiros**: um guia completo e definitivo dos métodos de negociação de ativos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES, Julio Cezar da Cunha *et al.* **Finanças pessoais**: como administrar consumo e gerar poupança. *In*: VIII Seminário de Excelência em Gestão e Tecnologia. São João, 2011. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/6014646.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

LOPES, Luiz Martins *et al.* **Macroeconomia**: teorias e aplicações de política econômica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais**. Brasília, DF: CFA; CRAs, 2015. 60 p. Disponível em: <https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A teoria da classe ociosa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 1987. Disponível em: <http://www.gandramartins.adv.br/project/ives-gandra/public/uploads/2018/10/07/0c75756a00579.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **A Previc**. 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/acesso-a-informacao/institucional/a-previc>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio**. 2018. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35997>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012. *E-book* (149 p.)

NASCIMENTO, Roberta Coutinho do. **A hipótese do ciclo de vida de consumo e poupança de Modigliani**: um exame da literatura 60 anos depois. 2016. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Economia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. 43 p. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19292/1/Monografia%20Vers%c3%a3o%20Final\\_Roberta%20Coutinho%20do%20Nascimento.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19292/1/Monografia%20Vers%c3%a3o%20Final_Roberta%20Coutinho%20do%20Nascimento.pdf). Acesso em: 3 jul. 2021.

NOGUEIRA, Bruna Rocha. **UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DO INVESTIDOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO E A RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES IFIX, IBOV E CDI**. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2020. 14 p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14782/TG%20Final%20-%20Bruna%20R.%20Nogueira%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2021.

OBSTRAB. **Informativo sobre o seguro desemprego**: março/2021. Observatório do Trabalho. Caxias do Sul, 2021. 9 p. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/informativo-seguro-desemprego-2021.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

OREIRO, Flavia Dias Rangel. Os microfundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 28, n. 26, p. 119-139, 2003. Disponível

em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/1996/1657>. Acesso em: 3 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **National strategies for financial education**: Oecd/Infe policy handbook. St.

Petersburg: OCDE, 2013. 12 p. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook-](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook-Highlights.pdf)

Highlights.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Trabalhando com o Brasil**. Brasília, DF: OCDE, 2016. 68 p. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2021.

PAVIA, Eduardo Cheres. Saiba tudo sobre fundos de investimentos. **Organizze**, São Paulo, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://financaspessoais.organizze.com.br/saiba-tudo-sobre-fundos-investimentos/#:~:text=Nos%20EUA%2C%20o%20New%20York,e%20na%20Holanda%20em%201960>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RAMBO, Andrea Carneiro. **O perfil do investidor e melhores investimentos**: da teoria à prática do mercado brasileiro. 2014. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123812/Monografia%20da%20Andrea%20Rambo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 jul. 2021.

RIBEIRO, Rafael de Souza. Análise técnica: os seis fundamentos que norteiam a teoria de Dow: cerne da análise técnica tradicional, os conceitos criados por Charles Henry Dow sobrevivem ao tempo e às críticas. **InfoMoney**, São Paulo, 07 mar. 2011. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/analise-tecnica-os-seis-fundamentos-que-norteiam-a-teoria-de-dow/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de créditos especiais**. 9. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forense LTDA, 2019. *E-book*.

ROSSETI, Jose Paschoal. **Introdução à economia**: a compreensão da economia. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 720 p.

SADDI, Jairo. A separação de funções dos bancos. **O Economista**, São Paulo, 04 jul. 2010. Artigos. Disponível em: <https://www.oeconomista.com.br/a-separacao-de-funcoes-dos-bancos/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SAMSON, Alain. **Guia de economia comportamental e experimental**. Introdução à economia comportamental e experimental: A economia comportamental. Tradução de Laura Teixeira e Motta Paulo Futagawa. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. 29p. Disponível em: <http://www.economiartamental.ocomporg/guia-economia-comportamental.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SANTOS, Eraldo Oliveira. **Previdência Privada**. Google acadêmico. SP, 2019. 95 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VAi1DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=previd%C3%8Ancia+privada&ots=8L8IFGJYoK&sig=gxwkcQIIr6htPDFVAo4RLsp1OY#v=onepage&q=previd%C3%8Ancia%20privada&f=false>. Acesso em: 5 set. 2021.

SANTOS, Liana Ribeiro dos. **Boletim responsabilidade social e ambiente do sistema financeiro**: educação financeira na agenda da responsabilidade social empresarial. Brasília, DF: BCB, 2009. 2 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SBICCA, Adriana. Heurísticas no estudo das decisões econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. **Estudos de Economia**, São Paulo, v. 44, n. 3., p. 579-603, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/KLdVTnmf6jmwKm7JRJqdFbz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. **Revista de Política Agrícola**: Entendendo a inflação de 2020 Gatilhos e repercussões. Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. DF, 2021. 133 p. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Junior-22/publication/353023224\\_Geopolitica\\_das\\_carnes\\_Mudancas\\_na\\_producao\\_e\\_no\\_consumo/links/60e48ddfa6fdcc348641523e/Geopolitica-das-carnes-Mudancas-na-producao-e-no-consumo.pdf#page=135](https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Junior-22/publication/353023224_Geopolitica_das_carnes_Mudancas_na_producao_e_no_consumo/links/60e48ddfa6fdcc348641523e/Geopolitica-das-carnes-Mudancas-na-producao-e-no-consumo.pdf#page=135). Acesso em: 16 ago. 2021.

SERASA. **Mapa da inadimplência no Brasil**. SERASA. 2021. 13 p. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Mapa-da-Inadimple%CC%82ncia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

SICREDI. **Bate papo mensal sobre a plataforma PF**. 2020. Disponível em: <batepapoPlataforma-PF.sicredi.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, Adroaldo Moura. Apresentação. *In*: KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 83-101. (Os economistas).

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **Apresentação**. [2021?]. Disponível em: [http://www.susep.gov.br/menu/asusep/apresentacao?\\_ga=2.42321196.804379929.1622757392535546282.1604612732](http://www.susep.gov.br/menu/asusep/apresentacao?_ga=2.42321196.804379929.1622757392535546282.1604612732). Acesso em: 3 jun. 2021.

TONETTO, Leandro Miletto *et al.* O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 181-189, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/RnbtvVjsY9wgn7FLpxcGGHh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

TUMELERO, Naína. Pesquisa Survey: material completo desde os objetivos às variáveis. **Mettzer**, 11 out. 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-survey/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de; BARBIERI, Fabio. **Manual de microeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 317 p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro: introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 480 p.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; RAMALHO, Thiago Borges. Finanças comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 16, n. 53, p. 594-615, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/DpWgqKYDSdMdqYM7w9gG9GB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2021.